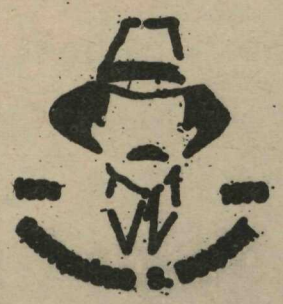
DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

BRASÍLIA, terça-feira, 13 de novembro de 1973 — *ANO VI - Nº 172*



Ano do Centenário de Santos Dumont

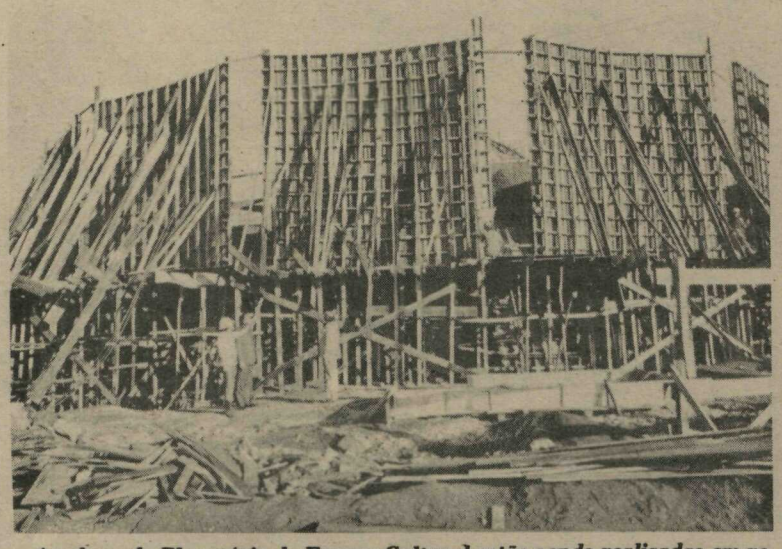
Governador e autoridades do CND visitaram Autódromo de Brasília

Os cinco mil e quinhentos metros de pista do Autódromo de Brasília, foram percorridos, de automóvel, pelo Governador Hélio Prates da Silveira e autoridades do Conselho Nacional de Desportos.

Além de acompanharem o andamento dos trabalhos de pavimentação das pistas de competição e de segurança, os visitantes inspecionaram, também, as arquibancadas, tribunas de honra e especiais, já com as cadeiras de fibra coloridas fixadas. Percorreram, ainda, os diversos blocos onde serão instalados 30 boxes, oficinas, lanchonetes, apartamentos para repouso dos corredores e dependências administrativas, cujas obras se encontram em fase bastante adiantada.

Acompanharam o Chefe do Executivo do DF, na visita ao Autódromo, o Presidente do Conselho Nacional de Desportos, Brigadeiro Jerônimo Bastos; o Diretor do DER - responsável pela obra do autódromo - Engenheiro Cláudio Roberto Diniz Starling; o Diretor do DEFER, Coronel Paulo Antunes de Souza; Conselheiros do CND, entre outras autoridades desportivas.

Obras do Planetário do Espaço Cultural estão bem adiantadas



As obras do Planetário do Espaço Cultural estão sendo realizadas em regime de 24 horas por dia

As obras do Planetário que o GDF está construindo dentro do Espaço Cultural foram visitadas pelo Professor Caio Flávio Prates da Silveira, Chefe do Gabinete Civil do Governador do Distrito Federal, quando teve oportunidade de observar o ritmo de trabalho desenvolvido, onde aproximadamente 60 operário operam num regime de 24 horas por dia.

O Planetário terá condições para projeções e demonstrações do céu e das estrelas, como meio do ensino para estudantes e interessados em Astronomia, podendo atender a 150 observadores, ao mesmo tempo.

Seu projeto principal conta com quatro eixos e mesa cotrole, permitindo a observação do céu visível da Terra e dos planetas.

Uma cúpula de 12,5 m de diâmetro permitirá a projeção de estrelas fixas até à 6a. ordem, de planetas, da Via Láctea (em dois graus de brilho), do Sol e de eclípses.

Seu equipamento, adquirido da Alemanha e que já se encontra no Brasil, oferece, ainda, imagens a cores de Mercúrio, Vênus, Marte, Júpiter e Saturno. Terá, também, um sistema de amplificador de som.

Sendo um dos mais modernos do Mundo, o "Spacemaster" conta com os seguintes dispositivos suplementares: projetor de sistema solar, de cometas e as cadentes e de mapas e satélites.

Até o ano de 1969, a "Carl Zeis", fornecedora do equipamento, instalou 43 planetários desse tipo, em várias das principais cidades do Mundo, dentre as quais Bruxelas, Paris, Kattowice, Praga, Calcutá, Colombia, Lisboa, Cairo, Toronto, Vancover e Bogotá.

Cest promove Seminário de Supervisores

Seminário de atualização será promovido pelo Centro de Seleção e Treinamento, da Secretaria de Administração do GDF, no período de 26 a 30 do mês em curso, das 8 às 12 horas, destinado a quem já concluiu o Curso de Treinamento de Supervisores, ministrado pelo CEST.

As inscrições para esse seminário acham-se abertas, até o próximo dia 22, das 14h30 min às 17h30min, na sede do Cest, no Setor de Grandes Áreas Isoladas.

Fiscalização de transporte de escolares

A partir de 1º de janeiro do próximo ano, os veículos utilizados no transporte coletivo de escolares serão rigorosamente fiscalizados pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal, quanto ao uso de equipamentos obrigatórios. A medida será tomada com base na Resolução Normativa 03/73 do Conselho de Trânsito do DF, que constatou a inobservância de dispositivos legais vigentes, no transporte coletivo de escolares, na área da Capital da República.

A recomendação do CONTRANDIFE ao DETRAN dá destaque especial à fiscalização quanto ao registrador de velocidade, à existência da faixa amarela nas laterais do veículo e de cintos de segurança, em número correspondente ao de passageiros sentados, inclusive para o condutor. Ressalta, também, a necessidade de fixação de avisos internos para o uso dos cintos de segurança e a indicação da lotação.

Detur organiza promoções para festejos natalinos

Concurso de Vitrinas, Presépio ao Vivo, decoração da Praça da Municipalidade, visita de Papai Noel às cidades-satélites e ao Jardim Zoológico e Concurso sobre temas natalinos, entre estudantes do Distrito Federal, são as promoções programadas pelo Departamento de Turismo para o próximo Natal.

O Concurso de Vitrinas abrangerá o Plano Piloto e cidades-satélites e o Presépio ao Vivo será montado na Praça da Municipalidade, contando com apresentação das Bandas de Música do BGP, PM e CBDF, e a presença de Papei Noel, que chegará à Prça em charrete,. Haverá, ainda, apresentação de teatro de marionetese "show", circense, com amplo funcionamento das fontes luminosas existenes no loal, nos dias 23: 24, e 25 de dezembro, ddas 20h30m às 23h 30m.

Uma grande Árvore de Natal será instalada na Praça da Municipalidade e todas as mangueiras ali existentes serão enfeitadas com lâmpadas coloridas.

Nas cidades-satélites, Papai Noel chegará em carro aberto do Corpo de Bombeiros e, no local, serão apresentadas atrações circenses, ao ar livre. No dia 15 de dezembro Papai Noel visitará o Gama e o Núcleo Bandeirante; dia 16, estará no Guará e, depois, em Brazlândia; dia 22, em Planaltina e Sobradinho; dia 23, visitará Taguatinga; e, dia 24, irá à Ceilândia. No Jardim Zoológico, a chegada de Papai Noel será seguida de distribuição de balas e balões, sorteio de brinquedos e "show" circense.

DISTRITO FEDERAL

Bancas de Jornais e Revistas na Avenida W/3, Plano Piloto, em que podem ser adquiridos exemplares do **DISTRITO FEDERAL**

CASA DO PEQUENO POLEGAR - Av. W/3, Q. 509.

BANCA PREDIAL-BRASÍLIA - Do sr. Francizek Limach. Quadra 502, ao lado da Inca S/A.

BANCA J. SILVA - Do sr. José Lindolfo da Silva. Quadra 504, ao lado da Drogaria Carioca.

BANCA DOM BOSCO - Do sr. Antônio Barbosa, quadra 506 ao lado da Padaria Dom Bosco.

BANCA BANCO FRANCÊS - Do sr. Divino Rodrigues Faria. Quadra 507, ao lado do Banco Frances.

BANCA CRUZEIRO DO SUL - Do sr. Miguel Dante, Quadra 507, ao lado da Caixa Econômica.

BANCA BRASÍLIA - Do sr. Raimundo Caiado. Quadra 508, ao lado dos Correios e Telégrafos.

EDIFÍCIO DO I.R.B. - Setor de Autarquias Sul - andar térreo

BANCA MARIA GARCIA SILVA - SQ-303.

BANCA SAN FRANCESCO DI PAOLA - SQS-312.

"As árvores são grandes geradoras de vapor dágua, que condensando na atmosfera, dão as chuvas, concorrendo para a melhoria do índice de umidade relativa do ar. Cuidando das árvores, Brasília será sempre uma cidade de clima saudável, ameno".

Concorrências da Novacap

Concorrências para a construção dos edifícios do Departamento de Polícia Federal e do Ministério de Planejamento, em Brasília, serão realizadas, pela Novacap, às 15 horas dos próximos dias 29 e 30, respectivamente, no auditório da sede daquela Companhia, situada no Setor Bancário-Norte. Poderá participar toda e qualquer firma individual ou social que satisfaça às condições estabelecidas nos Editais 004/73 e 010/73, não sendo tomadas em consideração propostas apresentadas por consórcio ou grupo de firmas.

Para a participação, exige-se, em ambas as concorrências, depósitos de caução, na Tesouraria da Novacap, no valor de Cr$ 150.000,00. Uma vez julgada a licitação, as firmas vencedoras terão prazo de cinco dias para firmar os contratos e dar início às obras.

O prazo máximo para a conclusão dos dois edifícios está estipulado em 600 dias, a partir da assinatura do respectivo contrato.

Estádio de Brasília já tem arquibancadas

A estrutura das arquibancadas inferiores do Estádio de Brasília está concluída e, simultâneamente, foram fixados cerca de cinquenta por cento dos bancos, também em concreto.

Com o término da concretagem das arquibancadas, estão praticamente terminados os trabalhos da primeira etapa do Estádio de Brasília, que integrará o Centro Desportivo Presidente Médici.

Edificada em diversos lances, as arquibancadas que contornam todo campo formam uma elipse, cujo diâmetro máximo é de 220 metros.

Quanto à implantação do gramado do Estádio, que esteve a cargo do Departamento de Parques e Jardins, também já se encontra totalmente concluída.

A firma construtora que está executando as obras iniciou a concretagem das fundações que sustentarão os três módulos das arquibancadas cobertas, trabalho que deverá estar determinado no final de janeiro vindouro.

O Estádio de Brasília, inicialmente, terá capacidade para receber 45 mil espectadores: 25 mil nas arquibancadas inferiores e 20 mil nas arquibancadas cobertas.

Natal será tema de Concurso promovido pela SEC e Detur

Prêmio de Cr$ 1.000,00 será dado ao vencedor do Concurso sobre temas natalinos, a ser realizado entre os alunos de 1º grau das cidades-satélites, promovido pela Secretaria de Educação e Cultura e Departamento de Turismo do Distrito Federal.

Todos os alunos de escolas da rede oficial das cidades-satélites são considerados automaticamente inscritos e a seleção do melhor trabalho será feita pela Direção de cada estabelecimento, até o dia 3 de dezembro. O trabalho escolhido será encaminhado, então, a uma comissão julgadora designada pelo Administrador Regional da localidade, para a seleção do vencedor, que receberá uma bicicleta, como prêmio, e representará a sua cidade-satélite na etapa final do Concurso.

O encerramento da promoção dar-se-á dia 12 de dezembro, quando a comissão julgadora premiará o melhor trabalho.

Semana de Estudos Sociais em Natal

A convite da Fundação José Augusto, do Governo do Rio Grande do Norte, e da Cooperativa dos Produtores Artesanais daquele Estado, o Secretário de Serviços Sociais do DF, Sr. Otomar Lopes Cardoso, estará em Natal nos próximos dias 19 e 20.

O Secretário foi convidado para pronunciar a conferência de abertura da Semana de Estudos Sociais, no dia 19, promovida pela Fundação José Augusto, e para participar, no dia seguinte, juntamente com outro convidado especial, o Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Eugênio de Araújo Salles, das comemorações do 10º aniversário de criação da Cooperativa dos Produtores Artesanais do Rio Grande do Norte.

A Cooperativa, organizada por D. Eugênio de Araújo Salles, com a colaboração do Sr. Otomar Lopes Cardoso, é hoje o mais importante núcleo de produção do Rio Grande do Norte, reunindo cerca de 2.600 artesãos. Sua produção, que tem por matéria-prima o sisal, é hoje exportada para vários países da Europa, para os Estados Unidos da América e para o Japão.

"Recebi os convites - disse o Secretário - com grande alegria. De um lado, tenho a mais profunda simpatia por essa cooperativa que tive a honra de ajudar a organizar e cujos resultados, muito acima das expectativas, venho acompanhando sempre muito de perto. De outro, é sempre para mim uma grande satisfação poder encontrar e trocar idéias com colegas e técnicos do meu Estado. E é isto que me proporcionará o convite da Fundação José Augusto".

DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal, editado pela SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - Divisão de Divulgação - Diretor J. P. Batista - Redação e Administração: Setor Bancário Sul - Ed. Brasília - 12° andar, telefone 24-1303. Composição e impressão Oficinas do "Correio Braziliense", Setor de Indústrias Gráficas, telefone: 23-3450. Assinatura anual: Cr$ 30,00, número avulso 0,20. Brasília, Distrito Federal.

Exposição de Pierre Falquet



Pierre Falquet posa ao lado de um de seus quadros

Continuam expostas até o dia 18 próximo as obras do pintor-diplomata Pierre Falquet, na Sala de Exposições da Fundação Cultural do Distrito Federal, na Avenida W/3 Sul, Quadra 508, Bloco A, Loja 73, diariamente, de 10 às 22 horas. A mostra é uma promoção da FCDF.

O artista já expôs na "Galeria Internacional Bernardi" e na "Outdoor Art Fair", em Washington, bem como na "Galeria Chardin" e "Galeria Sévres", de Paris, e "XXI e Salon Annuel", de Epinal.

Segundo a crítica, "o colorido de seus quadros, que sabe tão bem usar, chama logo a atenção. Exprime os sentimentos, as atitudes e o estado de espírito do pintor, Pierre Falquet, Conselheiro Cultural e de Cooperação Científica e Técnica da Embaixada da França, Diplomata e Economista e, antes de tudo, um artista. Pinta desde os cinco anos de idade e todos os momentos que o seu trabalho lhe deixa livre, está em seu stelier, ou ao ar livre, captando com seu pincel tudo o que a natureza lhe diz".

CINEMA

TRAGICA SEPARAÇÃO (La Rapture) - Drama. Direção de Claude Chabrol. Com Stephane Andran, Jean Pierre Corsel, Michel Bouquet e Marcel Chabrol. Censura: 18 anos. Cine Cultura, às 14:00, 16:00, 18:00, 20:00 e 22:00 horas.

oooooo

O ARQUIVO SECRETO (The Jerusalem File) - Drama. Direção de John Flynn. Com Bruce Davison, Nicol Williamson. Daria Halprin e Donald Pleasance. Metrocolor. Censura: 18 anos. Cine Karim, às 16:00, 18:00, 20:00 e 22:00 horas.

oooooo

A PONTE DO RIO KWAI (The Bridge of the River Kwai) - Drama de Guerra. Direção de David Lean. Reprise. Com Alec Guiness, William Holden e Jack Hawkins. Colorido. Censura 10 anos. Cine Superama Karim, às 16:00, 18:00, 20:00 e 22:00 horas.

oooooo

20 PASSOS PARA A MORTE - Drama. Com Adolpho Chadler e Maria Montini. Censura 18 anos. Cinespacial, às 20:00 e 22:00 horas.

oooooo

ELA AGORA DESEJA - Com Maria Helena Brellay. Censura: 18 anos. Cine Drive-in, às 20:15 e 22:30 horas.

A VOLTA DO HOMEM MAIS FORTE DO MUNDO - Com Albert Farley. Censura : 18 anos. Cine Nacional, às 16:00, 18:00, 20:00 e 22:00 horas.

HONG KONG, CIDADE DO CRIME (The Angry Guest) - Aventura. Direção de Chang Chen. Com David Chang, Ti Lung e vários "players" e rapazes da Principal Academia de Judô e Karatê de Hong Kong. Censura: 18 anos. Cine Atlântida, às 20:00 e 22:00 horas.

oooooo

MARCELO ZONA SUL - Drama (nacional). Com Stepan Mercessian e F. Forton. Vesperal. Censura Livre. Cine Atlântida, às 14:00, 16:00 e 18:00 horas.

oooooo

O DISCRETO CHARME DA BURGUESIA (The discret charm of the bourgeoisie) - Comédia, premiada com o Oscar como "O Melhor Filme Estrangeiro". A direção é de Luis Buñel, com Fernando Rey, Dephine Seyrig e Stéphane Audran. Censura: 18 anos. Cine Venâncio, (recomendamos) às 16:15, 18:10, 20:05 e 22:00 horas.

oooooo

ALFREDO, ALFREDO (Alfredo, Alfredo Comédia. Recomendamos Um Filme de Pietro Germi. Com Dustin Hoffman e Stefan Sarrelli. Colorido. Censura 18 anos. Cine Astor, às 14:00, 16:00, 18:00, 20:00 e 22:00 horas.

Premiados em Exposição Mundial alunos da "Escolinha de Arte"

Cinco alunos da "Escolinha de Arte" da Biblioteca Infantil 104/304 receberam prêmios por terem sido destacados na VI Exposição Mundial de Arte Infantil do Japão, realizada em Tóquio. A solenidade de entrega dos prêmios teve lugar no próprio estabelecimento, sob a presidência do Chefe da Divisão de Difusão Cultural do Ministério das Relações Exteriores, Sr. Rubens Recúpero.

A aluna Luciana de Oliveira Tavares foi laureada com prêmio especial, medalha de ouro e diploma; os demais premiados foram os alunos Andréa Leite Ribeiro, Giselle Guimarães Bettâmio, Robério Antunes Simionato e Lúcia de Fátima Vasconcellos.

Na oportunidade, falou a Diretora da Biblioteca, Professora Célia Maria Ferreira, felicitando os alunos classificados, seus pais e professores. Também o representante do Itamarati cumprimentou os alunos e agradeceu a participação, que "deu ao Brasil uma posição de destaque, com tantos prêmios em uma só exposição".

Representando a Diretoria-Geral de Pedagogia da Secretaria de Educação e Cultura, esteve presente a Sra. Maria Lúcia Moriconi. O ato contou ainda com a presença de alunos e professores da Escolinha e dos pais dos alunos classificados.



A aluna Luciana de Oliveira Tavares recebe do Sr. Rubens Recúpero o diploma a que fez jus pela sua participação na VI Exposição Mundial de Arte Infantil, no Japão

PROTEGERÁS TEUS CAMPOS E FLORESTAS CONTRA A DESOLAÇÃO E A EROSÃO.

Conjunto de Piscinas completa Centro Esportivo Pres. Médici



Operários trabalham em regime intensivo, colocando os tubulões, para construção das piscinas

Dos 208 tubulões necessários à construção do Conjunto de Piscinas do Centro Desportivo Presidente Médici, mais da medade já está implantado, conforme observou o Sr. Caio Flávio Prates da Silveira, Chefe do Gabinete Civil do GDF, em visita que realizou ao canteiro da obra, em companhia do Chefe da Assessoria Especial do Governador, Sr. Antônio Henrique de Carvalho Ellery.

Desse modo, dentro em breve mais um ponto de recreação para o brasiliense surgirá no Centro Desportivo, que já conta com um Ginásio de Esportes, um Cine Drive-In, um Autódromo de Fórmula "Um", em fase de acabamento, e um Estádio de Futebol com capacidade inicial de 45 mil pessoas, com obras bastante adiantadas.

A PISCINA-Com projeto do Arquiteto Ícaro de Castro Melo, a piscina será construída dentro das técnicas modernas, com cobertura em lã de vidro, possuindo o mais moderno equipamento para obras desse gênero. Terá 25 metros de extensão por 16 de largura e uma profundidade variada entre 1,80 e 4 metros.

Possuirá visores subaquáticos, permitindo aos técnicos observar os movimentos dos atletas dentro da água, para análise do rendimento apresentado pelos nadadores. Terá um sistema de tratamento especial, podendo a água ser controlada por equipamento adquado, sendo colocada na temperatura natural ou aquecida de acordo com as exigências dos treinamentos.

DEPENDÊNCIAS E UTILIZAÇÃO — O Conjunto terá arquibancadas com capacidade para 3000 pessoas, tribuna de honra, salas de estar, cabinas para imprensa, rádios e televisão, e, ainda locais destinados a bares e lanchonetes.

Um equipamento especial será instalado na parte posterior da piscina, que, uma vez acionado, colocará automaticamente um piso de madeira sobre o quadrilátero da piscina, permitindo que o local seja utilizado para danças, ginásticas, exposições, conferências e outras atividades artísticas, recreativas e culturais.

"Os jardins da cidade refletem a educação de seus habitantes".

Pavimentação da área externa do novo Estádio de Futebol

A pavimentação e a urbanização da área externa do Estádio de Futebol de Brasília serão executadas em blocos sextavados de concreto-"blokret". Esse novo material foi lançado recentemente na Capital da República, substituindo de maneira eficiente o asfalto e o piso de concreto.

Toda a área que circunda o Estádio de Futebol será coberta com "Blokret", formando a grande praça do Centro Desportivo Presidente Médici e o estacionamento para veículos. A urbanização local será completada com farta arborização, bancos de concreto, fixação de meios-fios e iluminação.

A área externa do estádio, a ser pavimentada, será de aproximadamente 80 mil metros quadrados, onde serão empregadas cerca de 920 mil peças de "Blokret".

A urbanização, que vem sendo executada pela Irfasa, foi iniciada esta semana e os trabalhos deverão se estender até o final de janeiro de 74, acompanhando as diversas fases de construção do Estádio de Futebol.

Magistério: Curso de Habilitação

A operacionalidade do currículo aprovado para o Curso de Habilitação para o Magistério de 1º Grau, de 1ª a 6ª séries, foi o principal assunto tratado em reunião da Coordenação Técnica do Curso com uma equipe de oito assistentes. O encontro teve lugar no sexto andar do Anexo do Buriti.

Constaram, ainda, da pauta da reunião, assuntos de ordem administrativa, técnica e pedagógica, bem como apresentação de sugestões para a implantação do novo currículo.

Aniversário do Centro-2 de Taguatinga

O primeiro aniversário do Centro 2 de Ensino, de Taguatinga Norte, foi comemorado, dia 9, com várias festividades. O Ministério do Exército plantou 32 mudas de árvores ornamentais no pátio do estabelecimento.

"O Buriti Informa"

Motivo alusivo ao Natal, originalidade, luxo e bom-gosto são os requisitos a serem considerados na decoração das lojas que participarão do Concurso de Vitrinas a ser promovido pelo DETUR. As vitrinas deverão estar decoradas até o dia 14, do próximo mês.

-o-

Concorrência para a construção dos edifícios do Departamento de Polícia Federal e do Ministério do Planejamento, em Brasília, serão realizadas, pela Novacap, às 15 horas dos próximos dias 29 e 30. O prazo máximo para a conclusão dos dois edifícios está estipulado em 600 dias.

-o-

Continuam expostas até o dia 18 próximo às obras do pintor-diplomata Pierre Falquet, na Sala de Exposições da Fundação Cultural do Distrito Federal, na Via W/3 Sul Quadra 508, bloco "A" loja 73. A mostra pode ser visitada diariamente, de 10 às 22 h.

-o-

Prêmio de mil cruzeiros será dado ao vencedor do Concurso sobre temas natalinos, a ser realizado entre os alunos de 1º grau, das cidades-satélites. A promoção é do SEC e do DETUR.

-o-

Os cinco mil e quinhentos metros de pista do Autódromo de Brasília foram percorridos, de automóvel, pelo Governador Prates da Silveira e autoridades do Conselho Nacional de Desportos. Foram visitadas, ainda, todas as dependências que ali estão sendo construídas.

Dezoito meninos, na faixa de 9 a 14 anos, concluiram o Curso de Guarda-Mirim, ministrado pelo DETRAN. Os jovens são alunos de diversas escolas-classe de Taguatinga e integram a Associação de Guardas-Mirins daquela cidade-satélite.

-o-

Continuam abertas as inscrições para o III Encontro Musical Infantil de Brasília, que terá lugar no Auditório da Escola Normal de Brasília, no próximo dia 22. O encontro é aberto a todas as escolas da rede oficial de ensino de 1º Grau do DF.

-o-

O Centro de recepção Provisória do Menor, situado nas proximidades do Hospital de Taguatinga, está sendo reformado. Os menores que estavam ali instalados foram transferidos para a Granja Luis Fernando, no Gama.

-o-

Um grupo de jornalistas estrangeiros visitou o Governador Prates da Silveira, no Palácio do Buriti. Durante o encontro o Chefe do Executivo do DF fez uma explanação sobre o desenvolvimento de Brasília nos 13 anos de sua existência.

-o-

Uma caravana composta de 48 alunos de Economia e quatro professores da Fundação Educacional de São Gabriel, RS, esteve no Palácio do Buriti. Os visitantes foram recebidos pelo Sr. Caio Flávio Prates da Silveira, Chefe do Gabinete Civil do GDF.

-o-

Proflora inicia segunda etapa do Projeto de florestamento e reflorestamento do DF

O plantio de 600 mil mudas de eucaliptus, na 2ª. etapa do primeiro projeto da Proflora S/A - Florestamento e Reflorestamento foi iniciado em solenidade presidida pelo Governador Hélio Prates da Silveira e que contou com a presença dos titulares dos órgãos acionistas da empresa de florestamento do Banco Regional de Brasília, para aplicação de incentivos fiscais próprios e de terceiros.

O programa do projeto "Proflora I" prevê o plantio de 730.000 mudas de essências florestais (eucaliptus) das espécies grandis, saligna, e citriodora e de árvores nativas (Aroeira, Angico Vermelho e Guapuruvu) numa área de 473 hectares, situada na margem esquerda da rodovia BR-070, entre as cidades satélites de Taguatinga e Brazlândia.

Estiveram presentes ao início do Plantio, o secretário Manoel Carneiro, da Agricultura; o presidente do Banco Regional de Brasília, Antônio Fragomeni; o superintendente da CAESB, Sr. Lúcio Gomide; o superintendente da TERRACAP, José Maurício Umbelino Lobo; o diretor da Carteira de Crédito Rural do BRB, Sr. Antônio Alvares da Silva; o diretor da Receita da Secretaria de Finanças Sr. Celso Aquino e Marcelino Federal Ermida e o jornalista Jairo Valadares, diretor da TV Brasília.

PROJETO

O Projeto I, da PROFLORA, teve sua 1ª. etapa iniciada no ano passado com o plantio de 100 mil mudas de eucaliptus das variedades grandis e citriodora, devendo ser concluído até janeiro de 1974, quando estarão plantadas 730 mil mudas. A elaboração do projeto foi executada pela Proflora que contratou os serviços de preparo de solo junto ao Convênio de Mecanização Agrícola da FZDF e adquiriu as mudas e os insumos necessários à implantação do projeto através do Departamento de Recursos Naturais e Serviço de Revenda da FZDF.

A área destinada ao plantio foi dividida em 15 talhões com espaçamento de 10 a 20 metros de aceiros para evitar a propagação do fogo. Cada um dos talhões comporta, em média, 50 mil mudas e já estão todos com as covas prontas e adubadas para o plantio que está sendo executado através da firma Rebrace - Reflorestadora Brasil Central.

SOCIEDADE

A Proflora S/A - Florestamento e Reflorestamento foi constituída pelo Governo do Distrito Federal para execução de projetos e empreendimentos florestais e de reflorestamento da Capital Federal, com incentivos fiscais próprios e de terceiros. A sociedade é constituída pelo FUNDEPE e pelo Banco Regional de Brasília, responsável por sua administração, pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, Companhia de Águas e Esgotos - CAESB, possuidora das áreas que estão sendo florestadas, além da Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB, Companhia de Telecomunicações de Brasília - COTELB, Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB e Sociedade de Transportes Coletivos - TECB.

PROJETO

O Governador Hélio Prates da Silveira e seus auxiliares diretos foram recebidos no local do plantio pelo engenheiro florestal Oromar Darlan de Pinha Tavares, diretor do Proflora, que mostrou todo o trabalho que vem sendo executado, inclusive o plantio executado no ano passado. Durante a visita, o Governador do Distrito Federal assistiu ao início da segunda etapa do projeto, quando mais de 40 operários, realizavam o plantio das mudas de essências florestais.

Os reflorestamentos da Proflora tem como objetivos, o fornecimento de matéria-prima para indústrias de papel e aglomerados além de fornecer mercado de trabalho para mão-de-obra não especializada e de minorar as condições adversas do clima da Capital Federal.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS ASSINADOS

DECRETO Nº 2 416 DE 23 DE outubro DE 1973

Dispõe sobre o Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, a que se refere o art. 2º da Lei nº 5 920, de 19 de setembro de 1973, e dá outras providências.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3 751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 7º, da Lei nº 5 920, de 19 de setembro de 1973,

D E C R E T A :

DO GRUPO-OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

Art. 1º - O Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, designado pelo Código NS-700, abrange Categorias Funcionais integradas de cargos de provimento efetivo, a que são inerentes atividades compreendidas nas áreas biomédicas, de ciências e tecnologia, ciências humanas, sociais, letras e artes, para cujo desempenho é exigido diploma de curso superior de ensino ou habilitação legal equivalente.

Art. 2º . As classes integrantes das Categorias Funcionais do Grupo a que se refere este decreto distribuir-se-ão, na forma do disposto no artigo 5º, da Lei nº 5 920, de 19 de setembro de 1973, em 7 (sete) níveis hierárquicos, com as seguintes características, dentro de cada especialidade:

NÍVEL 7

Atividades de supervisão, programação, coordenação ou execução especializada, em grau de maior complexidade, referentes:

I - a trabalhos de defesa e proteção de saúde individual ou coletiva, incluindo medidas de profilaxia, terapêutica e saneamento do meio; a trabalhos de biometria e perícia médica; de fiscalização do exercício da medicina e de fiscalização de hospitais, casas de saúde e estabelecimentos congêneres e de fiscalização de laboratórios de exames clínicos;

II - a estudos e trabalhos relativos assistência buco-dentária;

III - a trabalhos de defesa sanitária, proteção, aprimoramento e desenvolvimento da agronomia e de pecuária e de fiscalização de comércio e da indústria de produtos de origem vegetal e animal;

IV - a projetos, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes e desenvolvimento industrial;

V - a projetos de pesquisa e análise econômicas sobre comércio, indústria, finanças, estruturas patrimoniais e financiamentos;

VI - a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração de pessoal, material, orçamento, organização e métodos;

VII - a trabalhos de pesquisa e estudos pedagógicos, visando à solução dos problemas de educação, à orientação e técnicas educacionais, planejamento de cursos, administração escolar e licenciamento e fiscalização de estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus;

VIII - a trabalhos de administração financeira e patrimonial, contabilidade e auditoria, compreendendo análise, registro e perícia contábeis.

NÍVEL 6

a) atividades de supervisão, coordenação, programação ou execução especializada em grau de maior complexidade, referentes:

I - a trabalhos e estudos relativos à métodos e técnicas de produção, controle e análise clínica e toxicológica de medicamentos e de fiscalização de farmácias e drogarias;

II - a projetos relativos à construção e fiscalização de obras do Distrito Federal e à elaboração de normas para a conservação e reconstrução dos próprios do Distrito Federal;

III - a estudos e projetos visando ao aperfeiçoamento da técnica de análise de laboratório relacionado com a identificação de produtos, drogas, etc;

IV - a estudos e racionalização dos problemas relativos à exploração e conservação de recursos florestais;

V - a estudos, pesquisas, projetos, análise e controle estatístico dos fenômenos coletivos nos setores econômico, social, financeiro, agrícola, industrial e científico;

VI - a trabalhos e implantação de programas relativos aos fenômenos sociais;

VII - a trabalhos de relações públicas, redação, revisão, coleta e preparo de informações, para divulgação oficial, falada, escrita e televisada;

b) atividades de coordenação, orientação ou execução especializada em grau de complexidade média, referentes aos trabalhos, estudos e projetos indicados no nível 7.

NÍVEL 5

Atividades de supervisão, coordenação, programação ou execução especializada em grau de maior complexidade, referentes:

I - a estudos sobre o comportamento humano e à dinâmica da personalidade, envolvendo diagnóstico psicológico, orientação psico-pedagógica e solução de problemas de ajustamento humano;

II - a trabalhos, estudos e projetos relativos a reconhecimentos, levantamentos, estudos e pesquisas de caráter físico-geográfico, biogeográficos, antropogeográfico e geoeconômico necessários ao conhecimento do Distrito Federal e das regiões e áreas adjacentes, destinadas a servir de apoio à política social, econômica e administrativa de órgãos públicos do Distrito Federal;

III - a trabalhos de difusão e aprimoramento de assuntos culturais, na área de letras, música, artes plásticas, teatro e conservação e restauração de obras históricas e artísticas.

NÍVEL 4

a) atividades de supervisão, coordenação, programação ou execução especializada em grau de maior complexidade, referentes:

I - a trabalhos de levantamentos topográficos e geodésicos, vistorias, arbitramentos, perícias e avaliações concernentes à agrimensura;

II - a trabalhos de pesquisa, estudo e registro bibliográfico de documentos e informações culturalmente importantes;

b) atividades de orientação ou execução especializada em grau de complexidade média, referentes aos trabalhos, estudos e projetos indicados na alínea a, itens III, IV, V e VII do nível 6.

c) atividades de execução qualificada, sob supervisão superior, referentes aos trabalhos, estudos e projetos indicados no nível 7 e nos itens I, II e VI, da alínea a, do nível 6.

NÍVEL 3

a) atividades de supervisão, coordenação, programação ou execução especializada, referentes a trabalhos relacionados com o desenvolvimento, diagnóstico e tratamento de comunidade em seus aspectos sociais;

b) atividades de orientação ou execução especializada, em grau de complexidade média, referentes aos trabalhos, projetos e estudos indicados nos itens I, II e III, do nível 5.

NÍVEL 2

Atividades de execução qualificada, sob supervisão superior, referentes aos trabalhos e estudos indicados nos itens III, IV, V e VII da alínea a do nível 6, nos itens I, II e III do nível 5 e na alínea a do nível 4.

NÍVEL 1

Atividades de execução qualificada, sob supervisão superior, referentes aos trabalhos indicados na alínea a do nível 3.

Art. 3º - O Grupo-Outras Atividades de Nível Superior é constituído pelas Categorias Funcionais abaixo indicadas:

Código NS 701 - Médico
Código NS 702 - Médico de Saúde Pública
Código NS 703 - Psicólogo
Código NS 704 - Farmacêutico
Código NS 705 - Odontólogo
Código NS 706 - Médico Veterinário
Código NS 707 - Engenheiro Agrônomo
Código NS 708 - Engenheiro Florestal
Código NS 709 - Engenheiro Agrimensor
Código NS 710 - Engenheiro
Código NS 711 - Arquiteto
Código NS 712 - Geógrafo
Código NS 713 - Químico
Código NS 714 - Economista
Código NS 715 - Técnico de Administração
Código NS 716 - Contador
Código NS 717 - Estatístico
Código NS 718 - Técnico em Assuntos Educacionais
Código NS 719 - Técnico em Assuntos Culturais
Código NS 720 - Sociólogo
Código NS 721 - Assistente Social
Código NS 722 - Técnico em Comunicação Social
Código NS 723 - Bibliotecário

Parágrafo único - As classes das Categorias Funcionais previstas neste artigo são distribuídas pela escala de níveis, na forma do Anexo deste Decreto.

DA COMPOSIÇÃO DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS

Art. 4º - As Categorias Funcionais do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior deverão atender às necessidades de recursos humanos das Secretarias de Estado, Procuradoria-Geral, Gabinete do Governador, órgãos relativamente autônomos e Departamento de Estradas de Rodagem.

Art. 5º - Poderão integrar as Categorias Funcionais a que se refere este decreto, mediante transposição, os cargos vagos e ocupados, cujas atividades se identifiquem com as indicadas no artigo 1º, observadas as respectivas especialidades de acordo com o seguinte critério:

I - na Categoria Funcional de Médico, os cargos de Médico;

II - na Categoria Funcional de Médico de Saúde Pública, os de Médico Sanitarista;

III - na Categoria Funcional de Psicólogo, os de Psicólogo, ressalvado o disposto no item XVIII, deste artigo;

IV - na Categoria Funcional de Farmacêutico, os de Farmacêutico;

V - na Categoria Funcional de Odontólogo, os de Cirurgião-Dentista;

VI - na Categoria Funcional de Médico-Veterinário, os de Veterinário e, por transformação, os de Técnico Rural cujos ocupantes possuam diploma de Médico-Veterinário devidamente registrado;

VII - na Categoria Funcional de Engenheiro-Agrônomo, os de Engenheiro-Agrônomo e, por transformação, os de Técnico Rural, cujos ocupantes possuam diploma de Engenheiro-Agrônomo devidamente registrado;

VIII - na Categoria Funcional de Engenheiro-Florestal, por transformação, os de Engenheiro-Agrônomo e Técnico Rural, cujos ocupantes possuam diploma de Engenheiro Florestal devidamente registrado;

IX - na Categoria Funcional de Engenheiro-Agrimensor, os de Agrimensor e, por transformação, os de Condutor Técnico, Condutor de Topografia e os de Auxiliar de Engenheiro, cujos ocupantes possuam diploma de Engenheiro Agrimensor devidamente registrado ou habilitação legal equivalente;

X - na Categoria Funcional de Engenheiro, os de Engenheiro e, por transformação, os de Auxiliar de Engenheiro, Condutor Técnico, Inspetor de Telecomunicações, Técnico de Eletrônica, Inspetor Eletretécnico e Eletretécnico, cujos ocupantes possuam diploma de Engenheiro devidamente registrado;

XI - na Categoria Funcional de Arquiteto, os de Arquiteto e, por transformação, os de Desenhista, Condutor Técnico e Auxiliar de Engenheiro, cujos ocupantes possuam diploma de Arquiteto devidamente registrado;

XII - na Categoria Funcional de Geógrafo, os de Geógrafo;

XIII - na Categoria Funcional de Químico, os de Químico;

XIV - na Categoria Funcional de Economista, os de Economista;

XV - na Categoria Funcional de Técnico de Administração, os de Técnico de Administração e os de Assessor para Assuntos Legislativos, e, por transformação, os de Assessor de Administração, Assistente de Administração, Oficial de Administração e Assistente Comercial, cujos ocupantes possuam diploma de Técnico de Administração devida -

mente registrado ou habilitação legal equivalente;

XVI - na Categoria Funcional de Contador, os de Contador e, por transformação, os de Técnico de Contabilidade, cujos ocupantes possuam diploma de Contador devidamente registrado;

XVII - na Categoria Funcional de Estatístico, os de Estatístico;

XVIII - na Categoria Funcional de Técnico em Assuntos Educacionais, os de Técnico de Educação, Sociólogo, Psicólogo, Inspetor de Ensino Médio, Inspetor de Ensino Elementar, Orientador, Orientador de Ensino Médio, Orientador de Ensino Elementar, e, por transformação, os de Professor de 1º e 2º grau que possuam diploma de bacharel em Pedagogia devidamente registrado;

XIX - na Categoria Funcional de Técnico em Assuntos Culturais, os de Professor de 1º e 2º grau e os de Arquivista, cujos ocupantes possuam um dos seguintes cursos superiores ou habilitação legal equivalente: Teatro, Música, Artes Plásticas, Letras, História, Comunicação Social ou Jornalismo e Museologia;

XX - na Categoria Funcional de Sociólogo, os de Sociólogo;

XXI - na Categoria Funcional de Assistente Social, os de Assistente Social e, por transformação, os de Agente Social, cujos ocupantes possuam diploma de Assistente Social devidamente registrado, ou habilitação legal equivalente;

XXII - na Categoria Funcional de Técnico em Comunicação Social, os de Redator e Revisor e, por transformação, os de Assistente de Relações Públicas e de Auxiliar de Relações Públicas, cujos ocupantes possuam diploma de curso superior de Comunicação Social ou Jornalismo devidamente registrado, ou habilitação legal equivalente;

XXIII - na Categoria Funcional de Bibliotecário, os de Bibliotecário e Documentarista e, por transformação, os de Arquivista e de Auxiliar de Bibliotecário, cujos ocupantes possuam diploma de Bibliotecário devidamente registrado ou habilitação legal equivalente;

Parágrafo único - Poderão concorrer, originariamente, à inclusão no Grupo-Outras Atividades de Nível Superior os ocupantes efetivos de cargos de Tesoureiro Auxiliar e de Tesoureiro Auxiliar de Primeira Categoria, que possuam diploma de curso superior ou habilitação legal equivalente, para o exercício das atividades do Grupo.

Art. 6º - Os cargos ocupados serão transpostos ou transformados mediante a inclusão na Categoria Funcional própria, dos respectivos ocupantes que possuam diploma de correspondente curso superior ou habilitação legal equivalente e far-se-á de maior para o menor nível, nos limites de lotação estabelecida para cada área de especialidade, por ordem rigorosa de classificação dos habilitados no processo seletivo a que se refere o artigo 8º deste Decreto.

§ 1º - Os cargos que, de acordo com a ordem de classificação dos respectivos ocupantes, excederem ao número fixado para a classe superior da Categoria Funcional serão transpostos ou transformados para a classe imediatamente inferior, ou, se ainda ocorrer a hipótese prevista neste parágrafo, para a classe seguinte.

§ 2º - A transformação de cargos a que são atualmente afetas atividades auxiliares das de nível superior, indicadas no artigo 5º, deste decreto, far-se-á somente para a classe inicial da correspondente Categoria Funcional, devendo realizar-se em etapa subsequente à da transposição dos cargos de nível superior e anteceder a transformação prevista no artigo 14, do Decreto nº 2 373, de 24 de setembro de 1973, a que se refere o parágrafo seguinte.

§ 3º - Se a lotação aprovada para a Categoria Funcional for superior ao número de funcionários habilitados no processo seletivo, será ela completada na forma estabelecida no artigo 14, do Decreto nº 2 373, de 24 de setembro de 1973.

Art. 7º - A transposição ou transformação de cargos, a que se refere o artigo 5º, deste decreto, somente será processada após a aprovação da lotação com base no resultado dos estudos relativos à fixação qualitativa e quantitativa dos cargos necessários às unidades organizacionais.

DOS CRITÉRIOS SELETIVOS

Art. 8º - Os critérios seletivos para a transposição ou transformação de cargos, objetivando comprovar a capacidade potencial do funcionário para o desempenho das atividades inerentes às Categorias Funcionais do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, serão, basicamente, representados por uma verificação de desempenho segundo critérios práticos e objetivos, compatíveis com a natureza de especialidade das atividades da Categoria Funcional, estabelecidos pela Secretaria de Administração.

Parágrafo único - Para efeito do disposto no artigo 6º e seu parágrafo 1º, deste decreto, a classificação dos candidatos habilitados, far-se-á de conformidade com o disposto no artigo 12 e paragrafo único, do Decreto nº 2 373, de 24 de setembro de 1973.

DO INGRESSO

Art. 9º - Ressalvado o disposto nos artigos 10 e 15 deste decreto, o ingresso nas Categorias Funcionais do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, far-se-á na classe inicial, mediante concurso público em que serão certificadas as qualificações essenciais exigidas, nas respectivas especificações, para o desempenho das atividades inerentes à classe.

Parágrafo único - Somente poderá inscrever-se no concurso quem possuir:

a) diploma de curso superior, ou habilitação legal equivalente, em relação às Categorias Funcionais a que sejam inerentes atividades correspondentes a profissões regulamentadas;

b) diploma de conclusão dos cursos superiores de Geografia e Ciências Sociais para as Categorias Funcionais de Geógrafo e Sociólogo, respectivamente;

c) diploma de conclusão de um dos seguintes cursos superiores: Teatro, Música, Artes Plásticas, Letras, História, Comunicação Social ou Jornalismo e Museologia, para a Categoria Funcional de Técnico em Assuntos Culturais, observada a respectiva especialidade;

d) diploma de curso superior de Comunicação Social ou Jornalismo, para a Categoria Funcional de Técnico em Comunicação Social, observada a respectiva especialidade;

e) diploma de bacharel em Pedagogia ou dos cursos superiores de Psicologia, Filosofia, Ciências Sociais e Educação Física, para a Categoria Funcional de Técnico em Assuntos Educacionais;

Art. 10 - Poderá ser reservado até 1/4 (um quarto) das vagas verificadas na classe inicial de Categorias Funcionais do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior para provimento por ocupantes de classes iniciais de outras Categorias do mesmo Grupo.

§ 1º - Somente poderão concorrer à progressão funcional prevista neste artigo os funcionários que preencham os requisitos legais e regulamentares estabelecidos para ingresso, devendo ser submetidos a treinamento adequado e ao mesmo processo seletivo dos candidatos inscritos no concurso público para a Categoria Funcional.

§ 2º - A classificação dos candidatos habilitados no concurso público à distinta da dos funcionários habilitados à progressão funcional, podendo realizar-se simultaneamente ambas as competições.

§ 3º - No caso de insuficiência de habilitados à progressão funcional, as vagas a esta destinadas poderão ser providas por candidatos habilitados no concurso público.

DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 11 - A progressão funcional dos ocupantes de cargos das Categorias Funcionais de que trata este decreto far-se-á para a classe imediatamente superior àquela a que pertença, observada, quando for o caso, a lotação fixada para cada área de especialidade e obedecerá ao critério de merecimento na forma estabelecida em regulamentação específica, a ser baixada.

Art. 12 - O interstício para a progressão funcional é de 3 (três) anos e será apurado pelo tempo de efetivo exercício na classe a que pertença o funcionário.

Art. 13 - Constituem, ainda, requisitos indispensáveis para a progressão funcional:

I - à classe C das Categorias Funcionais de Médico, Médico de Saúde Pública, Odontólogo, Médico-Veterinário, Engenheiro-Agrônomo, Engenheiro Florestal, Engenheiro Economista, Técnico de Administração, Técnico em Assuntos Educacionais, Contador, Químico e Técnico em Comunicação Social, contar o funcionário, no mínimo, 7 (sete) anos de experiência profissional e possuir diploma ou certificado de conclusão de curso de pós-graduação ou de especialização em nível equivalente;

II - à classe C das demais Categorias Funcionais, contar o funcionário, no mínimo 7 (sete) anos de experiência profissional e possuir certificado de conclusão de curso de especialização;

III - à classe B de todas as Categorias Funcionais de que trata este decreto, contar o funcionário 4 (quatro) anos, no mínimo, de experiência profissional e possuir diploma ou certificado de conclusão de curso de especialização ou aperfeiçoamento.

DA ASCENSÃO FUNCIONAL

Art. 14 - Poderá haver ascensão funcional, às classes iniciais das Categorias Funcionais de que trata este decreto, de ocupantes de classes finais de Categorias integrantes de outros Grupos, desde que possuam o correspondente diploma de curso superior ou habilitação legal equivalente, e se habilitem no processo seletivo estabelecido, ou regulamentação específica, para a Categoria Funcional.

Art. 15 - A época da realização e as normas disciplinadoras do processo de ascensão funcional serão objeto de regulamentação geral.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16 - Os ocupantes dos cargos integrantes do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior ficam sujeitos à jornada de trabalho estabelecida pela repartição de conformidade com o respectivo funcionamento, observado o mínimo de 30 (trinta) horas semanais, podendo ser convocados sempre que o exigir o interesse do serviço.

Art. 17 - O ato que aprovar as especificações de classes do Grupo estabelecerá, no grau hierárquico correspondente, as linhas de chefia inerentes aos cargos integrantes das Categorias Funcionais que o compõem.

Art. 18 - Poderá ser reservado até 1/4 (um quarto) das vagas existentes, ou que vierem a ocorrer na classe inicial das Categorias Funcionais de que trata este decreto, para serem providas pelos ocupantes de cargos relacionados no artigo 5º, que não lograrem habilitação no processo seletivo para a transposição ou transformação dos cargos respectivos, na forma do artigo 8º.

§ 1º - Os candidatos de provimento previsto neste artigo serão submetidos ao processo seletivo a que se refere o parágrafo 1º, do artigo 16 deste Decreto, devendo ser relacionados em classificação distinta dos mencionados no parágrafo 2º do mesmo artigo.

§ 2º - Os funcionários que não lograrem habilitação continuarão em quadros suplementares, na forma estabelecida no artigo 16, do Decreto nº 2 373, de 24 de setembro de 1973, podendo, entretanto, concorrer, mais uma vez, ao processo seletivo para o provimento.

Art. 20 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 23 de outubro de 1973
852º da República e 14º de Brasília.

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA

Cid Ferreira Lopes Filho

A N E X O

GRUPO : OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

CÓDIGO : 700

NÍVEL	CATEGORIAS FUNCIONAIS					
	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
	MÉDICO	NS-701	MÉDICO DE SAÚDE PÚBLICA	NS-702	PSICÓLOGO	NS-703
7	Médico C	NS-701.7	Médico de Saúde Pública C	NS-702.7		
6	Médico B	NS-701.6	Médico de Saúde Pública B	NS-702.6		
5					Psicólogo C	NS-703.5
4	Médico A	NS-701.4	Médico de Saúde Pública A	NS-702.4		
3					Psicólogo B	NS-703.3
2					Psicólogo A	NS-703.2
1						

NÍVEL	CATEGORIAS FUNCIONAIS					
	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
	FARMACÊUTICO	NS-706	ODONTÓLOGO	NS-706	MÉDICO VETERINÁRIO	NS-706
7			Odontólogo C	NS-706.7	Médico Veterinário C	NS-706
6	Farmacêutico B	NS-706.6	Odontólogo B	NS-706.6	Médico Veterinário B	NS-706
5						
4	Farmacêutico A	NS-706.4	Odontólogo A	NS-706.4	Médico Veterinário A	NS-706
3						
2						
1						

NÍVEL	CATEGORIAS FUNCIONAIS					
	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
	CONTADOR	NS-716	ESTATÍSTICO	NS-717	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	NS-718
7	Contador C	NS-716.7			Técnico em Assuntos Educacionais C	NS-718.7
6	Contador B	NS-716.6	Estatístico C	NS-717.6	Técnico em Assuntos Educacionais B	NS-718.6
5						
4	Contador A	NS-716.4	Estatístico B	NS-717.4	Técnico em Assuntos Educacionais A	NS-718.4
3						
2			Estatístico A	NS-717.2		
1						

NÍVEL	CATEGORIAS FUNCIONAIS					
	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NS-707	ENGENHEIRO FLORESTAL	NS-708	ENGENHEIRO AGRIMENSOR	NS-709
7	Engenheiro Agrônomo C	NS-707.7				
6	Engenheiro Agrônomo B	NS-707.6	Engenheiro Florestal C	NS-708.6		
5						
4	Engenheiro Agrônomo A	NS-707.4	Engenheiro Florestal B	NS-708.4	Engenheiro Agrimensor B	NS-709.4
3						
2			Engenheiro Florestal A	NS-708.2	Engenheiro Agrimensor A	NS-709.2
1						

NÍVEL	CATEGORIAS FUNCIONAIS					
	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
	TÉCNICO EM ASSUNTOS CULTURAIS	NS-719	SOCIÓLOGO	NS-720	ASSISTENTE SOCIAL	NS-721
7						
6			Sociólogo B	NS-720.6		
5	Técnico em Assuntos Culturais C	NS-719.5				
4			Sociólogo A	NS-720.4		
3	Técnico em Assuntos Culturais B	NS-719.3			Assistente Social B	NS-721.3
2	Técnico em Assuntos Culturais A	NS-719.2				
1					Assistente Social A	NS-721.1

NÍVEL	CATEGORIAS FUNCIONAIS					
	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
	ENGENHEIRO	NS-710	ARQUITETO	NS-711	GEÓGRAFO	NS-712
7	Engenheiro C	NS-710.7				
6	Engenheiro B	NS-710.6	Arquiteto B	NS-711.6		
5					Geógrafo C	NS-712.5
4	Engenheiro A	NS-710.4	Arquiteto A	NS-711.4		
3					Geógrafo B	NS-712.3
2					Geógrafo A	NS-712.2
1						

NÍVEL	CATEGORIAS FUNCIONAIS					
	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
	QUÍMICO	NS-713	ECONOMISTA	NS-714	TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO	NS-715
7			Economista C	NS-714.7	Técnico de Administração C	NS-715.7
6	Químico C	NS-713.6	Economista B	NS-714.6	Técnico de Administração B	NS-715.6
5						
4	Químico B	NS-713.4	Economista A	NS-714.4	Técnico de Administração A	NS-715.4
3						
2	Químico A	NS-713.2				
1						

NÍVEL	CATEGORIAS FUNCIONAIS					
	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
	TÉCNICO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL	NS-722	BIBLIOTECÁRIO	NS-723		
7						
6	Técnico em Comunicação Social C	NS-722.6				
5						
4	Técnico em Comunicação Social B	NS-722.4	Bibliotecário B	NS-723.4		
3						
2	Técnico em Comunicação Social A	NS-722.2	Bibliotecário A	NS-723.2		
1						

(E.M. 020/73-SEA, de 23 de outubro de 1973, publicada nesta edição, Página 8)

(E.M. 020/73, de 23 de outubro de 1973, publicada nesta edição, Página 8)

(Republicado no DISTRITO FEDERAL Nº 166, de 31 de outubro de 1973, Páginas 3 a 5, devido a lapso do original)

DECRETO DE 6 DE NOVEMBRO DE 1973

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item II, artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar, com mandato de dois anos, para compor o Conselho Fiscal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB, como suplente, o Bacharel em Direito GERALDO GONÇALVES DE SOUZA.

Distrito Federal, 6 de novembro de 1973

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
PAULO DA FONSECA VIANA

DECRETO DE 6 DE NOVEMBRO DE 1973

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item II, artigo 2º, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar, com mandato de dois anos, para compor o Conselho Fiscal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB, como suplente, a Bacharela em Direito ABGAIL BARRETO FREIRE.

Distrito Federal, 6 de novembro de 1973

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador
PAULO DA FONSECA VIANA

DECRETO DE 6 DE NOVEMBRO DE 1973

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

dispensar, a pedido, MANOEL CABRAL, Escriturario, nível 08, matrícula nº 6445, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da função em comissão, símbolo FC-12, de Encarregado de Turma de Fiscalização de Sobradinho, da Divisão de Fiscalização de Concessões e Permissões do Departamento de Concessões e Permissões da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal.

Distrito Federal, 6 de novembro de 1973

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
PAULO DA FONSECA VIANA

DECRETO DE 6 DE NOVEMBRO DE 1973

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar LINDOLFO PIRES BRAGA, Oficial de Administração, nível 16-C, matrícula nº 16.073, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a função em comissão, símbolo FC-12, de Encarregado de Turma de Fiscalização de Sobradinho, da Divisão de Fiscalização de Concessões e Permissões do Departamento de Concessões e Permissões da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal.

Distrito Federal, 6 de novembro de 1973

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
PAULO DA FONSECA VIANA

DECRETO DE 6 DE NOVEMBRO DE 1973

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item II, artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar, com mandato de dois anos, para compor o Conselho Fiscal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB, como membro efetivo, o Técnico de Administração ROBERTO LICIO ARNAUT.

Distrito Federal, 6 de novembro de 1973

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
PAULO DA FONSECA VIANA

DECRETO DE 6 DE NOVEMBRO DE 1973

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item II, artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar, com mandato de dois anos, para compor o Conselho Fiscal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB, como membro efetivo, o Economista MARCIO LUCAS GRACIANO.

Distrito Federal, 6 de novembro de 1973

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
PAULO DA FONSECA VIANA

DECRETO DE 6 DE NOVEMBRO DE 1973

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item II, artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar, com mandato de dois anos, para compor o Conselho Fiscal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB, como membro efetivo, o Tesoureiro Auxiliar de 1ª Categoria, matrícula nº 17.003, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, EURIPEDES LETTIERI.

Distrito Federal, 6 de novembro de 1973

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
PAULO DA FONSECA VIANA

DECRETO DE 07 DE NOVEMBRO DE 1973

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar o Engenheiro Civil JORGE CHAVES GUTIERREZ, Condutor Técnico, nível 17-B, matrícula nº 10.631, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-04, de Diretor da Divisão de Obras, da Administração Regional de Sobradinho.

Distrito Federal, 07 de novembro de 1973

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
JOIRO GOMES DA SILVA

DECRETO DE 30 DE OUTUBRO DE 1973

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar ANA ANGELA PONTE GUIMARÃES COURY, Professora do Ensino Elementar, nível 13-B, matrícula nº 4.640, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-5, de Assessor Auxiliar, do

Gabinete da Secretaria do Governo do Distrito Federal.
Distrito Federal, 30 de outubro de 1973
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
JOIRO GOMES DA SILVA

DECRETO DE 30 DE OUTUBRO DE 1973
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
dispensar ANA ANGELA PONTE GUIMARÃES COURY, Professora do Ensino Elementar, nível 13-B, matrícula nº 4.640, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, símbolo FC-10, de Oficial de Gabinete, da Secretaria do Governo do Distrito Federal, por ter sido designada para outra Função.
Distrito Federal, 30 de outubro de 1973
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA

JOIRO GOMES DA SILVA

DECRETO DE 30 DE OUTUBRO DE 1973
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
designar UYARA AYRES COSTA, Professora do Ensino Elementar, nível 13-B, matrícula nº 8.658, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-10, de Oficial de Gabinete, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.
Distrito Federal, 30 de outubro de 1973
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA

JOIRO GOMES DA SILVA

DECRETO DE 07 DE NOVEMBRO DE 1973
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
dispensar, a pedido, EPITÁCIO ROSA BARBOSA JUNIOR, matrícula nº 17.721, da Função em Comissão, símbolo FC-5, de Assessor Auxiliar, do Gabinete da Secretaria do Governo do Distrito Federal, a partir de 29 de outubro de 1973.
Distrito Federal, 07 de outubro de 1973
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA

JOIRO GOMES DA SILVA

DECRETO DE 07 DE NOVEMBRO DE 1973
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
designar JOSÉ DE QUEIROZ ARAUJO, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-14, de Encarregado de Turma de Conservação e Reparos da Divisão de Obras, da Administração Regional de Brazlândia.
Distrito Federal, 07 de novembro de 1973
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
JOIRO GOMES DA SILVA

DECRETO DE 07 DE NOVEMBRO DE 1973
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 e abril de 1960,
RESOLVE:
designar HÉLIO CARLOS ANDRADE BORGES, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-14, de Encarregado de Turma de Construção Civil, da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento, da Secrearia do Governo do Distrito Federal.
Distrito Federal, 07 de novembro de 1973
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
JOIRO GOMES DA SILVA

DECRETO DE 07 DE NOVEMBRO DE 1973
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
designar SERGIO FROSSARD DE ALMEIDA, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-4, de Chefe do Serviço de Processamento e Registro, da Cooordenação do Sistema de Orçamento, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.
Distrito Federal, 07 de novembro de 1973
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
JOIRO GOMES DA SILVA

DECRETO DE 07 DE NOVEMBRO DE 1973
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
designar o Engenheiro Agrimensor ALCIDES SEVERINO BEZERRA, Condutor Técnico, nível 17, matrícula nº 1.947, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-08, de Chefe da seção de Cadastro, da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento.
Distrito Federal, 07 de novembro de 1973
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
JOIRO GOMES DA SILVA

DECRETO DE 7 DE NOVEMBRO DE 1973
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 20, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
designar TURIBIO VITORINO DA SILVA, Escriturário, nível 08-A, matrícula nº 00907, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-10, de Chefe da Seção de Material e Patrimônio, da Divisão de Administração Geral, da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento.
Distrito Federal, 07 de novembro de 1973
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
JOIRO GOMES DA SILVA

DECRETO DE 07 DE NOVEMBRO DE 1973
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
dispensar, a pedido, HERMES EUSTÁQUIO CAMPOS PEREIRA, matrícula nº 18.161, da Função em Comissão, símbolo FC-08, de Chefe da Seção de Topografia II, da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Administração Regional de Taguatinga, a partir de 1º de outubro de 1973.
Distrito Federal, 07 de novembro de 1973
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
JOIRO GOMES DA SILVA

DECRETO DE 07 DE NOVEMBRO DE 1973
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
dispensar, a pedido, JOÃO BATISTA DA COSTA, Oficial de Administração, nível 16-C, matrícula nº 16.202, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, símbolo FC-08, de Chefe da Seção de Fiscalização de Obras II, da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Administração Regional de Taguatinga.
Distrito Federal, 07 de novembro de 1973
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
JOIRO GOMES DA SILVA

DECRETO DE 08 DE NOVEMBRO DE 1973
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
dispensar, a pedido, DARIO LUIZ DE OLIVEIRA, Escriturário, nível 8-A, matrícula nº 00103, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, símbolo FC-8, de Chefe da Seção de Arquivo Técnico, da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Administração Regional de Brazlândia.
Distrito Federal, 08 de novembro de 1973
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
JOIRO GOMES DA SILVA

DECRETO DE 08 DE NOVEMBRO DE 1973
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
dispensar MARLEIDO AVELINO DA NÓBREGA, Oficial de Administração, nível 12-A, matrícula nº 15.161, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, símbolo FC-10, de Chefe da Seção de Pessoal, da Divisão de Administração Geral, da Administração Regional de Taguatinga, por ter sido designado para outra função.
Distrito Federal, 08 de novembro de 1973.
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
JOIRO GOMES DA SILVA

DECRETO DE 08 DE NOVEMBRO DE 1973
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
designar MARLEIDO AVELINO DA NÓBREGA, Oficial de Administração, nível 12-A, matrícula nº 15.161, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-08, de Chefe da Seção de Fiscalização de Obras II, do 2º Distrito de Fiscalização de Obras e Posturas, da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Administração Regional de Taguatinga.
DISTRITO FEDERAL, 08 de novembro de 1973.
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA

JOIRO GOMES DA SILVA

DECRETO DE 08 DE NOVEMBRO DE 1973
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
designar GERALDO BATISTA DA ROCHA, Pedreiro, nível 08-A, matrícula nº 01.375, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-14, de Encarregado de Turma de Topografia, da Seção de Topografia II, do 2º Distrito de Fiscalização de Obras e Posturas, da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Administração Regional de Taguatinga.
Distrito Federal, 08 de novembro de 1973
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
JOIRO GOMES DA SILVA

DECRETO DE 08 DE NOVEMBRO DE 1973
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
dispensar FAUZI NACFUR, Oficial de Administração, nível 16-C, matrícula nº 6.217, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, símbolo FC-06, de Diretor da Divisão de Administração Geral, da Administração da Cidade-Satélite do Núcleo Bandeirante, por ter sido designado para outra função.
Distrito Federal, 08 de novembro de 1973
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
JOIRO GOMES DA SILVA

DECRETO DE 8 DE NOVEMBRO DE 1973

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar FAUZI NACFUR, Oficial de Administração, nível 16—C, matrícula nº 6.217, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC—06, de Diretor da Divisão de Administração Geral, da Administração do Setor Residencial Indústia e Abastecimento.
Distrito Federal, 08 de novembro de 1973

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
JOIRO GOMES DA SILVA

DECRETO DE 08 DE NOVEMBRO DE 1973

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar JOSÉ TADEU GOMES FILHO, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC—10, de Chefe da Seção de Pessoal, da Divisão de Administração Geral, da Administração Regional de Taguatinga.
Distrito Federal, 08 de novembro de 1973

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
JOIRO GOMES DA SILVA

DECRETO DE 08 DE NOVEMBRO DE 1973

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar GILDÁSIO MACEDO, Fiscal de Obras, nível 09, matrícula nº 0224, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC—08, de Chefe da Seção de Cadastro II, do 2º Distrito de Fiscalização de Obras e Posturas, da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Administração Regional de Taguatinga.
Distrito Federal, 08 de novembro de 1973

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
JOIRO GOMES DA SILVA

DECRETO DE 08 DE NOVEMBRO DE 1973

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960.
RESOLVE:
Dispensar PEDRO GOMES DA SILVA, Condutor de Topografia, nível 11—A, matrícula nº 12.410, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, símbolo FC—08, de Chefe da Seção de Cadastro II, do 2º Distrito de Fiscalização de Obras e Posturas, da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Administração Regional de Taguatinga, por ter sido designado para outra função.
Distrito Federal, 08 de novembro de 1973
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
JOIRO GOMES DA SILVA

DECRETO DE 08 DE NOVEMBRO DE 1973

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
Designar PEDRO GOMES DA SILVA, Condutor de Topografia, nível 11—A, matrícula nº 12.410, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC—08, de Chefe da Seção de Topografia II, do 2º Distrito de Fiscalização de Obras e Posturas, da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Administração Regionnal de Taguatinga.
Distrito Federal, 08 de novembro de 1973

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
JOIRO GOMES DA SILVA

DECRETO DE 08 DE NOVEMBRO DE 1973

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do Artigo 20 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o item II, Art. 2º, do Decreto nº 2225, de 28.03.73.

RESOLVE:

designar o Dr. EDWARD CATTETE PINHEIRO, para membro efetivo do Conselho de Saúde do Distrito Federal, por 3 anos.
Brasília-DF, 08 de novembro de 1973.

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
ÁLVARO JOSÉ DE PINHO SIMÕES

DECRETO DE 08 DE NOVEMBRO DE 1973

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o item II, Art. 2º, do Decreto nº 2225, de 28.03.73,

RESOLVE:

Designar o Dr. ANTONIO MENNA, para membro efetivo do Conselho de Saúde do Distrito Federal, por dois anos.
Distrito Federal, 08 de novembro de 1973

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
ÁLVARO JOSÉ DE PINHO SIMÕES

DECRETO DE 08 DE NOVEMBRO DE 1973

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do Artigo 20, da Lei no. 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o item II, Art. 2º, do Decreto nº 2225, de 28.03.73,

RESOLVE:

Designar o Dr. DEJANO TAVARES SOBRAL, para Membro efetivo do Conselho de Saúde do Distrito Federal, por 3 anos.
Brasília-DF, 08 de novembro de 1973

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
ÁLVARO JOSÉ DE PINHO SIMÕES

DECRETO DE 08 DE NOVEMBRO DE 1973

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o item II, Art. 2º, do Decreto nº 2225, de 28.03.73.

RESOLVE:

designar o Dr. ARISTIDES VALLEJO FREIRE, para Membro efetivo do Conselho de Saúde do Distrito Federal, por 3 anos.
Brasília-DF, 08 de novembro de 1973

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
ÁLVARO JOSÉ DE PINHO SIMÕES

DESPACHOS

Processo nº: 076.161/73
Interessado: VILMA SALDANHA DO PRADO LIMA
Assunto: Requisição para o Senado Federal

DE ACORDO.

AUTORIZO o afastamento da servidora VILMA SALDANHA DO PRADO LIMA, Oficial de Administração, nível 12—A, matrícula nº. 4431, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, até 31 de dezembro de 1973, sem prejuízo dos seus vencimentos e vantagens.
A Secretaria de Administração, para as providências complementares.
Brasília, 26 ee outubro de 1973

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador.

PROCESSO Nº 35.101/73 (anexo o 34.586/73)
INTERESSADO: DETUR
ASSUNTO: ALTERAÇOES DA TEP E TEC

DESPACHO

Em face dos pronunciamentos dos Senhores Secretários do Governo (f. 25 v.) e de Finanças (f. 27), autorizo as alterações na forma do encaminhamento do Senhor Secretário de Administração (fs. 29/30).
Quanto às admissões, observe-se o Parecer nº 25/73 da Consultoria Jurídica.
Brasília, 29 de outubro de 1973
HELIO PRATES DA SILVEIRA
Governador

PARECER Nº 18/73- 1ª. SUB-PROCURADORIA-GERAL
PROCESSO Nº: 24.291/72
INTERESSADO: FABIO FUSCALDI
ASSUNTO: Requer seu aproveitamento como Agente Fiscal de Tributos "A"
EMENTA:

Provimento da classe de Agente Fiscal de Tricutos "A" só é possível mediante concurso público (art. 80, Lei nº 5.769/71), acessível apenas aos portadores de diploma de curso superior.
Não assiste direito a aproveitamento de concursado aprovado não readaptado (por falta de vaga) no cargo de Cadastrador, como Agente Fiscal de Tributos "A".
Senhor Procurador-Chefe:

RELATORIO:

Pretende o requerente ser "aproveitado como Agente Fiscal de Tributos "A", numa das 51 vagas existentes nesta série de classes, de conformidade com o artigo 2º da Lei nº 5.769, de 20.12.71, considerando-se que foi readaptado para Cadastrador".
Apreciado no âmbito da Secretaria de Administração foi o pedido indeferido pela Coordenadora do Sistema de Pessoal con fundamento em bem elaborado parecer da Assessoria Normativa de Pessoal da C.S.P.
Houve por bem o Senhor Secretário de Administração em encaminhar o processo a exame da Procuradoria-Geral, cabendo-me a tarefa de emitir o respectivo

PARECER
Vê-se às fl. 06, que o peticionário logrou aprovação em 1º lugar no concurso específico para readaptação a que se submeteu para o cargo de Cadastrador, nível 14, só não conseguindo ser readaptado por inexistência de vaga.
Como Oficial de Administração, nível 14, permaneceu até o advento da Lei nº 5.769, de 20 de dezembro de 1971, que extinguiu os seguintes cargos do Grupo Ocupacional Fisco: Assessor de Fazenda, Auxiliar de Rendas, Fiscal de Rendas e Lançador.
Aprovado mas não readaptado por falta de vaga no cargo de Cadastrador, permaneceu o postulante na expectativa de um direito que não chegou a ver concretizado e que, agora que sobreveio a extinção do mesmo, não mais poderá pleiteá-lo com êxito, a meu ver.
A série de classes de Agente Fiscal de Tributos só poderá ser preenchida na forma prescrita no art. 8º do citado diploma legal,

VERBIS:

"Para provimento, por concurso público, de vagas na classe inicial de série de classes de Agente Fiscal de Tributos será exigido diploma de conclusão de curso superior".
Assim, o preenchimento ou provimento da nova série de classes do Grupo Ocupacional Fisco do Distrito Federal somente poderá ocorrer atendidos dois requisitos básicos: concurso público e ser portador de título de curso superior.
Por estas razões, sou pelo indeferimento do pedido.
S.M.J.
Brasília, 09 de abril de 1973
CLOVIS FERREIRA DE MORAIS
Procurador

PROCESSO : 24.291/72
INTERESSADO: FABIO FUSCALDI
ASSUNTO : REQUER SEU APROVEITAMENTO COMO AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS "A"

DESPACHO:

Aprovo o parecer de fls. 12/13, conforme o encaminhamento do Doutor Procurador Geral.
A PRG.
Brasília, 19 de outubro de 1973
HELIO PRATES DA SILVEIRA
Governador

PARECER Nº: 104/71 1ª. SUB-PROCURADORIA—GERAL
PROCESSO Nº: 40.693/70
INTERESSADO: JOÃO HOLANDA SÁ
ASSUNTO: Solicita reexame dos seus vencimentos

Diárias de Brasília. Parcela absorvida.
Interpretação da palavra VANTAGENS
EMENTA: para os efeitos do Decreto 779/68, do Executivo Local, em face do Estatuto dos Funcionários (arts. 118 e 132 da Lei 1.711/52).
A parcela absorvida passa a integrar os vencimentos.

Senhor Procurador-Chefe:

HISTÓRICO:

Reclama o servidor contra o critério de pagamento adotado pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, uma vez que, segundo diz, "vem percebendo a menor a importância de 45,20, referente a parcela de absorção que está sendo deduzida do salário que percebe pela Fundação, quando só deveria ser deduzida a que corresponde ao seu vencimento fixo que percebe pela Secretaria de Agricultura e Produção.

Alega que essa maneira de calcular a diferença entre o vencimento e o salário de Topógrafo na Fundação Zoobotânica contrária às normas baixadas pelo Decreto nº 779/68, de 20 de agosto de 1968 da chefia do Executivo local.

A chefia do Serviço de Pessoal daquele órgão afirma que o servidor

"vem percebendo como todos os demais servidores do DGF à disposição da FZDF, inclusos na Tabela de Empregos Temporários e de Obras ou na Tabela de Empregos em Comissão, a diferença salarial pelo valor do cargo ou função, nesta Entidade menos o valor total do seu nível (incluindo - ABSORÇAO) do órgão de origem, assim como: Salário TOPÓGRAFO na Fundação Zoobotânica do Distrito Federal 721,15 menos o nível 11 - Cr$ 389,07 (com ABSORÇAO) - dif. Cr$ 332,08".

Dispõe o artigo 5º do Decreto nº 779, de 20 de agosto de 1968, que:

"o servidor do GDF à disposição de outro órgão para ocupar funções em comissão, emprêgo em comissão ou simplesmente estiver suprindo deficiência de pessoal, receberá do referido órgão uma diferença entre o seu vencimento - excluídas as vantagens - e o valor do símbolo da função, emprêgo ou vaga". (Origem sem grifo).

Concluindo, indaga a Chefia do Serviço de Pessoal daquela Fundação

"... se a ABSORÇÃO é uma vantagem ou parte integrante do vencimento do servidor, uma vez que na elaboração do Quadro de diferença de Salário dos servidores que iriam bloquear vagas nesta Entidade, foi considerada pelo total do nível (Destacado).

Chamada a pronunciar-se, a douta Consultoria Jurídica da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal manifesta-se, em parecer de fls. 6/8, favorávelmente ao pagamento, nos seguintes termos, verbis:

"Assim o pedido tem fundamento e atinge aqueles que legalmente vem bloqueando vagas, devendo o pagamento ser feito como manda o decreto 779/68, a partir do requerimento, uma vez que os direitos do empregado e do empregador ficam inertes e ineficientes sempre que o interessado não os utiliza dentro de dois anos contados da data em que êstes direitos tenham sido violados..." Russanano - Comentários à CLT, vol. I, pags. 98 e 99. Com relação ao Estatuto dos Funcionários tal direito prescreve em 120 dias, art. 1689, inciso II. Na realidade tal fato, irregular, vem acontecendo há mais de dois anos."

Novamente encaminhado o processo à douta Assessoria Jurídica daquela Fundaçção, dessa feita para dizer das implicações legais decorrentes do advento do Decreto 1.137, de 30/9/69, que alterou a redação do art. 5º do Decreto 779/68, o ilustre parecerista assevera, em conclusão:

"Desta forma concluimos por confirmar nosso parecer anterior.

Entretanto, em face da divergência entre a clareza do texto e da jurisprudência, cabe ao Conselho Deliberativo decidir o assunto, tendo em vista que ao Egrégio Conselho compete, entre outras atribuições, aprovar o plano Diretor da Fundação (art. 16, ítem I do Regimento Interno), baixar normas administrativas (art. 8º, ítem II do Estatuto), fixar conduta de procedimento."

Houve por bem o Eg. Conselho daquela Fundação encaminhar a matéria à PRG "solicitando parecer conclusivo", tendo sido o processo a nós distribuído para pronunciamento.

A dúvida se situa, pelo visto, no seguinte ponto controverso da questão, bem exposto no despacho de fls. 2 e verso, da Chefia do Serviço de Pessoal da Fundação:
"... a ABSORÇÃO é uma vantagem ou parte integrante do vencimento do servidor"?
Em outras palavras: a parte asborvida das diárias de Brasília é uma vantagem para os efeitos do idsposto no artigo 5º do Decreto 779, de 20.08.68, baixado pelo então Prefeito do Distrito Federal, ou é vencimento, na forma dos preceitos estatutários?
Esta a questão jurídica a ser resolvida.
Com efeito, diz o citado art. 5º, do diploma legal, in verbis:
"Os funcionários do Quadro Permanente e Provisório de Pessoal do Distrito Federal poderão, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens, ser colocados à disposição dos órgãos da Administração Descentralizada do Distrito Federal, a fim de suprir suas deficiências de pessoal.
Parágrafo 1º - No caso deste artigo, quando o funcionário for designado para exercer a função ou emprego em comissão, ou simplesmente estiver suprindo deficiência de pessoal, receberá do órgão em que estiver prestando serviço a diferença entre o seu vencimento, excluídas as vantagens - e o valor do símbolo da função, emprego ou vaga que ocupar". (Grifamos).
Dando-lhe nova redação, o artigo 1º do Decreto 1.137, de 30/9/69, introduziu pequenas alterações no texto citado, verbis:
"O artigo 5º do Decreto 779, de 20 de agosto de 1968, passa a ter a seguintete redação:

Art. 5º - Os funcionários dos Quadros Permanente e Provisório de Pessoal do Distrito Federal poderão, com ou sem prejuízo de seus vencimentos ou vantagens, ser colocados à disposição dos órgãos da Administração Descentralizada do Distrito Federal, a fim de suprir suas deficiências de pessoal.

Parágrafo 1º - No caso deste artigo, quando o funcionário for designado para exercer a função ou emprego em comissão, ou simplesmente estiver suprindo deficiência de pessoal, perceberá do órgão em que estiver prestando serviço o salário ou a diferença entre o seu vencimento - excluídas as vantagens e o valor do símbolo da função, emprego ou vaga que ocupar." (Original sem destaque).

Pela natureza do benefício - diárias de Brasília (parte absorvida) - é fácil de se ver que somente aos funcionários públicos, nos termos do Estatuto (Lei 1.711/52) e leis correlatas-com exercício em Brasília-foi ele concedido, não se tornando extensivo aos empregador (regidos pela CLT).
É, portanto, um benefício de origem estatutária e, como tal, vejamos o significado da palavra VANTAGENS em face do citado diploma legal, cujo artigo 118 reza:

"Além do vencimento ou remuneração, poderão ser deferidas as seguintes vantagens:
1. Ajuda de Custo;
2. Diárias;
3. Auxílio para diferença de caixa;
4. Salário família;
5. Auxílio doença;
6. Gratificações
7. Cotas partes de metas e percentagens".

Logo adiante, o artigo 132 estabelece o modus operandi do benefício:
"Art. 132 - Sem prejuízo das diárias que lhe competirem, o funcionário obrigado a permanecer FORA DA SEDE DA REPARTIÇÃO, em objeto de serviço por mais de 30 dias, perceberá ajuda de custo correspondente a um mês de vencimento". (Destacado).
Ao comentar a disposição legal em foco, J. GUILHERME MENEGALLE preleciona:
"Consoante se verá, o funcionário

que se deslocar de sua repartição em objeto de serviço, terá direito a uma diária A TITULO DE INDENIZAÇÃO DAS DESPESAS DE ALIMENTAÇÃO E POUSA DA..." (Grifamos).
A DIÁRIA ESTATUÁRIA tem, portanto, uma destinação certa: cobrir despesas de alimentação e pousada quando "o funcionário é obrigado a permanecer FORA DA SEDE DA REPARTIÇÃO..." É, pois, uma vantagem de caráter transitório, passageiro.
Sem dúvida alguma que tais diárias são VANTAGENS por força da própria expressão legal.
Há que se verificar, outrossim, se as chamadas DIÁRAS DE BRASILIA podem situar-se sob a mesma égide legal, para que se possa dar desate à questão SUB EXAMEN. É o que faremos.
Todos sabemos a origem das mesmas, inicialmente concedidas via do decreto presidencial, num desdobramento das diárias estatuárias e destinadas a premiar os novos servidores públicos que para cá quisessem vir servir á nação, "tendo de arcar com despesas imprevistas". Era evidente que o novo benefício não poderia assentar-se em decreto, já que entre as VANTAGENS estatuáriamente concedidas (art. 118 e 132) não se enquadrava.
Assim, vieram leis e até uma Emenda Constitucional a respeito (nº 3, de 8.6.61), descaraterizando por completo o novo benefício de suas origens, a tal ponto que, hoje, é tranquila e jurisprudência concernente à matéria, tanto administrativa quanto judicial, situando-o sob o instituto jurídico de vencimento.

O DASP assim se pronunciou no processo 12.911/65:
"Quanto ao que se consulta no ítem "c", cabe-me evidenciar que, em recente parecer, o meu ilustre colega da Consultoria Dr. Clenício da Silva Duarte teve ensejo de, a respeito de parcelas absorvidas de diárias, assim se manifestar:
"6. A contradição é mais aparente que real. Se não, vejamos. A lei complementar, a que dererira o legislador constituinte competência expressa para estatuir as vantagens pelo exercício em Brasília, entendeu de desdobrá-la em duas espécies: as diárias propriamente ditas, que foram fixadas na forma dos arts. 1º e 2º, e parcelas absorvidas destas, nos têrmos do art. 4º, do mesmo diploma legal. Assim, se as primeiras (diárias) se vinculam ao exercício em Brasília, sendo percebidas por todos os que aqui se encontrem servindo, as outras (absorções) só são deferidas aos que se achem em exercício nesta Capital, na data da lei de que se originaram na forma do citado ortigo 4º.
7. São vantagens de categorias distintas: as primeiras, essencialmente eventuais, vinculadas ao exercício em Brasília; as outras, ao serem "absorvidas" no vencimento, vale dizer, a ele "incorporadas", são definitivas e a acompanham como apêndice salarial, quer o servidor daqui se afaste em atividade para servir em outro ponto do território nacional, quer passe à inatividade quando são adicionadas ao respectivo provento".
O Alto Pretório tem se manifestado reiteradamente a respeito e de tal sorte que não se pode mais ter qualquer dúvida. O eminente Ministro Djaci Falcão, relator do RE nº 69.628, assim se refere em seu brilhante voto, aprovado unânemente pela 1ª Turma do S.T.F., em sessão de 7 de abril de 1970:

"Trata-se, ao que se vê, de acertado julzo interpretativo, pois na parte - absorvida a diária é vencimento. Se é integrando-se nos vencimentos. Com idêntica exegese decidiu esta turma o RE-69.165, relatado pelo eminente Ministro Barros Monteiro, e que traz a seguinte ementa:

"Diárias de Brasilia. Parcela absorvida. Integra os vencimentos, de modo que o funcionário que se aposenta tem direito de receber o "quantum" dessa vantagem. Recurso extraordinário não conhecido".

A ementa de v. acórdão é a seguinte:

"DIÁRIA DE BRASILIA. A parcela absorvida passa a integrar os vencimentos, e em resultado, deve ser incorporada aos proventos da inatividade. Recurso extraordinário não conhecido". (Grifamos).

Ao julgar os Recursos Extraordinários de nºs. 69.473 e 70.036, sendo recorrentes o IPASE e o INPS., - respectivamente, a mesma 1ª. Turma do Pretório Excelso decidiu:

"Ementa. Diária de Brasília. A parcela absorvida passa a integrar os vencimentos e, em resultado, deve ser incorporada aos proventos da inatividade. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário não conhecido".

Por estas razões, somos levados a divergir do ilustre advogado da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, autor dos pareceres de fls. 6/8 e 11 "usque" 14 quando conclui favoràvelmente à pretensão do requerente, sob a alegação de que:

"Constituindo a absorção uma vantagem decorrente da lei e mandando o decreto que se pague a diferença entre o vencimento do órgão de origem e o salário do órgão de origem e o salário do órgão requisitante, excluídas as vantagens, não podem estas serem incluidas, como salário, conforme vem sendo feito." (Destacado).

Face ao exposto, manifestamo-nos contràriamente ao pedido de pagamento da diferença em causa, uma vez que a parte absorvida das diárias de Brasília integra os vencimentos, não podendo ser cónsiderada como **vantagem** estatutária para os efeitos dos Decretos 779, de 20 de agosto de 1968 e 1.137, de 30 de setembro de 1969, baixados pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito do Distrito Federal.

É o nosso entendimento,
S. M. J.
Brasília, 22 de outubro de 1971
CLOVIS FERREIRA DE MORAIS
Procurador

Aprovo o parecer de fls. 19/26
À consideração do Exmº Sr. Procurador-Geral.
Brasília, 11/4/1973
EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador-Chefe
1ª Subprocuradoria-Geral

Processo nº: 40.693/70
Interessado: JOÃO HOLANDA SÁ
Assunto: Sol. reexame dos seus vencimentos.

Senhor Governador
Aprovo o exato Parecer nº 104/71-1ª-SPRG.
Após o exame do pronunciamento da PRG por Vossa Excelência, peço a devolução dos autos para os efeitos do art. 2º, do Regimento Interno da Procuradoria-Geral, aprovado pelo Decreto "E" nº 437, de 16 de setembro de 1965, e distribuição ao Órgão interessado, se for o caso.
A superior consideração de Vossa Excelência.
PRG, 23 de julho de 1973
AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO

PROCESSO Nº: 40.693/70
INTERESSADO: JOÃO HOLANDA SÁ
ASSUNTO: SOL. REEXAME DOS SEUS VENCIMENTOS

DESPACHO

Aprovo o parecer de fls. 19/26, conforme o encaminhamento do Doutro Procurador Geral.
A PRG.
Brasília, 16 de outubro de 1973
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador

PARECER Nº: 50/73 - 1ª SUBPROCURADORIA—GERAL

PROCESSO Nº: 25.597/72 - 500.830/73
INTERESSADO: JOSÉ PEREIRA DE FARIA
ASSUNTO: Descontos previdenciários

EMENTA: Desconto precidenciário do servidor público filiado ao IPASE e colocado à disposição da NOVACAP.

Não deve sofrer solução de continuidade o desconto em favor desse Instituto, vez que, a recente reestruturação administrativa dessa Companhia, não altera o **status** do servidor por ela requisitado, bem como a v. decisão do T.S.T. (Ac. 3ª T - 375 - 72) não abrange indistintamente todas as hipóteses de cessão do funcionário a empresas públicas.

Incensurável, a nosso ver, as disposiçõs do Decreto nº. 1.890, de 21 de dezembro de 1971, que regulamenta a matéria.

Senhor Procurador-Chefe:

RELATÓRIO:

JOSÉ PEREIRA DE FARIA, Chefe do Escritório Regional da NOVACAP no Rio de Janeiro, requer ao Diretor p/Assuntos Administrativos e Financeiros desta Companhia, que os seus descontos previdênciários sejam efetuados em favor do I.N.P.S. ao invés do IPASE, como vem ocorrendo, apesar da sua condição de servidor público do Estado da Guanabara. Justifica sua pretensão por ser detentor de emprego em comissão, "regido por força de dispositivo constitucional e legal, pela legislação trabalhista".

Após ter procedido a qualificação do requerente, informou-se às fls. 03, que a contribuição previdenciária do mesmo vem sendo recolhida desde outubro 70, em favor do IPASE, com base no parecer nº 007/70, da lavra do Doutor Dário Délio Cardoso.

3. Segue o pronunciamento do Chefe da Seção de Direitos e Deveres da NOVACAP, no sentido de que o interessado não mantém vínculo empregatício com a NOVACAP, vez que, ele a serve na condição de servidor público requisitado, devendo suas contribuições previdenciárias serem descontadas em favor do IPASE.
4. Cópia do Parecer DA—P.J. 3ª Subprocuradoria 336/69, de fls. 07 a 12, da Doutora Leopoldina Eugênia de Moraes, cuja ementa é a seguinte: .
"Funcionário público requisitado para exercer cargos em Comissão na NOVACAP. Decreto-lei nº 6877, de 16.09.44). Inexistência de vínculo trabalhista entre a Cia. e o servidor. Desnecessidade da Carteira de Trabalho".
5. Nesse mesmo sentido é o Parecer nº 007/70 (fls. 13/14), da autoria do Assessor Jurídico da Superintendência da NOVACAP, Doutor Dário Délio Cardoso.
6 Através do despacho de fls.16, o Diretor Paulo Darcy Palhas dá conhecimento ao Superintendente da NOVACAP, que a pretensão do requerente JOSÉ PEREIRA DE FARIA é obstaculada por esses aludidos pareceres, ou sejam, do Departamento Jurídico e da Assessoria Jurídica, não obstante ter o Assessor Jurídico manifestado interesse em
7. Remetido o processo ao Consultor Jurídico, foi por este exarado o Parecer nº 028/72—CJ, cuja ementa se segue, "in-verbis":
"EMENTA — Contribuição previdenciária de que fica sujeito o servidor requisitado para servir em entidades paraestatais. Os servidores da União, dos Estados e dos Municipios e de suas autarquias, sujeitos a regime próprio de previdência, quando requisitados para servir em sociedades de economia mista, empresas públicas ou fundações instituidas pelo Poder Público, continuam vinculadas à repartição de origem e filiados a seu regime peculiar de previdência. Desta regra excetuam-se os que, independentemente de sua situação funcional, exercerem atividade ou emprego incluído no sistema da Lei Orgânica da Previdência Social, hipótese em que se tornarão contribuintes obrigatórios do INPS, nos termos do disposto no parágrafo 3º do art. 6º do Regulamento Geral da Previdência Social".
8. Com essa nova posição assumida pelo Consultor, não concordou o Diretor p/Assuntos Administrativos e Financeiros, ao submeter a matéria a consideração do Superintendente.
9. As fls. 27 e 28, cópias dos ofícios nºs DFS—04/68 e 01— 01/332, dos Delegado Regional do IPASE e Diretor Geral do INPS, respectivamente, versando sobre a matéria.
10. Cópia da Instrução de 31 de maio de 1971, do Superintendente da NOVACAP, que designou o interessado JOSÉ PEREIRA DE FARIA para a Chefia do Escritório para a Chefia do Escritório Regional do Rio de Janeiro.
11. Segue o Parecer de fls. 30/32, da autoria do Assistente do Chefe de Gabinete, que conclui pelo indeferimento do pedido, por se tratar de funcionário público requisitado, que não mantém vínculo empregatício com a NOVACAP.
12. Em atendimento à sugestão da sua Chefia de Gabinete, o Senhor Superintendente da NOVACAP solicitou a audiência da Secretaria de Administração, tendo o seu titular pedido às fls. 34, o pronunciamento da Procuradoria-Geral.

PARECER:
13. A nova posição assumida pelo ilustrado Consultor Jurídico da NOVACAP, Doutor Dário Délio Cardoso, face à filiação previdenciária do servidor público requisitado para servir nessa Companhia Urbanizadora emprego permanente, deve-se, conforme se depreende da leitura do seu Parecer de fls., à reestruturação levada a efeito na Companhia, quando se transformou em Emprego em Comissão, até então Função em Comissão de Chefe do Escritório da NOVACAP, na Cidade do Rio de Janeiro.
14. Observa-se que o eminente jurista não pretende generalizar essa assertiva ao se pronunciar:
"É tora de dúvida que o servidor público requisitado para trabalhar em sociedade de economia mista, empresas públicas ou fundações instituídas pelo Poder Público, continua vinculado à sua repartição de origem filiado a seu sistema de Previdência", não sendo o segurado obrigatório do INPS.
Encarada sob esse aspecto, a situação do requerente que era a que se encontrava quando emitimos nosso anterior parecer - procede, sem contestação possível, o bem elaborado pronunciamento da Chefia da Seção de Direitos e Deveres da DP — NOVACAP.
Entendemos, entretanto, que após a reorganização do Quadro de Pessoal da Companhia, com a implantação das Tabelas de Empregos Permanentes (TEP), e dos Empregos em Comissão (TEC), a situação do interessado se modificou inteiramente. A sua designação pela Instrução de 31 de maio de 1971, para exercer o emprego de Chefe de Escritório Regional do Rio de Janeiro, o vinculou à Companhia estabelecendo entre ambos a relação empregatícia. A partir da data da designação, passou a NOVACAP à condição de empregadora e o requerente a de empregado.
15. Todavia, quer nos parece que essa medida não se reveste de força modificação. Ora, até mesmo a empresa privada, aos moldes das quais devem funcionar as empresas públicas (parágrafo único do art. 27, do Decreto-Lei nº 200/67), possuem nos seus quadros de pessoal os cargos de direção e chefia. E, consoante reiteradas decisões dos nossos Tribunais, aos Diretores das empresas privadas não se aplicam as disposições da C.L.T., "verbis":
"Não há vinculação alguma entre a função de diretor da sociedade e o contrato típico de trabalho, pois a lei não estabelece trame de subordinação ordem de sujeição nos horários de trabalho, percepção de salários etc., elementos formadores do contrato obreiro, por excelência". (Trecho do Acórdão) Rec. Ext. nº 16.206—DF—STF — 1ª Turma — Rel. Min. Ribeiro da Costa.
16. Dir-se-á que o interessado ocupa na NOVACAP, emprego em comissão e não de direção. Bem, além de não se estabelecer nenhum vinculo empregatício entre o ocupante do cargo de direção e a empresa, sabido é também que, nenhuma empresa contrata empregados diretamente para seus cargos de chefias e direção. São eles elevados a essas funções, por critério seletivo, e nelas permanecem enquanto bem servirem.

17. Não vemos, assim porque uma simples mudança no quadro administrativo da NOVACAP seria suficiente para subverter a ordem jurídica a ponto de transformar em seu empregado, um funcionário público que se encontra legalmente à sua disposição. Desenganadamente esta transformação só se operaria EX-VI LEGIS.
18. De outra parte, quer nos parecer também muito claro, que a exclusão do funcionário público à disposição da NOVACAP, do sistema previdenciário (INPS), é ditada pelo art. 3º, I, do Regulamento Geral de Previdência Social, quando estabelece, VERBIS:
"Art. 3º. São excluídos do regime deste regulamento:
I - Os servidores civis e militares da União, dos Estados, Municípios e Territórios, bem como os das autarquias, que, nessa qualidade, estiverem sujeitos a regime próprio de previdência social, que determine sua filiação a sistema de seguro social diverso do previsto neste regulamento."
A regra do parágrafo 2º do art. 6º, segundo a qual:
"As pessoas de que trata o art. 3º que exerçam outro emprego de atividade incluída no regime deste regulamento, são segurados obrigatórios no que concerne ao referido emprego ou atividade".
Só se aplica, evidentemente, em decorrência do exercício por parte do funcionário, de outra atividade paralela, legalmente exercida pelo servidor. Esta conclusão é tanto mais imperativa se recorrermos ao texto original regulamentado, cuja norma tem esta redação:
"As pessoas referidas no art. 3º que exerçam outro emprego ou atividade que as submetem ao regime desta lei, são obrigatoriamente seguradas, no que concerne ao referido emprego ou atividade (parágrafo 2º do art. 5º da LOPS)".
19. Daí o acerto do contido na Resolução do Conselho Diretor do Departamento Nacional de Previdência Social, transcrito no Parecer em comento, às fls. 12, quando assevera:
"Só serão segurados obrigatórios do Instituto quando, independentemente de sua condição funcional exercerem também atividades ou emprego incluído no sistema da LOPS, isto é, como empregado, trabalhor

CD/DNPS - 416, de 10.10.68).
20. Claro que só se estabelecería vínculo empregatício entre o funcionário interessado e a NOVACAP, quando então dar-se-ia sua filiação ao INPS, caso fosse legalmente acumulável o emprego que o mesmo exerce nessa Companhia com o cargo de que é titular na Justiça do Estado da Guanabara.

21. Entretanto, não é isso que ocorre, vez que o interessado está legalmente cedido à NOVACAP, sem quebra do seu vínculo funcional com aquele Estado, enquanto perdurar sua permanência nessa Companhia.
22 Melhores subsídios sobre essa matéria encontramos nos "Comentários à Lei Orgânica de Previdência Social" da autoria do insigne mestre MOZART V. RUSSOMANO, que discorrendo sobre o art. 3º leciona:
"O preceito é bastante claro, quando acentua que os servidores públicos, civis ou militares, não ficarão comprendidos na previdência social apenas, quando estiverem sujeitos a regimes próprios de proteção.
Compreende-se, agora, o verdadeiro sentido da norma legal: se existe um sistema de previdência específico, que atinge e protege os servidores públicos, não há como, nem porque, na verdade, efetuarmos sua inclusão no sistema comum da Lei Orgânica.
O funcionário público federal, por exemplo, tem seus direitos - em caso de enfermidade, invalidez, aposentadoria por tempo de serviço, etc. garantido por lei especial e está incluído na órbita administrativa e previdencial do IPASE.
Como são se poderia admitir, pelo exercício de uma única função que o segurado pertencesse a dois sistemas distintos de previdência - NON BIS IN IDEM - a solução, que nos parece correta, foi assegurar a permanência do servidor público na organização especial que foi para ele próprio criada pelo legislador (art. 3º, inciso I)". (pág. 48).
23. Ademais de tudo que foi dito, é necessário atentar-se, também, para o disposto no parágrafo 2º do art. 99 da Emenda Constitucional número I, AD LITTERAM:
"Art. 99. É vedada a acumulação remunerada de cargos e funções públicas, exceto:
.....
"2º. A proibição de acumular estende-se a cargos, funções ou empregos em autarquias, EMPRESAS PÚBLICAS e sociedade de economia mista (grifamos).
.....
24. De conseguinte, nos precisos termos do dispositivo constitucional retrotranscrito, a prevalecer o ponto de vista da Consultoria Jurídica da NOVACAP, o aludido funcionário estaria, sem sombra de dúvidas, incidindo em acumulação proibida de cargos.
25. Portanto, apesar da brilhante lição de hermenêutica jurídica, que nos oferece o pronunciamento do Doutor DARIO DÉLIO CARDOSO, não comungamos, "data venia", com as ilações extraídas dos dispositivos legais aos quais se reporta o ilustrado Consultor Jurídico da NOVACAP, para deferir o pedido do interessado, por só admitirmos tal procedimentos EX VI LEGIS, repetimos.
26. No que toca ao recente acórdão do Tribunal Superior do Trabalho (Ac. 3ª T - 735-72 D.J. de 13.09.72 - pág. 6011/6012), é prudente não se procurar ampliar o seu alcance, vez que essa decisão resultou da aplicação de peculiares preceitos legais, de modo a não autorizar o exegeta a ampliá-la indistintamente, ou seja, no sentido de que todo funcionário público cedido à empresa pública ficará sob a égide da CLT e filiado ao INPS enquanto perdurar a cessão.
27. Essa v. decisão pôs termo a uma discussão em torno da situação dos funcionários pertencentes aos quadros de pessoal da extinta autarquia federal denominada Serviços de Navegação da Amazônia e da Administração dos Portos do Pará (SNAPP), que reclamavam judicialmente da Empresa de Navegação Amazônia S.A., sucessora juntamente com a sua congênere Companhia das Docas do Pará, daquela Autarquia Federal, vantagens financeiras oriundas do direito obreiro, por servirem nessa penúltima Companhia. Pretensão esta que lhes fora negada na segunda instância.

28 A. v. decisão do T.S.T. decorre de exegese dada por este Egrégio Tribunal aos dispositivos do Decreto-lei nº. 155, de 10.2.67, que extinguiu a SNAPP e autorizou a constituição daquelas já citadas empresas.
29. Sobre ser justa, é incensurável, por ter versado sobre caso específico, pois, é certo que, em determinadas circunstâncias pode ocorrer a filiação previdenciária do servidor público ao INPS, mesmo fora das hipóteses de acumulação legal de cargos. E, por exemplo, o que autoriza o Decreto-lei nº 200/67, quando dispõe:
Art. 124 - O pessoal técnico especializado destinado a funções de assessoramento superior da Administração Civil será recrutado no setor público e no privado, relacionado segundo critérios específicos submetido a contínuo treinamento e aperfeiçoamento que assegurem o conhecimento e utilização das técnicas e instrumentos modernos da administração, e FICARÁ SUJEITO AO REGIME DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA.
PARÁGRAFO 4º - O FUNCIONÁRIO PÚBLICO ADMITIDO EM FUNÇÃO TÉCNICA ESPECIALIZADA: NO REGIME DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA, ficará afastado do cargo que ocupar, em caráter efetivo, enquanto perdurar aquela situação temporária, só contando tempo correspondente para fins de promoção e aposentadoria (grifamos).
30. Portanto, apesar de nosso legislador não ter incluído posteriormente essa norma dentre as exceções expressamente consignadas na Emenda Constitucional nº. 01, evidenciado está que, pode ocorrer a filiação do servidor público ao INPS, mesmo fora da acumulação legal. O perigo está em generalizar essa faculdade, pois, como vimos linhas atrás, íncaso, se efetivada a medida redundará fatalmente em acumulação ilícita nos termos do regime jurídico do funcionário interessado.
31. Por esses fundamentos e na conformidade do disposto no art. 3º., I, do Regulamento Geral de Previdência Social, que exclui deste sistema os servidores públicos sujeitos a sistema próprio de previdência, é que, a nosso ver, os descontos previdenciários do requerente se deverão processar em favor do IPASE, como vem ocorrendo, não merecendo de nossa parte nenhum reparo o Decreto local nº. 1.890, de 21.12.71, que regulamenta a matéria no âmbito do Distrito Federal.
32. Face ao exposto vemo-nos forçados a opinar, contrariamente à conclusão a que chegou o ilustrado Consultor Jurídico da NOVACAP, no seu brilhante parecer de fls., por discordar, DATA VENIA, das suas conclusões.
E o parecer, SUB CENSURA.
Brasília, 20 de agosto de 1973
ANTONIO BATISTA DE ARAUJO
Procurador

PROCESSO Nº: 25.597/73 — 500.830/73
INTERESSADO: JOSÉ PEREIRA DE FARIA
ASSUNTO: Descontos previdenciários
Aprovo o parecer fls. 35/45 pelos seus jurídicos fundamentos.
O servidor interessado é funcionário público do Estado da Guanabara, prestando serviços à Novacap na condição de requisitado, o que impede o desconto previdenciário para o INPS, conforme demonstrado no parecer, uma vez não enquadrar-se o mesmo na permissão do Artigo 124, Decreto-Lei nº 200/67.
À consideração do Exmo. Sr. Procurador-Geral.
Em, 28 de setembro de 1973.
EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador-Chefe
1ª. SPRG

PROCURADORIA GERAL
DISTRITO FEDERAL

PROCESSO Nº: 500.830/73
INTERESSADO: JOSÉ PEREIRA DE FARIA
ASSUNTO: Descontos Previdenciários
Senhor Governador:
De acordo com o Parecer nº 50/73-1ª. SPRG.
Após o exame do pronunciamento da PRG por Vossa Excelência, peço a devolução dos autos para os efeitos do art. 2º, do Regimento Interno da Procuradoria Geral, aprovado pelo Decreto "E" nº 437, de 16 de setembro de 1965, e distribuição ao Órgão interessado, se for o caso.
A superior consideração de Vossa Excelência.
PRG, 09 de outubro de 1973.
AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO
Procurador Geral

PROCESSO Nº: 500.830/73
INTERESSADO: JOSÉ PEREIRA DE FARIA
ASSUNTO: Descontos previdenciários
DESPACHO:
APROVO O Parecer da PRG/DF, conforme encaminhamento do doutor Procurador-Geral.
Brasília, 16 de outubro de 1973.
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
GOVERNADOR

GABINETE CIVIL

ATOS DO CHEFE

PORTARIA DE 08 DE NOVEMBRO DE 1973

O Chefe do Gabinete Civil do Governador do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto "E" no. 340, de 12 de dezembro de 1967

RESOLVE:

autorizar João Alfredo Reverbel Bento Pereira, Assessor Especial, símbolo FC—3, matrícula nº 17692, a viajar a Porto Alegre - Estado do Rio Grande do Sul, a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal.
Distrito Federal, 08 de novembro de 1973

CAIO FLAVIO PRATES DA SILVEIRA
Chefe do Gabinete Civil

PORTARIA DE 08 DE NOVEMBRO DE 1973

O Chefe do Gabinete Civil do Governador do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

autorizar Rômulo José Almeida Prates da Silveira, Secretário Particular, matrícula nº 17905, símbolo FC—2, a viajar a Porto Alegre - Estado do Rio Grande do Sul, a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal.
Distrito Federal, 08 de novembro de 1973

CAIO FLAVIO PRATES DA SILVEIRA
Chefe do Gabinete Civil

DEPARTAMENTO DE TURISMO

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 122
06 de novembro de 1973
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto 1745, título III, capítulo I, artigo 18 e inciso III de 12 de julho de 1971.
RESOLVE:
Tornar sem efeito a Ordem de Serviço nº. 45/70 de 18.06.70, publicada no Distrito Federal nº. 94, página 02 de 25.06.70 que repreendeu a servidora DIONE MARIA SIQUEIRA DOS SANTOS.
Brasília, 06 de novembro de 1973
Roberto Velloso
Diretor

DESPACHO

PROCESSO Nº: 201.157/73-DETUR
INTERESSADO: SEÇÃO DE SERVIÇOS AUXILIARES
ASSUNTO: Emissão de N.E. - porte de correspondências
DESPACHO: Nos termos da alínea "a", item II, do artigo 3º, do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, dispenso licitação para emissão de Nota de Empenho a favor da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, no valor de Cr$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros).

Em 24 de outubro de 1973

ROBERTO VELLOSO
Diretor

PROCESSO Nº: 200934/73-DETUR
INTERESSADO: Seção de Pessoal
ASSUNTO: Aquisição de livro
DESPACHO: Nos termos da alínea "c", item II, artigo 3º, do Decreto nº 1703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão da Nota de Empenho em favor da firma "LIVRARIA ELDORADO BRASILIA LTDA. no valor de Cr$ 45,00 (quarenta e cinco cruzeiros).

Em 03 de outubro de 1973

ROBERTO VELLOSO
Diretor

PROCESSO Nº: 200.945/73—DETUR
INTERESSADO: SEÇÃO DE CONTROLE DE ATIVIDADES TURISTICAS
ASSUNTO: Confecção de Capa-Catálogo
DESPACHO: Nos termos da alínea "c", item II, do artigo 3º, do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para confecção do material relacionado à fl. 01, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho a favor da firma GRÁFICA BRASIL CENTRAL LTDA., no valor de Cr$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos cruzeiros).
Em 25 de outubro de 1973.
ROBERTO VELLOSO
Diretor

PROCESSO Nº: 201.211/73—DETUR
INTERESSADO: SEÇÃO DE CONTROLE DE ATIVIDADES TURISTICAS
ASSUNTO: Serviços especializados de Coktail
DESPACHO: Nos termos da alínea "a", item II, do artigo 3º.,do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para execução dos serviços de Cocktail relacionado à fl. 01, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho a favor do Senhor ALVARO MOREIRA, no valor de Cr$ 2.240,00 (dois mil duzentos e quarenta cruzeiros).
Em 05 de novembro de 1973.
ROBERTO VELLOSO
Diretor

PROCESSO Nº: 201201/73-DETUR
INTERESSADO: Seção de Controle de Atividades Turísticas
ASSUNTO: Aquisição de material
DESPACHO: Nos termos da alínea "c", ítem II, artigo 3º do Decreto nº 1703 de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão da Nota de Empenho, em favor da firma "EDITORA GRAFICA BRASILIANA LTDA." no valor total de Cr$ 805,00 (Oitocentos e cinco cruzeiros).
Em, 31 de outubro de 1973.
ROBERTO VELLOSO
Diretor

PROCESSO Nº: 201144/73-DETUR
INTERESSADO: Divisão de Operações
ASSUNTO: Aquisição de material
DESPACHO: Nos termos da alínea "c", ítem II, artigo 3º do Decreto nº 1703 de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão da Nota de Empenho em favor da firma "PUREZA E CIA. LTDA". no valor total de Cr$ 920,00 (Novecentos e vinte cruzeiros).
Em, 31 de outubro de 1973.
ROBERTO VELLOSO
Diretor

PROCESSO Nº: 201.207/73-DETUR
INTERESSADO: SEÇAO DE CONTROLE DE ATIVIDADES TURISTICAS
ASSUNTO: Coktail p/abertura do IX Torneio de Bicudos e Curiós
DESPACHO: Nos termos da alínea "a", item II, do artigo 3º, do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para a execução dos serviços relacionados à fl. 01. bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho a favor de HOTEIS E RESTAURANTES REUNIDOS DIPLOMAT LTDA. - HORDI, no valor de Cr$4.500,00 (quatro mil e quinhentos cruzeiros).
Em, 31 de outubro de 1973
ROBERTO VELLOSO
Diretor

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 08 DE NOVEMBRO DE 1973

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º do Decreto nº. 1270, de 13 de abril de 1970,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 2º., ao funcionário CARLOS RUBENS CAMPELO BEZERRA, matrícula nº. 18.098, Secretário Datilógrafo, Símbolo FC-10, da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, desta Secretaria, gratificação de representação de gabinete, no valor de 50% (cinquenta por cento) do seu vencimento.

Brasília, 08 de novembro de 1973.
EDUARDO LUIZ SAFE CARNEIRO
Secretário de Administração
(substituto)

PORTARIA DE 08 DE NOVEMBRO DE 1973.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, do Decreto nº. 1270, de 13 de abril de 1970,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 2º., ao funcionário LUIZ CARLOS MERLO, matrícula nº. 18.096, Secretário Datilógrafo, Símbolo FC-10, da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, desta Secretaria, gratificação de representações de gabinete, no valor de 50% (cinquenta por cento) do seu vencimento.

Brasília, 08 de novembro de 1973.
EDUARDO LUIZ SAFE CARNEIRO
Secretário de Administração
(Substituto)

PORTARIA DE 5 DE NOVEMBRO DE 1973

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 218, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, e tendo em vista o constante do Processo nº 342 522/72-SEC:

RESOLVE:

DESIGNAR, de acordo com o artigo 219, do mesmo Estatuto, MARIA NAZARÉ LIMA MASCARENHA, CARLOS ROBERTO MONTEIRO BERTAZI e JOSÉ RENATO FIALHO DA SILVA, Assessores de Processo Administrativo, da Supervisão de Processo Administrativo, desta Secretaria, para, sob a presidência do primeiro, constituirem Comissão de Processo Administrativo, incumbida de apurar os fatos de que trata o referido processo.

Brasília, 5 de novembro de 1973
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PORTARIA DE 5 DE NOVEMBRO DE 1973

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL: NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ARTIGO 218, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, e tendo em vista o constante do Processo nº 970 486/72,

RESOLVE:

DESIGNAR, de acordo com o artigo 219, do mesmo Estatuto, MARIA NAZARÉ LIMA MASCARENHAS, CARLOS ROBERTO MONTEIRO BERTAZI e JOSÉ RENATO FIALHO DA SILVA, Assessores de Processo Administrativo, da Supervisão de Processo Administrativo, desta Secretaria, para sob a presidência do primeiro, constituirem Comissão de Processo Administrativo, incumbida de apurar os fatos de que trata o referido processo.

Brasília, 5 de novembro de 1973
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PORTARIA DE 5 DE NOVEMBRO DE 1973

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 218, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, e tendo em vista o constante do Processo nº 342 557/72-SEC:

RESOLVE:

DESIGNAR, de acordo com o artigo 219, do mesmo Estatuto, MARIA NAZARÉ LIMA MASCARENHAS, CARLOS ROBERTO MONTEIRO BERTAZI e JOSÉ RENATO FIALHO DA SILVA, Assessores de Processo Administrativo, da Supervisão de Processo Administrativo, desta Secretaria, para, sob a presidência do primeiro, constituirem Comissão de Processo Administrativo, incumbida de apurar os fatos de que trata o referido processo.

Brasília, 5 de novembro de 1973
CID FERREIRA LOPES FILHO

PORTARIA DE 5 DE NOVEMBRO DE 1973

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 218, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União. e tendo em vista o constante do Processo nº 342,838/72-SEC,

RESOLVE:

DESIGNAR, de acordo com o artigo 219, do mesmo Estatuto, MARIA NAZARÉ LIMA MASCARENHAS, CARLOS ROBERTO MONTEIRO BERTAZI E JOSÉ RENATO FIALHO DA SILVA, Assessores de Processo Administrativo, da Supervisão de Processo Administrativo, desta Secretaria, para, sob a presidência do primeiro, constituirem Comissão de Processo Administrativo, incumbida de apurar os fatos de que trata o referido processo.

Brasília, 5 de novembro de 1973
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PORTARIA DE 5 DE NOVEMBRO DE 1973

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 218, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, e tendo em vista o constante do Processo nº 22 965/72,

RESOLVE:

DESIGNAR, de acordo com o artigo 219, do mesmo Estatuto, MARIA NAZARÉ LIMA MASCARENHAS, CARLOS ROBERTO MONTEIRO BERTAZI e JOSÉ RENATO FIALHO DA SILVA, Assessores de Processo Administrativo, da Supervisão de Processo Administrativo, desta Secretaria, para, sob a presidência do primeiro, constituirem Comissão de Processo Administrativo, incumbida de apurar os fatos de que trata o referido processo.

Brasília, 5 de novembro de 1973
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

DESPACHOS

PROCESSO Nº: 40.814/73
INTERESSADO: PROCURADORIA-GERAL
ASSUNTO: AQUISIÇAO DE MATERIAL
DESPACHO: Nos termos do artigo, 3º, inciso I, alínea "f", do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, combinado com o artigo 1º, inciso II, do Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967, alterado pelo artigo 1º, do Decreto nº 1.718, de 16 de junho de 1971, dispenso a licitação para compra de gêneros alimentícios, diretamente da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASILIA S/A - SAB., no valor estimado de Cr$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros).
Em, 5 de novembro de 1.973
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 038 776/73
INTERESSADO: BELMIR VIENA DE AQUINO, mat. 10 718 - SSP
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR
CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto "E" nº 339, de 12 de dezembro de 1967 e artigo 80, inciso XIV, do Decreto nº 2.250, de 8 de maio de 1973, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110, do Estatuto.
Brasília, 5 de novembro de 1973.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 77.746/73
INTERESSADO: EDITORA OPERA MUNDI S.A.
ASSUNTO: AQUISIÇAO DE MATERIAL
DESPACHO: Nos termos do artigo 3º, inciso II, alínea "a", do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para compra do material relacionado às fls. 04, diretamente da firma EDITORA OPERA MUNDI S.A., no valor de Cr$ 3.490,00 (três mil, quatrocentos e noventa cruzeiros).
Em, 31 de novembro de 1973.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO Nº.: 077374/73
INTERESSADO: CERIMONIAL — GABINETE DO GOVERNADOR
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL
DESPACHO: Nos termos do artigo 3º., inciso II, alínea "a" do Decreto nº. 1.703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para compra do material relacionado às fls. 04, diretamente da firma AYRES A. DE CARVALHO FILHO — CONDECORAÇÕES., no valor de 7.254,00 (sete mil duzentos e cinquenta e quatro cruzeiros.)
Em 31 de outubro de 1973
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 026 413/73
INTERESSADO: JOSÉ CALADO NETO, mat. 7937 - FEDF - SEC
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR
CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto "E" nº 339, de 12 de dezembro de 1967 e artigo 80, inciso XIV, do Decreto nº 2.250, de 8 de maio de 1973, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110, do Estatuto.
Brasília, 5 de novembro de 1 973.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 520 426/73
INTERESSADO: FRANCISCA ALZENIR RODRIGUES - 5.798 - SES
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR
CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto "E" nº 339, de 12 de dezembro de 1967 e artigo 80, inciso XIV, do Decreto nº 2.250, de 8 de maio de 1973, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110, do Estatuto.

Brasília, 5 de novembro de 1973.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 034 891/73
INTERESSADO: SERVIÇO DE TOMADA DE CONTAS
ASSUNTO: Tomada de Contas da Coordenadora do Sitema de Pessoal

Senhor Secretário:
Tratar o presente processo da Tomada de Contas da Coordenadora do Sistema de Pessoal, desta Secretaria, relativa ao exercício de 1972.
Foram satisfeitas as exigências legais, no que diz respeito aos pronunciamentos da Comissão de Tomada de Contas e da Coordenação do Sistema de Contabilidade e, ainda, ao Certificado da. Auditoria, da Secretaria de Finanças, que concluíram pela sua regularidade.
Diante do exposto e face ao que preceitua o artigo 3º, inciso III, da Lei nº 5538, de 22 de novembro de 1968, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência, opinando no sentido de que sejam consideradas regulares as contas da servidora LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR.
Brasília, 01 de novembro de 1973.
NATÉRCIO GOMES DA SILVA
Chefe de Gabinete - SEA
(Substituto)

Tendo em vista o pronunciamento da Divisão de Exame de Contas e o Certificado expedido pela Auditoria da Secretaria de Finanças e em cumprimento ao que dispõe o artigo 39, inciso III, da Lei nº 5 538, de 22 de novembro de 1968, CONSIDERO REGULARES AS CONTAS, relativas ao exercício de 1972, da servidora LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR, Coordenadora do Sistema de Pessoal, desta Secretaria, ressalvando, no entanto, o que for apurado quando da apreciação pelo Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal.
Brasília, 5 de novembro de 1973.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL

DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO

Atos do Diretor

"ARBITRAMENTO DE DIÁRIAS"

O DIRETOR DA DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Com fundamento nos artigos 135 e 136, da Lei nº. 1.711, de 28 de outubro de 1952, ARBITRAR, 8 (oito) diárias, no valor unitário e total, conforme discriminação abaixo, na forma do disposto no item I, do art. 3º.: do Decreto nº. 1735, de 06 de julho de 1971.
Determinar à Seção de Registro Financeiro que, mediante prévio empenho, promove o pagamento das diárias arbitradas ao (a) seguinte (s) funcionário (s):
MAT: 01899
NOME: Ney Gabriel de Souza
NIVEL OU SIMBOLO FC-02
UNITÁRIO 180,00
TOTAL 1.440,00
MAT; 08021
NOME Geraldo Roberto Orlandi
NIVEL OU SIMBOLO FC-02
UNITÁRIO 180,00
TOTAL 1.440,00
MAT; 09342
Nome: Myrthes A. de A. R. e Silva
NIVEL OU SIMBOLO N. - 22
UNITÁRIO 180,00
TOTAL 1.440,00
MAT; 17641
NOME: Marta Maria de Lima Lemos
NIVEL OU SIMBOLO FC-05
UNITÁRIO 180,00
TOTAL 1.440,00
Brasília, 30 de outubro de 1973
PAULO PETERS
Chefe da S. P. de Vantagens
CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Cad. Financeiro

Resumo da folha de pagamento nº. 59.10/73 de SVO, referente à diárias por afastamento da sede:
Matrícula: 01899, 08021, 09342 e 17641
Nome: Ney Gabriel de Souza e outros
Cargo/função Diversas
Dotação orçamentária: 3.02.02.
Destinado: Salvador - BA.
Período: 17 a 24/11/1973
Valor: Cr$5.760,00 (cinco mil e setecentos e sessenta cruzeiros)

Brasília, 30 de outubro de 1973
ELIESSE FERREIRA ALVES
Chefe da S. de Reg. Financeiro
CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Cad. Financeiro
LEDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Coordenadora do Sistema de Pessoal

"ARBITRAMENTO DE DIÁRIAS"

O DIRETOR DA DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Com fundamento nos artigos 135 e 136, da Lei nº. 1.711, de 28 de outubro de 1952, ARBITRAR, 3 (três) diárias, no valor unitário e total, conforme discriminação abaixo, na forma do disposto no item I, do art. 3º, do Decreto nº. 1735, de 06 de julho de 1971.
Determinar à Seção de Registro Financeiro que, mediante prévio empenho, promove o pagamento das diárias arbitradas ao (a) seguinte (s) funcionário (s):
MAT: 07931
NOME: Méa Silva de Araújo
NIVEL OU SIMBOLO FC-05
UNITÁRIO 234,00
TOTAL 702,00.
Brasília, 30 de outubro de 1973
CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Cad. Financeiro
PAULO PETERS
Chefe da S. P. de Vantagens
Resumo da folha de pagamento nº. 60.10/73 de SVO, referente à diárias por afastamento da sede:
Matrícula: 07931
Nome: Méa Silva de Araújo
Cargo/função
Diretor de Divisão FC-05
Dotação orçamentária: 3.02.02
Destino: Rio de Janeiro-GB
Período: 05 a 07/11/1973
Valor: Cr$702,00 (Setecentos e dois cruzeiros)
Brasília, 30 de outubro de 1973
ELIESSE FERREIRA ALVES
Chefe da S. de Reg. Financeiro
CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Cad. Financeiro
LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Coordenadora do Sistema de Pessoal

"ARBITRAMENTO DE DIÁRIAS"
O DIRETOR DA DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Com fundamento nos artigos 135 e 136, da Lei nº. 1.711, de 28 de outubro de 1952, ARBITRAR, 4 (quatro) diárias, no valor unitário e total, conforme discriminação abaixo, na forma do disposto no item I, do art. 3º, do Decreto nº. 1735, de 06 de julho de 1971.

Determinar à Seção de Registro Financeiro que, mediante prévio empenho, promove o pagamento das diárias arbitradas ao (a) seguinte (s) funcionário (s):
MAT: 11217
NOME: Fernando Muzzi Alves Pinto
NIVEL OU SIMBOLO FC-02
UNITÁRIO 234,00
TOTAL 936,00
Brasília, 01 de novembro de 1973
PAULO PETERS
Chefe da S. P. de Vantagens
CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Cad. Financeiro
Resumo da folha de pagamento nº. 02.11/73 de SVO, referente à diárias por afastamento da sede:
Matrícula: 11217
Nome: Fernando Muzzi Alves Pinto
Cargo/função Assessor Técnico
Dotação orçamentária: 3.02.02
Destino: São Paulo-SP.
Período: 05 a 08/11/1973
Valor: Cr$ 936,00 (novecentos e trinta e seis cruzeiros)
Brasília, 01 de novembro de 1973
ELIESSE FERREIRA ALVES
Chefe da S. de Reg. Financeiro
CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Cad. Financeiro
LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Coordenadora do Sistema de Pessoal

"ARBITRAMENTO DE DIÁRIAS"
O DIRETOR DA DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Com fundamento nos artigos 135 e 136, da lei nº 1711, de 28 de outubro de 1952, ARBITRAR, (uma) diária, no valor unitário e total, conforme discriminação abaixo, na forma do disposto no item I, do art. 3º, do Decreto nº 1735, de 06 de julho de 1971.
Determinar à Seção de Registro Financeiro que, mediante prévio empenho, promove o pagamento das diárias arbitradas ao (a) seguinte (s) funcionário (s).
MAT.: 14434
NOME: Vanine Vasconcelos Magalhães
NIVEL OU SIMBOLO: FC—02
UNITÁRIO: 234,00
TOTAL: 234,00
Brasília 31 de outubro de 1973
CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Cad. Financeiro
PAULO PETERS
Chefe da S. P. de Vantagens
Resumo da folha de pagamento nº 63.10/73 de SSS referente a diárias por afastamento da sede:
Matrícula: 14434
Nome: Vanine Vasconcelos Magalhães
Cargo
Cargo/função, diretor - FC—
Dotação orçamentária: 3.02.02
Destino: Rio de Janeiro-GB
Período: 30/10/1973
Valor: Cr$ 234,00 (Duzentos e trinta e quatro cruzeiros)
Brasília, 31 de outubro de 1973
CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Cad. Financeiro
ELIESSE FERREIRA ALVES
Chefe da S. de Reg. Financeiro
LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Coordenadora do Sistema de Pessoal

"ARBITRAMENTO DE DIÁRIAS"
O DIRETOR DA DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração, do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Com fundamento nos artigos 135 e 136, da lei nº 1711, de 28 de outubro de 1952, ARBITRAR, 4 (quatro) diárias, no valor unitário e total, conforme discriminação abaixo, na forma do disposto no item I, do art. 3º, do Decreto nº 1735, de 06 de julho de 1971.
Determinar à Seção de Registro Financeiro que mediante, prévio empenho, promove o pagamento das diárias arbitradas ao (a) seguinte (s) funcionário (s):
MAT.: 01043
NOME: Antonio Valmir C. Bezerra
NIVEL OU SIMBOLO: FC—02
UNITÁRIO: 234,00
TOTAL: 936,00
Brasília, 31 de outubro de 1973
PAULO PETERS
Chefe da S. P. de Vantagens
CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Cad. Financeiro
Resumo da folha de pagamento nº 64.10/73 de SEG referente diárias por afastamento da sede:
Matrícula: 01043
Nome: Antonio Valmir Campêlo
Cargo/função: Chefe de Gabinete — FC—02
Dotação orçamentária: 3.02.02
Destino: Rio de Janeiro-GB
Período: 04 a 07/11/1973
Valor: Cr$ 936,00 (novecentos e trinta e seis cruzeiros)
Brasília, 31 de outubro de 1973
CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Cad. Financeiro
ELIESSE FERREIRA ALVES
Chefe da S. de Reg. Financeiro
LÊDA NASCIMENTO
Coordenadora do Sistema de Pessoal

"ARBITRAMENTO DE DIÁRIAS"

O DIRETOR DA DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Com fundamento nos artigos 135 e 136, da Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1952, ARBITRAR, 3(três) diárias, no valor unitário e total, conforme discriminação abaixo, na forma do disposto no item I, do art. 3º, do Decreto nº 1735, de 06 de julho de 1971.
Determinar à Seção de Registro Financeiro que, mediante prévio empenho, promove o pagamento das diárias arbitradas ao (a) seguinte (s) funcionário (s):
MAT 17693
NOME Otomar Lopes Cardoso
NIVEL OU SIMBOLO ESPECIAL
UNITARIO 234,00
TOTAL 702,00
Brasília, 30 de outubro de 1973
CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Cad. Financeiro
PAULO PETERS
Chefe da S.P. de Vantagens
Resumo da folha de pagamento nº 62.10/73 de SSS, referente à diárias por afastamento da sede:
Matrícula: 17693
Nome: Otomar Lopes Cardoso
Cargo/função Secretário de Estado
Dotação orçamentária: 3.02.02
Destino: Rio de Janeiro-GB
Período: 15,16 e 30/10/1973
Valor: Cr$ 702,00 (Setecentos e dois cruzeiros)
Brasília, 30 de outubro de 1973
CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Cad. Financeiro
ELIESSE FERREIRA ALVES
Chefe da S. de Reg. Financeiro
LEDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Coordenadora do Sistema de Pessoal

"ARBITRAMENTO DE DIÁRIAS"
O DIRETOR DA DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Com fundamento nos artigos 135 e 136, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, ARBITRAR, 8 (oito) diárias, no valor unitário e total, conforme discriminação abaixo, na forma do disposto no item I, do art. 3º, do Decreto nº 1.735, de 06 de julho de 1971.
Determinar à Seção de Registro Financeiro que, mediante prévio empenho, promove o pagamento das diárias arbitradas aos seguintes funcionários:
MAT.: 01899
NOME: Ney Gabriel de Souza
NIVEL OU SIMBOLO: FC-02
UNITÁRIO: 180,00
TOTAL: 1.440,00
MAT.: 08021
NOME: Geraldo Roberto Orlandi
NIVEL OU SIMBOLO: FC-02
UNITÁRIO: 180,00
TOTAL: 1.440,00
MAT.: 09342
NOME: Myrthes A. de A. R. e Silva
NIVEL OU SIMBOLO: N.-22
UNITÁRIO: 180,00
TOTAL: 1.440,00
MAT.: 17641
NOME: Marta Maria de Lima Lemos
NIVEL OU SIMBOLO: FC-05
UNITÁRIO: 180,00
TOTAL: 1.440,00
Brasília, 30 de outubro de 1973
CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Cad. Financeiro
PAULO PETERS
Chefe da S. P. de Vantagens
Resumo da folha de pagamento nº. 59.10/73 de SVO, referente à diárias por afastamento da sede:
Matrícula: 01899, 08021,09342 e 17641
Nome: Ney Gabriel de Souza e outros
Cargo/função: Diversas
Dotação orçamentária: 3.02.02
Destino: Salvador-BA.
Período: 17 a 24/11/1973
Valor: Cr$ 5.760,00 (cinco mil e setecentos e sessenta cruzeiros).
Brasília, 30 de outubro de 1973
CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Cad. Financeiro
ELIESSE FERREIRA ALVES
Chefe da S. de Reg. Financeiro
LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Coordenadora do Sistema de Pessoal.

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA No. 17, DE 15 DE OUTUBRO DE 1973
O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 15, Capítulo III, das Normas para Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto no. 2.176, de 29-12-72,
RESOLVE:
1- Ficam destacados, na forma dos anexos I e II, às Divisões de Cadastro Financeiro e de Progrmação e Controle, da Secretaria de Administração, os valores correspondentes aos elementos de despesa a serem empenhados no trimestre, por esses órgãos.
II - Fica a Seção Financeira desta Secretaria autorizada a movimentar o valores correspondentes aos elementos de despesa constando do anexo III.
DISTRITO FEDERAL, em 15 de outubro de1973.
ANTÔNIO FRAGOMENI

ANEXO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 17, DE 15 DE OUTUBRO DE 1973

ANEXO I

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	: SECRETARIA DE FINANÇAS		
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO	: Divisão de Cadastro Financeiro		
ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTO		VALOR	TOTAL
SEF 2.017 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS			
3.1.1.0 - Pessoal		1.382.904,75	
3.2.3.3 - Transferências de Assistência e Previdência Social		11.681,50	1.394.586,25

VISTO:
Brasília, em 15 de outubro de 1973

ANTONIO FRAGOMENI
Secretário de Finanças

ANEXO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 17, DE 15 DE OUTUBRO DE 1973

ANEXO II

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	: SECRETARIA DE FINANÇAS		
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO	: Divisão de Programação e Controle		
ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTO		VALOR	TOTAL
SEF. 2.017 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS			
3.1.2.0 - Material de Consumo		529.257,98	
4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações		6.791,00	
4.1.4.0 - Material Permanente		29.812,97	566.861,95

VISTO:
Brasília, em 15 de outubro de 1973

ANTONIO FRAGOMENI
Secretário de Finanças

ANEXO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 17, DE 15 DE OUTUBRO DE 1973

ANEXO III

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	: SECRETARIA DE FINANÇAS		
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO	: Seção Financeira		
ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTO		VALOR	TOTAL
SEF. 2.017 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS			
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros		792.840,09	
3.1.4.0 - Encargos Diversos		149.771,83	
3.1.5.0 - Despesas de Exercícios Anteriores		230.263,24	1.172.875,16

VISTO:
Brasília, em 15 de outubro de 1973

ANTONIO FRAGOMENI
Secretário de Finanças

PORTARIA DE 26 DE OUTUBRO DE 1973

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo no. 35.081/73,
RESOLVE:
DETERMINAR, nos termos do artigo 5o., do Decreto "N" no. 618, de 12 de junho de 1967, a aplicação do regime de serviço extraordinário, em caráter especial, a partir da publicação da presente Portaria, até 31 de dezembro de 1973, ao servidor HERMENEGILDO ALMEIDA GUERRA, Bombeiro Hidráulico, nível 10-C. matrícula no. 14,283, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.
DISTRITO FEDERAL, em 26 de outubro de 1973.

ANTONIO FRAGOMENI

PORTARIA DE 19 DE OUTUBRO DE 1973
O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº. 38.064/73,
RESOLVE:
EXCLUIR, do regime de serviço

extraordinário, em caráter especial, a que se refere o Decreto "N" nº. 618, de 12 de junho de 1967, o servidor ALCIDES VIEIRA TORRES, Oficial de Administração, nível 14, matrícula nº. 16.015, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.
DISTRITO FEDERAL, em 19 de outubro de 1973.
ANTONIO FRAGOMENI

PORTARIA DE 22 DE OUTUBRO DE 1973
O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº. 39.335/73,
RESOLVE:
EXCLUIR, do regime de serviço extraordinário, em caráter especial, a que se refere o Decreto "N" nº. 618, de 12 de junho de 1967, o servidor MANOEL PEREIRA DOS SANTOS, Motorista, nível 10-B, matrícula nº. 15.867, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.
DISTRITO FEDERAL, em 22 de outubro de 1973
ANTONIO FRAGOMENI

PORTARIA DE 22 DE OUTUBRO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº. 39.335/73,
RESOLVE:
DETERMINAR, nos termos do artigo 5º., do Decreto "N" 618, de 12 de junho de 1967, a aplicação do regime de serviço extraordinário, em caráter especial, a partir da publicação da presente Portaria, até 31 de dezembro de 1973, ao servidor ANTONIO FERNANDES DE SANTANA, Servente, nível 5, matrícula, nº. 2.373, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.
DISTRITO FEDERAL, em 22 de outubro de 1973
ANTONIO FRAGOMENI

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS

RECURSO Voluntário no. 108/73
RECORRENTE : Volksbrás-Peças e Serviços: Ltda.
Recorrido: : Divisão de Tributos Diversos
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE:
Volksbrás S/A - Peças e Serviços, sucessora de Volksbrás Peças e Serviços Ltda., inscrição no. 119.947, não se conformando com a decisão proferida pelo Diretor da Divisão de Tributos Diversos, no processo no. 28.524/67, referente ao Auto de Infração de Tributos Diversos, no processos no. 28.524/67, referente ao Auto de Infração No. 17.742/67, recorreu à Junta de Recursos Fiscais, intempestivamente, pois intimada no dia dezesseis (16) de outubro de 1972 ("AR"- fls. 24), o prazo recursal fluiu no dia seis (6) de novembro do citado ano de 1972, e o recurso, somente foi apresentado, no dia catorze (14) do referido mês de novembro.
Nego seguimento ao recurso.
Publique-se.
Brasília, 22 de outubro de 1973
Ass. MAURO RENAN BITTENCOURT
Presidente
Confere com o original
IVAHYNA GOES VIDAL
Secretaria-Setor de Processamento

Recurso Voluntário nº. 112/73
Recorrente: Paulo Manoel da Costa
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE
Paulo Manoel Costa, não se conformando com a decisão de fls. do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, recorreu à Junta de Recursos Fiscais, tempestivamente.
Dê-se seguimento ao recurso.
Ouça-se a douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.
Brasília, 29 de outubro de 1973
As. MAURO RENAN BITTENCOURT
Presidente
Confere com o original.
IVAHYMA GÓES VIDAL
Secretaria - Setor de Processamento

Recurso Voluntário nº 111/73
Recorrente: Justiniano Vitório Chagas
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE
Justiniano Vitório Chagas, não se conformando com a decisão de fls. do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, recorreu à Junta de Recursos Fiscais, tempestivamente.
Dê-se seguimento ao recurso
Ouça-se a douta Representação da Fazenda
Publique-se e Distribua-se.
Brasília, 29 de outubro de 1973
As. MAURO RENAN BITTENCOURT
Presidente

Confere com o original
IVAHYNA GÓES VIDAL
Secretaria - Setor de Processamento

Recurso EX OFFICIO nº 117/73
Recorrente: Divisão de Tributos Imobiliários
Recorrido: Joel Monteiro Bentim
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE
O Diretor da Divisão de Tributos Imobiliários, julgando contra a Fazenda Pública, recorre de ofício, nos termos do art. 262, da Lei nº 4.191/62.
Dê-se seguimento ao recurso.
Ouça-se a douta Representação da Fazenda
Publique-se e Distribua-se.
Brasília, 29 de outubro de 1973
As. MAURO RENAN BITTENCOURT
Presidente
Confere com o original.
IVAHYNA GÓES VIDAL
Secretaria - Setor de Processamento

Ata de Sessão Ordinária da Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal. As 15:00 horas (quinze horas) do dia 25 (vinte e cinco) de outubro de 1973 (um mil novecentos e setenta e três), reuniu-se a Junta de Recursos Fiscais, sob a Presidência do Exmº Sr. Juiz Mauro Renan, estando presentes os Srs. Juizes Amaury Ramos, João Bispo, Walter Linhares, Dias Lopes e Nelson Fernandes, bem como o Sr. Representante da Fazenda, Procurador Darione Nunes Cardoso, Ausente o Juiz Newton Egydio Rossi. Foi lida e aprovada a Ata da sessão anterior. Do expediente constou a leitura de um cartão do Secretário de Serviço Sociais, dirigido ao Presidente da Junta, agradecendo a remessa de um exemplar dos "Acórdãos", Telegramas do Sr. Governador Hélio Prates da Silveira e Secretário Particular do Governador, Rômulo Almeida Prates da Silveira ao Presidente da Junta, agradecendo as remessas de "Acórdãos". Da pauta para julgamento do dia, constou **para prosseguimento de votação**: - Pecurso Voluntário nº 30/73, Recorrente Corina Sílvia de Oliveira, Recorrida Divisão de Tributos Imobiliários e Relator Juiz Amaury Ubirajara da Silva Ramos. Ouvida a Representação da Fazenda os autos voltaram ao Juiz Relator. Decisão proferida: "A Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, decide converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do Juiz Relator e notas taquigráficas". **Para início de votação:** - Recurso Voluntário nº 97/70, Recorrente Couto E Coelho Ltda., Recorrida Divisão de Tributos Diversos e Relator Juiz Adolfo Dias Lopes. A votação foi interrompida por haver o Juiz Nelson solicitado vista dos autos. Recurso Voluntário nº 111/71, Recorrente Tomaz E Henrique Ltda., Recorrida Divisão de Tributos Diversos e Relator Juiz Nelson Fernandes Eustáquio, teve o seu julgamento adiado para a sessão do dia 01 de novembro de 1973, por determinação da Presidência. - Recurso Voluntário nº 78/73, Recorrente ENCOL S/A. - Engenharia, Comércio e Indústria, Recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e Relator Juiz Newton Egydio Rossi, foi retirado de pauta, por ausência do Relator ficando o seu julgamento adiado para a sessão do dia 01 de novembro de 1973. Nada mais havendo a ser deliberado ou quem desejasse usar da palavra, a Presidência encerrou a Sessão, convocando outra para o próximo dia 30 de outubro, terça-feira, à hora fixada. E por nada mais constar, eu, Ivahyna Góes Vidal, Assistente Substituta da Junta, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Sr. Presidente, Sr. Representante da Fazenda e demais Juizes que compareceram à Sessão do dia 30 de outubro de 1973.
Certifico que a primeira via desta foi assinada em Sessão pelos Juizes Mauro Renan Bittencourt, Amaury Ubirajara da Silva Ramos, Newton Egydio Rossi, João Bispo dos Santos Júnior, Walter Basniaki Linhares, Nelson Fernandes Eustáquio e Adolfo Dias Lopes, bem como o Sr. Representante da Fazenda Dr. Darione Nunes Cardoso.
JUNTA DE RECURSOS FISCAIS
Brasília, 31 de Novembro de 1973.
JUNTA DE RECURSOS FISCAIS
Brasília, 31 de 10 de 73

Ata de Ses.ão Ordinária da Junta de Recursos Fis ais do Distrito Federal. As 15:00 hs (quinze horas) do dia 18 (dezoito) de outubro de 1973 (um mil novecentos e setenta e três) reuniu-se a Junta de Recursos Fiscais, sob a Presidência do Exmº Sr. Juiz Mauro Renan, estando presentes os Srs. Juizes Amaury Ramos, Newton Rossi, João Bispo, Walter Linhares, Dias Lopes e Nelson Fernandes, bem como o Sr. Representante da Fazenda, Procurador Darione Nunes Cardoso. Foi lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. O Juiz Newton apresentou justificativa de sua ausência à Sessão anterior, sendo a mesma aprovada. Foi conferido o acórdão referente ao Recurso Voluntário 16/73, recebendo o número 098/73. No momento destinado a indicações e propostas, usou da palavra o Juiz Amaury para propor ao Plenário um voto de congratulação, em nome da Casa, ao Juiz Newton Rossi, por haver sido condecorado pelo Governo Espanhol em agradecimento ao trabalho efetuado pelo cultivo e desenvolvimento das relações econômicas espano-brasileiras, dizendo da satisfação da Junta por ser S. Sxª um dos seus componentes. A proposição foi unanimente aprovada, tendo a Presidência determinado a sua isenção em Ata. Ratificando as palavras iniciais do Juiz Amaury, falaram o Presidente, demais Juizes e o Sr. Representante da Fazenda, destacando as qualidades do homenageado e os trabalhos relevantes por ele realizados nos diversos setores da empresa privada. Da pauta de julgamento do dia, constou **para início de votação:** - Recursos Voluntário nº 59/73, Recorrente ENGERAL - Engenharia e Obras S/A., Recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e Relator Juiz Newton Egydio Rossi. A votação foi interrompida por haver o Juiz Amaury solicitado vista dos autos. Após o julgamento deste feito o Juiz Newton, solicitou à Presidência autorização para se retirar do Plenário, sendo a mesma deferida. - **Para prosseguimento de votação:** - Recursos "ex officio" nº 41/73, Recorrente Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, Recorrido Inez Terezinha Leão Bueno e Relator Juiz João Bispo dos Santos Junior. A votação foi interrompida por haver o Juiz Nelson solicitado vista dos autos. - **(Inicio de votação)** - Recurso "ex officio" 55/73, Recorrente Divisão de Tributos Diversos, Recorrido T. L. Mariz e Relator Juiz Nelson Fernandes Eustáquio. Havendo o Juiz João Bispo declarado-se impedido de participar da discussão e votação do feito, a Presidência convocou o Juiz Suplente Ubaldo Ataíde, presente à Sessão, para participar do julgamento, substituindo-o. Decisão proferida: "A Junta de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, decide declarar nula a sentença de Primeira Instância e, em consequência, todos os atos praticados posteriormente, nos termos das notas taquigráficas". - Recurso "ex officio" nº 70/73, Recorrente Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, Recorrido Salomão Herculano Szervinsk e Relator Juiz Nelson Fernandes Eustáquio. A votação foi interrompida por haver o Juiz Walter solicitado vista dos autos. - Recurso "ex officio" nº 77/73, Recorrente Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, Recorrida Maria Lúcia O. Gontijo e Relator Juiz Adolfo Dias Lopes. Decisão proferida: "A Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade de votos, decide converter o julgamento em diligência, nos termos das notas taquigráficas". Nada mais havendo a ser deliberado ou quem desejasse usar da palavra, a Presidência encerrou a Sessão, convocando outra para o próximo dia 23 de outubro, terça-feira, à hora fixada. E por nada mais constar, eu, Rivia Barreto Moura, Assistente da Junta, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Sr. Presidente, Sr. Representante da Fazenda e demais Juizes que compareceram à Sessão do dia 23 de outubro de 1973, data em que foi esta aprovada.
Certifico que a primeira via desta foi assinada em Sessão pelos Juizes Mauro Renan Bittencourt, Amaury Ubirajara da Silva Ramos, Newton Egydio Rossi, João Bispo dos Santos Júnior, Walter Basniaki Linhares, Nelson Fernandes Eustáquio e Adolfo Dias Lopes, bem como o Sr. Representante da Fazenda Dr. Darione Nunes Cardoso.
JUNTA DE RECURSOS FISCAIS
RIVIA MARIA BARRETO MOURA
Assistente.

Ata da sessão Administrativa da Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal. As 17:00 (dezessete) horas do dia 27/09/73, (vinte e sete de setembro de mil novecentos e setenta e três) reuniu-se administrativamente a Junta de Recursos Fiscais, sob a Presidência do Exmº Sr. Presidente Mauro Renan Bittencourt, presentes os Juizes: Amaury Ubirajara da Silva Ramos, João Bispo dos Santos Junior, Adolfo Dias Lopes, Nelson Fernandes Eustáquio e Walter Basniaki Linhares, além do sr. Procurador Geral do Distrito Federal Dr. Amaury José de Aquino Carvalho, o Presidente, em exercício, da Ordem dos Advogados do Brasil - seção do Paraná, Dr. Ferdinando Caldeira e convidados; o senhor Presidente usou da palavra, para ressaltar a presença do Dr. Clayton Rossi, conferencista nesta sessão; foi dada a palavra ao Juiz Walter Basniaki Linhares para a saudação habitual; em seguida, o senhor Presidente passou a palavra ao ilustre Professor e Procurador da República, Dr. Clayton Rossi que proferiu conferência sobre o tema: Código Penal de 1969. Encerrada a conferência, passou-se à segunda parte dos trabalhos; franqueando a palavra aos juizes, convidados e visitantes; usou-a, os Juizes: Nelson Fernandes Eustáquio, Walter Basniaki Linhares e o convidado Raimundo Rodrigues Chaves. Antes de encerrar a sessão, o senhor Presidente ressaltou o brilhantismo da conferência proferida, e deu a palavra ao conferencista, que agradecendo a oportunidade que lhe foi dada, enalteceu as atividades deste Tribunal e, em particular, o interêsse pelos estudos jurídicos. Nada mais havendo, ou quem desejasse usar a palavra, foi encerrada a sessão. Eu, Ronaldo Marcio do Valle, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelo senhor Presidente e demais Juizes presentes à sessão Administrativa do dia 30/10/73, (trinta de outubro de mil novecentos e setenta e três) data em que foi aprovada.
Certifico que estiveram presentes à Sessão Administrativa, realizada na Junta de Recursos Fiscais, em 27/09/73, os seguintes Juizes: Amaury Ubirajara da Silva Ramos, João Bispo dos Santos Junior, Adolfo Dias Lopes, Nelson Fernandes Eustáquio, Walter Basniaki Linhares e Mauro Renan Bittencourt (Presidente).
JUNTA DE RECURSOS FISCAIS
RONALDO MARCIO DO VALLE
Assistente Auxiliar.

Ata de Sessão Ordinária da Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal. As 15.00 hs. (quinze horas) do dia 23 (vinte e três) de outubro de 1973 (um mil novecentos e setenta e três) reuniu-se a Junta de Recursos Fiscais, sob a Presidência do Exmo. Sr. Juiz Mauro Renan, estando presentes os Srs. Juizes Amaury Ramos, Newton Rossi, João Bispo, Walter Linhares, Dias Lopes e Nelson Fernandes, bem como o Sr. Representante da Fazenda, Procurador Darione Nunes Cardoso. Foi lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. Foram distribuidos os recursos voluntários nos. 50/73, Recorrente Comissão de Financiamento da Produção e Recorrida Divisão de Tributos Imobiliários, 66/73, Recorrente Banco Central do Brasil e Recorrida Divisão de Tributos Imobiliários, a 95/73, Recorrente Nelson Barbosa da Silva e Recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, sendo sorteados para Relatores, respectivamente, os Srs. Juizes Walter Basniaki Linhares, João Bispo dos Santos Junior e Walter Basniaki Linhares. Da pauta para julgamento do dia constou PARA INÍCIO DE VOTAÇÃO: - Recurso Voluntário no. 48/73, Recorrente Oswaldo Gomes Correia, Recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e Relator Juiz Nelson Fernandes Eustáquio. A votação foi interrompida por haver o Juiz Amaury solicitado vista dos autos. - Recurso EX OFFICIO no. 71/73, Recorrente Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, Recorrida ENCOL-Engenharia e Comércio Ltda. e Relator Juiz João Bispo dos Santos Junior. A votação foi interrompida por haver o juiz Walter solicitado vista dos autos. - Recurso EX OFFICIO no. 72/73, Recorrente Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, Recorrida ENCOL-Engenharia e Comércio Ltda. e Relator Juiz Amaury Ubirajara da Silva Ramos. A votação foi interrompida por haver o Juiz Walter solicitado vista dos autos. Nada mais havendo a ser deliberado ou quem desejasse usar da palavra, a Presidência encerrou a Sessão, convocando outra para o próximo dia 25 de outubro, quinta-feira, à hora fixada. E por nada mais constar, eu, Ivahyna Góes Vital, Assistente Substituta da Junta, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Sr. Presidente, Sr. Representante da Fazenda e demais Juizes que compareceram à Sessão do dia 25 de ou de 1973.
Certifico que a primeira via desta foi assinada em Sessão pelos Juizes Mauro Renan Bittencourt, Amaury Ubirajara da Silva Ramos, João Bispo dos Santos Júnior, Walter Basniaki Linhares, Nelson Fernandes Eustáquio e Adolfo Dias Lopes, bem como o Sr. Representantes da Fazenda Procurador Darione Nunes Cardoso.

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS
Brasília 26 de 10 de 1973

P/Rivia Maria Barreto Moura
Assistente.

- PARTICIPE VOCÊ TAMBÉM DO GOVERNO ZELANDO PELOS BENS PÚBLICOS.

SECRETARIA DO GOVERNO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº. 048 DE NOVEMBRO DE 1973

O SECRETÁRIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Artigo 16 das Normas para Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº 2 176, de 29 de dezembro de 1972 e o constante no Processo nº 077155/73.

RESOLVE:

Alterar, na forma do quadro anexo, o Plano Trimestral de Aplicação, relativo ao 4º. Trimestre do ano em curso, da Secretaria de Segurança Pública.

Brasília, 05 de novembro de 1973

JOIRO GOMES DA SILVA

PLANO TRIMESTRAL DE APLICAÇÃO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 048 DE 05 DE novembro DE 1 973

4º TRIMESTRE

CÓDIGO E NOMENCLATURA DA ATIVIDADE OU PROJETO	VALOR ATUALIZADO DA DOTAÇÃO PARA 1 973	VALOR A DESEMBOLSAR NO TRIMESTRE
SEP/2.025 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Segurança Pública	31.808.000,00	5.581.193,14
SEP/1.014 - Reequipamento da Secretaria e dos Órgãos de Segurança Pública	617.000,00	77.685,83
SEP/1.015 - Renovação da Frota de Veículos dos Serviços de Segurança Pública	785.000,00	11.473,80
SEP/1.016 - Plano de Edificações para os Serviços de Segurança Pública do Distrito Federal	2.864.600,00	-
SEP/1N123 - Sinalização das Vias Públicas	5.100.200,00	5.100.200,00
TOTAL.....	41.174.800,00	10.770.552,77

PROJETO - OBRA - ETAPA - FASE	PROJETO TÉCNICO ELABORADO	PROJETO TÉCNICO APROVADO	VALOR A DESEMBOLSAR NO TRIMESTRE	ADM. DIRETA	CONVÊNIO COM	DATA DO INÍCIO
SEP - 1.014 - Reequipamento da Secretaria e dos Órgãos de Segurança Pública						
- Equipamentos e Instalações	-	-	50.449,09			
- Material Permanente	-	-	27.236,74			
SEP - 1.015 - Renovação da Frota de Veículos dos Serviços de Segurança Pública						
- Equipamentos e Instalações	-	-	11.473,80			
SEP - 1N123 - Sinalização das Vias Públicas	-	-	5.100.200,00			

PORTARIA Nº 050 DE 08 DE NOVEMBRO DE 1973

OS SECRETÁRIOS DO GOVERNO E DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhes conferem o artigo 1º do Regimento da Secretaria do Governo, aprovado pelo Decreto nº 2369, de 21 de setembro de 1973, combinado com o Artigo 4º, do Decreto "N" nº 744, de 18 de junho de 1968 e Artigo 113, item II do Regimento da Secretaria de Finanças, aprovado pelo Decreto "N" nº 745, de 17 de junho de 1968,

RESOLVE:

1.Designar os servidores: SILVANO BONFIM, Coordenador do Sistema de Planejamento, GIL ESTEVES PEREIRA, Coordenador do Sistema de Contabilidade, NEWTON CARNEIRO LOBO, Diretor do Departamento da Despesa, CARLOS ALOISIO CAMPOS JARDIM, Assessor Técnico do Sistema de Orçamento, HURANDIR MESQUITA MOTTA, Assessor Técnico do Sistema de Planejamento, ANTONIO CARLOS BASTOS, Assessor Técnico do Sistema de Orçamento e ZILDA JORDÃO EMERENCIANDO PONTES, Assessora Fazendária, para sob a presidência do primeiro, constituirem uma Comissão mista com a finalidade de, procedendo a análise crítica das sugestões enviadas pelas Unidades Orçamentárias do Distrito Federal, elaborar no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, a minuta das Normas de Execução Orçamentária, para o exercício de 1973.

2. Designar CIRLAINE LEITÃO BARROSO, Assessor Auxiliar do Gabinete da Secretaria do Governo, para Secretária-Executiva da Comissão.

3.Incumbir a Coordenação do Sistema de Planejamento da Secretaria do Governo de proporcionar o apoio burocrático indispensável ao funcionamento da Comissão.

Brasília, 08 de novembro de 1973

JOIRO GOMES DA SILVA

ANTONIO AVANCINI FRAGOMENI

PORTARIA DE 08 DE NOVEMBRO DE 1973

O SECRETÁRIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 13, do Decreto "N" nº 618, de 12 de junho de 1967, e tendo em vista o que consta no Processo nº 362149/73,

REVOLVE:

MANDAR CESSAR a aplicação do regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, atribuída ao servidor FAUZI NACFUR, matrícula nº 6217, ocupante da Função em Comissão, símbolo FC—06, de Diretor da Divisão de Administração Geral, da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante.

Brasília, 08 de novembro de 1973

JOIRO GOMES DA SILVA

PORTARIA DE 08 DE NOVEMBRO DE 1973

O SECRETÁRIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 13, do Decreto "N", nº 618, de 12 de junho de 1967, e tendo vista o Parecer da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos e o Despacho do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, exarados no Processo nº 72.153/73,

RESOLVE:

DETERMINAR a aplicação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, previsto no Artigo 1º do Decreto "N" nº 618, de 12 de junho de 1967, ao funcionário FAUZI NACFUR, matrícula nº. 6.217, ocupante da Função em Comissão, símbolo FC-06, de Diretor da Divisão de Administração Geral, da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento, na base de 85% dos seus vencimentos, a partir da publicação desta até 31.12.73.

Brasília, 08 de novembro de 1973

JOIRO GOMES DA SILVA

PORTARIA DE 07 DE NOVEMBRO DE 1973

O SECRETÁRIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida pelo Inciso IV, do Artigo 1º, do Decreto "E" nº. 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

MANDAR CESSAR a aplicação do Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, prevista pelo Artigo 1º, do Decreto "N" nº. 618, de 12 de junho de 1967, autorizada por Portaria de 10.10.73, ao servidor EPITACIO ROSA BARBOSA JUNIOR, matrícula nº. 17.721, ocupante da Função em Comissão, símbolo FC-5, de Assessor Auxiliar, do Gabinete desta Secretaria, a partir de 29 de outubro de 1973

Brasília, 07 de novembro de 1973

JOIRO GOMES DA SILVA

PORTARIA DE 07 DE NOVEMBRO DE 1973

O SECRETÁRIO DO GOVERNO DO DISTRÍTO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 13, do Decreto "N" nº. 618, de 12 de junho de 1967, e tendo em vista o Parecer da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos e o Despacho do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, exarados no Processo nº 76.383/73,

RESOLVE:

DETERMINAR a aplicação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, previsto no Artigo 1º, do Decreto "N" nº. 618 de 12 de junho de 1967, ao funcionário JOAO ALCIDES HOMAR, matrícula nº 1.901, ocupante da Função em Comissão, símbolo FC-4, de Chefe do Serviço de Acompanhamento e Avaliação de Planos, da Coordenação do Sistema de Planejamento, desta Secretaria, a partir da publicação desta até 31 de dezembro de 1973, na base de 95% de seus vencimentos e no valor mensal de Cr$ 1.446,00.

Brasília, 07 de novembro de 1973

JOIRO GOMES DA SILVA

PORTARIA DE 07 DE NOVEMBRO DE 1973

O SECRETÁRIO DO GOVERNO DO DISTITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, do Decreto nº. 1.270, de 13 de janeiro de 1970,

RESOLVE:

MANDAR CESSAR a gratificação de representação de Gabinete, concedida por Portaria de 10 de outubro de 1973, à funcionária ANA ANGELA PONTE GUIMARAES COURY, matrícula nº. 4.640, ocupante da Função em Comissão, símbolo FC-10, de Oficial de Gabinete, desta Secretaria, por ter sido designada para outra função.

Brasília, 07 de novembro de 1973

JOIRO GOMES DA SILVA

PORTARIA DE 08 DE NOVEMBRO DE 1973

O SECRETÁRIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida pelo Item VI, do Artigo 1º, do Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967

RESOLVE:

designar RAIMUNDO AMARO NETO, Fiscal de Posturas, nível 09, matrícula nº 143, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituto eventual do Chefe da Seção de Fiscalização de Posturas, símbolo FC-08, da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante.

Brasília, 08 de novembro de 1973

JOIRO GOMES DA SILVA

Secretário do Governo.

PORTARIA DE 07 DE NOVEMBRO DE 1973.

O SECRETARIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida pelo Inciso IV, do Artigo 1º, do Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967, e tendo em vista o Parecer da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos e o Despacho do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, exarada no Processo nº 26.180/72,

RESOLVE :

DETERMINAR a prestação de serviços extraordinários, em caráter especial, previsto no Artigo 5º, do Decreto "N" nº 618, de 12 de junho de 1967, pelo funcionário MARIA IZABEL DE SOUZA, COPEIRA, Nível 04, Matrícula nº 5.299, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, lotado (a) na (o) Coordenação do Sistema de Modernização Administrativa/SEG, até 31 de dezembro de 1973, na base de 50%, e no valor mensal de 135,00.

Brasília, 07 de novembro de 1973.

JOIRO GOMES DA SILVA

PORTARIA DE 07 DE NOVEMBRO DE 1973.

O SECRETÁRIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, do Decreto "N" no. 618, de 12 de junho de 1967, e tendo em vista o Parecer da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos e o Despacho do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, exarados no Processo no. 76.383/73,

RESOLVE:

DETERMINAR a aplicação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, previsto no artigo 1o., do Decreto "N" no. 618, de 12 de junho de 1967, à funcionária ANA ÂNGELA PONTE GUIMARÃES COURY, matrícula no. 4.640, ocupante da Função em Comissão, símbolo FC-5, de Assessor Auxiliar, do Gabinete desta Secretaria, na base de 90% dos seus vencimentos e no valor de Cr$1.302,00, a partir da publicação desta até 31.12.73.

Brasília, 07 de novembro de 1973.

JOIRO GOMES DA SILVA

PORTARIA DE 07 DE NOVEMBRO DE 1973.

O SECRETÁRIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7o., do Decreto no. 1.270, de 13 de janeiro de 1970,

RESOLVE:

MANDAR CESSAR a gratificação de representação de Gabinete, concedida à funcionária UYARA AYRES COSTA, Professora do Ensino Elementar, nível 13-B, matrícula no. 8.658, por ter sido designada para exercer função em comissão.

Brasília, 07 de novembro de 1973.

JOIRO GOMES DA SILVA

PORTARIA DE 07 DE NOVEMBRO DE 1973

O SECRETÁRIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida pelo Decreto "E" no. 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

dispensar UYARA AYRES COSTA, Professora do Ensino Elementar, nível 13-B, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, de substituto eventual da Oficial de Gabinete ANA ÂNGELA PONTE GUIMARÃES COURY, matrícula no. 4.640, por ter sido designada titular da referida função.

Brasília, 07 de novembro de 1973.

JOIRO GOMES DA SILVA

PORTARIA DE 07 DE NOVEMBRO DE 1973.

O SECRETÁRIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7o., do Decreto no. 1.270, de 13 de janeiro de 1970,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos dos artigos 2o. e 6o., do Decreto no. 1.270, de 13 de janeiro de 1970, gratificação de representação de Gabinete à funcionária UYARA AYRES COSTA, Oficial de Gabinete, símbolo FC-10, matrícula no. 8.658, do Gabinete desta Secretaria.

Brasília, 07 de novembro de 1973.

JOIRO GOMES DA SILVA

PORTARIA DE 05 DE NOVEMBRO DE 1973

O SECRETÁRIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competênc a estabelecida pelo Item VI, do Artigo 1º. do Decreto "E" nº. 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

designar JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS, Fiscal de Posturas, nível 09, matrícula nº. 134, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituto do Chefe da Seção de Fiscalização de Obras, símbolo FC—08, da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, no período de 22.10.73 a 20.11.73, por motivo de férias de seu titular.

Brasília, 05 de novembro de 1973

JOIRO GOMES DA SILVA

PORTARIA DE 30 DE OUTUBRO DE 1973

O SECRETÁRIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida pelo Item I, do Artigo 1º., do Decreto "E" nº. 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

AUTORIZAR o funcionário ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA, Chefe do Gabinete, símbolo FC—2, matrícula nº. 1043, a viajar à cidade do Rio de Janeiro - GB, no período de 04 a 07 de novembro de 1973, em objetivo de serviço desta Secretaria.

Brasília, 30 de outubro de 1973.

JOIRO GOMES DA SILVA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATOS DO SECRETÁRIO

DESPACHOS

No Processo nº 175978/73: em que O Diretor da Divisão de Material solicita dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$55,00 (cinquenta e cinco cruzeiros) a favor da firma ELÉTRICA BRASILIA LTDA, para cobrir despesas destinadas ao Instituto de Criminalistica da SEP, após o parecer do DAG, foi exarado o seguinte despacho: "De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providênncias que forem necessárias. Brasília-DF, 20 de setembro de 1973".

No Processo nº 175979/73, em que o Diretor da Divisão de Mateial solicita dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$120,00 (cento e vinte cruzeiros), a favor para cobrir despesas destinadas à 15ª. Delegacia Policial, após o parecer do DAG, foi exarado o seguinte despacho: "De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providências que forem necessárias. Brasília-DF, 20 de setembro de 1973".

No processo nº 176061/73, em que o Diretor da Divisão de Material solicita dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$9.636,30 (nove mil, seiscentos e trinta e seis cruzeiros e trinta centavos), a favor da PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A, para cobrir despesas com a aquisição de lubrificantes destinados à frota da SEP, após o parecer do DAG, foi exarado o seguinte despacho: "De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira para as providências que forem necessárias. Brasília-DF, 24 de setembro de 1973".

No processo nº 176067/73, em que o Diretor da Divisão de Material solicita dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 740,00 (setecentos e quarenta cruzeiros), a favor da firma J.J. SABRIÁ LTDA., para cobertura de despesas com a aquisição de material destinado ao Núcleo de Custódia de Brasília, após o parecer do DAGF, foi exarado o seguinte despacho: "De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providências que forem necessárias. Brasília-DF, 24 de setembro de 1973."
1973".

No processo nº 176068/73, em que o Diretor da Divisão de Material solicita dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$176,00 (cento e setenta e seis cruzeiros), a favor da firma FERRAGISTA RAMOS-Anthero Ramos, para cobrir despesas com a aquisição de material destinado à Seção de Conservação e Reparos, da SEP, após o parecer do DAG, foi exarado o seguinte despacho: "De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providências que forem necessárias.

No processo nº 176069/73, em que o Diretor da Divisão de Material solicita dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 1.014,00 (hum mil e quatorze cruzeiros), a favor da firma PAPELARIA RIO—Comércio e Indústria Ltda, para cobrir despesas com a aquisição de material destinado a Polícia Civil do DF, após o parecer do DAG, foi exarado o seguinte despacho: "De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providências que forem necessárias. Brasília-DF, 24 de setembro de 1973".

No processo nº 176130/73, em que o Diretor da Divisão de Material solicita dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 770,00 (setecentos e setenta cruzeiros, a favor da firma ELETRONICA "YARA", para cobrir despesas com a aquisição de material destinado à Divisão de Telecomunicações da SEP, após o parecer do DAG foi exarado o seguinte despacho: "De acordo. Publique-se e enca encaminhe-se á Divisão Financeira, para as providências que forem necessárias. Brasília-DF, 26 de setembro de 1973".

No processo nº 176131/73, em que o Diretor da Divisão de Material solicita dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 445,00 (quatrocentos e quarenta e cinco cruzeiros), a favor da firma CASA DAS FERRAMENTAS — V.F. SILVA E CIA LTDA, para cobrir despesas com a aquisição de material destinado à Seção de Conservação e Reparos da SEP, após o parecer do DAG, foi exarado o seguinte despacho: "De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira para as providências necessárias. Brasília-DF, 26 de setembro de 1973".

No processo nº 176132/73, em que o Diretor da Divisão de Material solicita dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 1.248,00 (hum mil, duzentos e quarenta e oito cruzeiros), a favor da firma ELETRONICA "YARA", para cobrir despesas com a aquisição de material destinado à Divisão de Telecomunicações, após o parecer do DAG, foi exarado o seguinte despecho: "De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providências que forem necessárias. Brasília-DF, 26 de setembro de 1973".

No processo nº 607617/73, em que o Diretor do Departamento de Administração Geral, solicita dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 9.580,62 (nove mil, quinhentos e oitenta cruzeiros e sessenta e dois centavos), a favor de RAND DO BRASIL S/A, para atender despesas da SEP, foi exarado o seguinte despacho: "I - De acordo. II - Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para a emissão da Nota de Empenho. Brasília-: 27 de setembro de 1973".

No processo nº 176221/73, em que o Diretor do Departamento de Administração Geral solicita dispensa de licitação e emissão de nota de empenho por ESTIMATIVA no valor de Cr$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), em favor da VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S/A — VASP, para atender despesas da SEP, com passagens de avião, foi exarado o seguinte despacho: "De acordo. Autorizo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para a emissão de Nota de Empenho. Brasília, 27 de setembro de 1973".

No processo Disciplinar nº 19/73-CPD, foi exarado o seguinte despacho: "I - Aprovo as conclusões da C.P.D. no Processo Disciplinar nº 19/73—CPD, em que é indiciado o Patrulheiro "B" JOSÉ GOMES COSTA, matrícula nº 31.423; II — Em consequência, remetam-se os autos à considetação do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, autoridade a quem compete a decisão final do processo, Distrito Federal, 01 de outubro de 1973".

No processo Administrativo protocolado sob o nº 174.343/73-SEP, referente a ANTONIO EMILSON MEIRELES SOUTO, após o parecer da Comissão de Processo Administrativo foi exarado o seguinte despacho: "I - Aprovo as conclusões da C.P.A. no Processo Administrativo protocolizado sob o número 174343/73-SEP, em que é indiciado o Auxiliar de Necrópsia ANTONIO EMILSON MEIRELES SOUTO, matrícula nº 32.985; II - Em consequência, remetam-se os autos à consideração do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, autoridade a quem compete a decisão final do processo".

No processo nº 176237/73, em que o Diretor da Divisão de Material solicita-dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 270,00 (duzentos e setenta cruzeiros), a favor da PAPELARIA RIO COMÉRCIO E INDUSTRIA LTDA, para cobrir despesas da SEP, após o parecer do DAG, foi exarado o seguinte despacho: "De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providências que forem necessárias. Brasília-DF, 04 de outubro de 1973".

No processo nº 176238/73, em que o Diretor da Divisão de Material solicita dispensa de licitação e emissão de nota de empenho, no valor de Cr$ 11.602,50 (onze mil, seiscentos e dois cruzeiros e cinquenta e dois centavos), a favor da COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS, para cobrir despesas com a aquisição de 15.000 cartuchos calibre 38 longo, destinados à munição das armas da SEP, após o parecer do DAG, foi exarado o seguinte despacho: "De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providências que forem necessárias. Brasília-DF, 04 de outubro de 1973".

No processo nº 176386/73, em que o Diretor da Divisão de Material solicita dispensa de licitação e emissão e nota de empenho no valor de Cr$ 3.154,13 (três mil, cento e cinquenta e quatro cruzeiros e treze centavos) a favor para cobrir despesas da SEP, após o parecer do DAG, foi exarado o seguinte despacho: "De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providências necessárias. Brasília-DF, 04 de outubro de 1973".

No processo nº. 176387/73, em que o Diretor da Divisão de Material solicita dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$40,00 (quarenta cruzeiros), a favor da firma COPEL-COMERCIAL DE PAPEL E REPRESENTAÇOES LTDA, para cobrir despesas com a aquisição de material destinado à Divisão de Pessoal da SEP, após o parecer do DAG, foi exarado o seguinte despacho: "De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providências que forem necessárias. Brasília-DF, 04 de outubro de 1973".
No processo nº. 176389/73, em que o Diretor da Divisão de Material solicita dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), a favor da firma SOCIEDADE DE ABASTECIMENTOS DE BRASILIA S/A, SAB, para cobrir despesas com a aquisição de gêneros alimenticios para os estabelecimentos penais da SEP, após o parecer do DAG, foi exarado o seguinte despacho: "De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providências que forem necessárias. Brasília-DF, 04 de outubro de 1973".
No processo nº. 176390/73, em que o Diretor da Divisão de Material solicita dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros), a favor da PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A, para cobrir despesas com a aquisição de combustivel para a frota de veiculos da SEP, após o parecer do DAG, foi exarado o seguinte despacho: "De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providências necessárias. Brasília-DF, 04 de outubro de 1973".
No processo nº. 176391/73, em que o Diretor da Divisão de Material solicita dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros), a favor da firma CCA-COMPANHIA COMERCIAL DE AUTOMOVEIS, para cobrir despesas da SEP, após o parecer do DAG, foi exarado o seguinte despacho: "De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providências que forem necessárias. Brasília-DF, 04 de outubro de 1973"

No processo Disciplinar nº. 17/73-CPD, em que é interessado PAULO ROBERTO DE CARVALHO, após o parecer da CPD, foi exarado o seguinte despacho: "I-Aprovo as conclusões da C.P.D. no Processo Disciplinar nº. 17/73-CPD, em que é interessado o Agente Auxiliar de Polícia "A" PAULO ROBERTO DE CARVALHO, matrícula nº. 30.949; II-Em consequência, provada sua culpa, determino o ressarcimento à Fazenda Nacional na forma da Lei e no quantum mencionado neste processo; III Ao D.A.G. para os necessários registros, após, encaminhem-se à CPD, para arquivamento. Distrito Federal, 04 de outubro de 1973".
No Processo s/nº. 73, em que é interessado JOVINO PEREIRA DOS SANTOS: após o parecer da CPD. foi exarado o seguinte despacho: "I De acordo; II - Lavre-se o ato pertinente. Distrito Federal, 4 de outubro de 1973".

No processo nº. 175175/73, em que é interessado AVELINO DA FONSECA E SOUZA, após o parecer da SDD/-DAG, foi exarado o seguinte despacho: "I-Indefiro, nos termos do artigo 335, II, do Decreto nº. 59.310/66 e tendo em vista o parecer da Seção de Direitos e Deveres da DP/DAG, fls. 50 do presente processo; II - Publique-se e arquive-se Distrito Federal, 8 de outubro de 1973". (a) AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON, Secretário de Segurança Pública do DF".
Distrito Federal, 30 de outubro de 1973

BRASILIA, 30 de outubro de 73
CARLOS WILSON DA SILVA
Chefe da Secretaria do Gabinete

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO DO PESSOAL
ATOS DO CHEFE

SALÁRIO—FAMILIA - Concedidos
SERVIDOR: AYILTON DE MELLO BRITO
MATRICULA: 1231
DESPACHO: Concedido salário-família pela dependente LUDOVINA JOSÉ SIQUEIRA, a partir de MAIO/73.

SERVIDOR: ADOLFO PEREIRA DE BRITO
MATRICULA: 6274
DESPACHO: Concedido salário-família pelo dependente GEOVANI BARBOSA DE BRITO, a partir de JANEIRO/73.

SERVIDOR: ARNALDO JUSTINO DA SILVA
MATRICULA: 6307
DESPACHO: Concedido salário-família pela dependente MELANIA BARBOSA FIGUEIROA, a partir de SETEMBRO/73.

SERVIDOR: JOÃO EMIDIO VIEIRA
MATRICULA: 12278
DESPACHO: Concedido salário-família pela dependente RUTE CASTRO VIEIRA, a partir de MAIO/73.
Brasília, 16 de outubro de 1973.
IRANI MARIA FICHE MUNIZ
Chefe da Seção de Reg. Financ.
SÉRGIO EIRAS MENDONÇA
Diretor da Div. Pessoal

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 340/73 - DETRAN-DF, DE 24 DE SETEMBRO DE 1973
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 30 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº 62.127/68), combinado com o artigo 127 inciso III, do Decreto nº 2090, de 30 de outubro de 1972, do Governo do Distrito Federal, e tendo em vista o que consta do processo nº 10040/73 - DETRAN-DF,
RESOLVE:
Suspender de dirigir veículo automotor, a condutora OTHILIA DA SILVA COSTA, portadora da Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº 6806645, amador, expedida pelo DETRAN-DF, pelo prazo de 01 (hum) mês, a partir de 11/09/73, de acordo com o artigo 199, inciso I e parágrafo 1º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por ter entregue a direção do veículo de placa nº AB-1771-DF, a pessoa não habilitada, cometendo dessa forma a infração capitulada no artigo 181, inciso II do mesmo diploma legal.
Brasília-DF, 24 de setembro de 1973
GILBERTO PESSANHA - Cel.
Diretor.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 361/73 - DETRAN-DF, DE 05 DE OUTUBRO DE 1973
Credencia entidades particulares e profissionais liberais para realização de Exames de Sanidade Física e Mental (Clínico, Oftalmológico e, quando for o caso, Otológico), destinados à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação para condução de veículo automotor.
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 127, inciso III, do Decreto nº 2090, de 30 de outubro de 1972, combinado com o artigo 21 da Resolução nº 449/72- CONTRAN, bem assim considerando as normas de credenciamento estabelecidas na OS nº 087/73- DETRAN-DF de 09 de abril de 1973,
RESOLVE:
1 - Enquanto o Departamento de Trânsito, não dispuser na sua organização, de médicos, para atendimento de Exame de Sanidade Física e Mental (Clínico, Oftalmológico e, quando for o caso, Otológico), a que se refere o artigo 21 da Resolução nº 449/72- CONTRAN, para fins de obtenção de Carteira Nacional de Habilitação para condutores de veículos automotores, ficam credenciados, a partir desta data, pelo prazo de um ano, face o que preceitua o artigo 18 da OS nº 087/73 - DETRAN-DF, as entidades e os profissionais liberais abaixo mencionados, que satisfizeram todas as exigências estipuladas na Ordem de Serviço acima indicada que regula o assunto:
ENTIDADES CREDENCIADAS, com os respectivos médicos responsáveis:
a) CONSULTÓRIO OFTALMOLOGICO
Conjunto Nacional Brasília, sala 4009
Médicos Oftalmologistas:
Dr. ROBERTO ANTONIO SOARES DE SENNA
Dr. JOSÉ DOMINGOS COSTA (Substituto Eventual).
Médicos Clínicos:
Dr. ACIR CORTES PIRES
Dr. CARLOS TAPIA ALBA (Substituto Eventual).
b) GABINETE DE EXAME MÉDICO
Avenida W/3, Quadra 513, Bloco B, Ent. 7, sala 202 e 205.
Médico Oftalmologista:
Dr. DONATO RISPOLI BORGES
Médico Clínico:
Dr. CARLOS HENRIQUE ALLEMAND BORGES
2. Os termos de credenciamento das entidades, deverão ser firmados pelos profissionais liberais (médicos), responsáveis pela direção técnica de cada Instituto ou Clínica e arquivados na Divisão de Habilitação de Condutores.

3. Constituem competência, deveres e obrigações dos credenciados, cumprirem fielmente, o que estabelece a Resolução nº 449/72 - CONTRAN e a Ordem de Serviço nº 087/73- DETRAN-DF.

4. Esta Ordem de Serviço entrará em vigor a partir desta data.
Brasília-DF, 05 de outubro de 1973
GILBERTO PESSANHA - Cel.
Diretor.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 365/73 - DETRAN-DF, DE 08 DE OUTUBRO DE 1973
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do expediente protocolado sob nº 11190/73-DETRAN-DF,
RESOLVE:
Advertir de acordo com o item 7.5, da Ordem de Serviço nº 117/72, os despachantes ALUIZIO FELIPE DA SILVA, GENIVAL BARBOSA DE MIRANDA, VANDERLY TAVARES FERREIRA, MÁRIO JOSÉ CANAVARRO DO NASCIMENTO, JOSÉ QUEIROZ SANTOS, ORGANIZAÇÃO VIVI LTDA., ANTONIO OTO SARAIVA LEÃO e NILSON FERREIRA, por terem sido encontrados angariando clientes para preenchimento da TRU, na área deste Departamento.
Brasília-DF, 08 de outubro de 1973
GILBERTO PESSANHA - Cel.
Diretor.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 366/73 - DETRAN-DF, DE 10 DE OUTUBRO DE 1973
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 30, inciso I e 159 parágrafos 1º e 2º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº 62.127/68), combinado com o artigo 41 da RESOLUÇÃO Nº 449/72-CONTRAN e artigo 127 inciso III, do Decreto nº 2090, de 30 de outubro de 1972, do Governo do Distrito Federal, e tendo em vista o que consta do processo nº 08763/73- DETRAN-DF,
RESOLVE:
Apreender a Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº 10789, profissional, expedida pelo DETRAN-DF, em nome do Sr. DURVAL BALZANE JUNIOR, até a realização de novos exames de sanidade física, mental, técnico e psicotécnico, por ter se envolvido em acidente de tráfego de natureza grave, no dia 05/07/73, quando na direção do veículo de placa nº AC-7368-DF, conforme noticia o processo supra referido.
Brasília-DF, 10 de outubro de 1973
GILBERTO PESSANHA - Cel.
Diretor.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 367/73—DETRAN—DF, DE 10 DE OUTUBRO DE 1973
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 30, inciso I e 159 parágrafos 1º e 2º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº 62.127/68), combinado com o artigo 41 da RESOLUÇÃO Nº 449/72—CONTRAN e artigo 127 inciso III, do Decreto nº 2090, de 30 de outubro de 1972, do Governo do Distrito Federal, e tendo em vista o que consta do processo nº 07127/73—DETRAN—DF,
RESOLVE:
Apreender a Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº 6806490, profissional, expedida pelo DETRAN—DF, em nome do Sr. SILVIO DE SOUZA, até a realização de novos exames de sanidade física, mental, técnico e psicotécnico, por ter se envolvido em acidente de tráfego de natureza grave, no dia 12.4.73, quando na direção do veículo de placa nº AE—1179-DF, conforme notícia o processo supra referido.
Brasília-DF, 10 de outubro de 1973
GILBERTO PESSANHA — CEL
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 368/73—DETRAN—DF, DE 16 DE OUTUBRO DE 1973
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 30 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº 62.127/68), combinado com o artigo 127 inciso III, do Decreto nº 2090, de 30 de outubro de 1972, do Governo do Distrito Federal, e tendo em vista o que consta do processo nº 10041/73—DETRAN—DF,
RESOLVE:
Suspender de dirigir veículo automotor, o condutor ADOLFO JOSÉ CABRAL, portador da Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº 7130694, amador, expedida pelo DETRAN—DF, pelo prazo de 03 (três) meses a partir de 11-10-73, de acordo com o artigo 199, inciso I E parágrafo 1º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por ter entregue a direção do veículo de placa nº AF—4050-DF, a pessoa não habilitada, cometendo dessa forma a infração capitulada no artigo, 181, inciso II, do mesmo diploma legal.
Brasília-DF, 16 de outubro de 1973
GILBERTO PESSANHA — CEL
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 369/73—DETRAN—DF, DE 15 DE OUTUBRO DE 1973
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 30 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº 62.127/68), combinado com o artigo 127 inciso III, do Decreto nº 2090, de 30 de outubro de 1972, do Governo do Distrito Federal, e tendo em vista o que consta do processo nº 11391/73—DETRAN—DF,
RESOLVE:
Suspender de dirigir veículo automotor, o condutor, SEBASTIÃO JOAQUIM DE SOUSA, portador da Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº 7021187, profissional, expedida pelo DETRAN—DF, pelo prazo de 03 (três) meses, a partir de 05—10—73, de acordo com o artigo 199, inciso I e parágrafo 1º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por ter entregue a direção do veículo de placa nº CM—0535—DF, a pessoa não habilitada, cometendo dessa forma a infração capitulada no artigo 181, inciso II, do mesmo diploma legal.
Brasília-DF, 15 de outubro de 1973
GILBERTO PESSANHA — CEL
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 370/73—DETRAN—DF, DE 15 DE OUTUBRO DE 1973
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 30 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº 62.127/68), combinado com o artigo 127 inciso III, do Decreto nº 2090, de 30 de outubro de 1972, do Governo do Distrito Federal, e tendo em vista o que consta do processo nº 11394/73—DETRAN—DF,
RESOLVE:
Suspender de dirigir veículo automotor, o condutor JOSÉ MOTA DA SILVA, portador da Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº 80025, profissional, expedida pelo DETRAN-GO, pelo prazo de 04 (quatro) meses, a partir de 03—10—73, de acordo com o artigo 199, inciso I e parágrafo 1º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por ter entregue a direção do veículo de placa nº AG—8643—DF, a pessoa não habilitada, cometendo dessa forma a infração capitulada no artigo 181, inciso II, do mesmo diploma legal.
2 - Fica o Serviço de Administração deste Departamento, encarregado de encaminhar cópia da presente O.S. ao Departamento de Trânsito do Estado de Goiás.
Brasília-DF, 15 de outubro de 1973
GILBERTO PESSANHA - CEL-
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 371/73—DETRAN—DF, DE 15 DE OUTUBRO DE 1973
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 30 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº 62.127/68), combinado com o artigo 127 inciso III, do Decreto nº 2090, de 30 de outubro de 1972, do Governo do Distrito Federal, e tendo em vista o que consta do processo nº 11291/73—DETRAN—DF,
RESOLVE:
Suspender de dirigir veículo automotor, o comdutor FRANSICO MIGUEL DE SANTANA, portador da Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº 7249007, profissional, expedida pelo DETRAN—DF, pelo prazo de 03 (três) meses, a partir de 4—10—73, de acordo com o artigo 199, inciso I e parágrafo 1º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por ter entregue a direção do veículo de placa nº AA—5563—DF, a pessoa não habilitada, cometendo dessa forma a infração capitulada no artigo 181, inciso II, do mesmo diploma legal.
Brasília-DF, 15 de outubro de 1973
GILBERTO PESSANHA — CEL
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 372/73 — DETRAN—DF, DE 15 DE OUTUBRO DE 1973
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 30 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº. 62.127/68), combinado com o artigo 127 inciso III, do Decreto nº. 2090, de 30 de outubro de 1972, do Governo do Distrito Federal, e tendo em vista o que consta do processo nº. 11192/73-DETRAN-DF,
RESOLVE:
Suspender de dirigir veículo automotor, o condutor JOSE EDIVALDO RODRIGUES DE ALMEIDA, portador da Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº. 7243925, amador, expedida pelo DETRAN-DF, pelo prazo, de 02 (dois) meses, apartir de 03-10-73, de acordo com o artigo 199, inciso I e parágrafo 1º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por ter entregue a direção do veículo de placa nº. 0491-DF, a pessoa não habilitada, cometendo dessa forma a infração capitulada no artigo 181, inciso II, do mesmo diploma legal.
Brasília-DF, 15 de outubro de 1973
GILBERTO PESSANHA - Cel.
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 373/73-DETRAN-DF, DE 15 DE OUTUBRO DE 1973
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 30 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº. 72.127/68), combinado com o artigo 127 inciso III, do Decreto nº. 2090, de 30 de outubro de 1972, do Governo do Distrito Federal, e tendo em vista o que consta do processo nº. 11290/73-DETRAN-DF
RESOLVE:
Suspender de dirigir veículo automotor, o condutor FRANCISCO SEVERINO SALES, portador da Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº. 0004077/Y/001, profissional, expedida pelo DETRAN-DF, pelo prazo de 03 (três) meses, a partir de 04-10-73, de acordo com o artigo 199, inciso I e parágrafo 1º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por ter entregue a direção do veículo placa nº. AG-1327-DF, a pessoa não habilitada, cometendo dessa forma a infração capitulada no artigo 181, inciso II, do mesmo diploma legal.
Brasília-DF, 15 de outubro de 1973
GILBERTO PESSANHA - Cel
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 376/73-DETRAN-DF, DE 15 DE OUTUBRO DE 1973
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 30 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº. 62.127/68), combinado com o artigo 127 inciso III, do Decreto nº. 2090, de 30 de outubro de 1972, do Governo do Distrito Federal, e tendo em vista o que consta do processo nº. 11604/73-DETRAN-DF,
RESOLVE:
Suspender de dirigir veículo automotor, o condutor MARCIO ANTONIO PINTO ALMEIDA, portador da Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº 565.813, amador, expedida pelo DETRAN-GB, pelo pelo prazo de 01 (hum) mês, a partir 15.10.73, de acordo com o artigo 199, inciso I e parágrafo 1º. do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por ter entregue a direção do veículo de placa nº. AA-8405-DF, a pessoa não habilitada, cometendo dessa forma a infração capitulada no artigo 181, inciso II, do mesmo diploma legal.
2. Fica o Serviço de Administração deste Departamento, encarregado de encaminhar cópia da presente O.S. ao DETRAN-GB.
Brasília-DF, 15 de outubro de 1973
GILBERTO PESSANHA - Cel
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 377/73-DETRAN-DF, DE 16 DE OUTUBRO DE 1973
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 30 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº. 62.127/68), combinado com o artigo 127 inciso III, do Decreto nº. 2090, de 30 de outubro de 1972, do Governo do Distrito Federal, e tendo em vista o que consta do processo nº. 11672/73-DETRAN-DF,
RESOLVE:
Suspender de dirigir veículo automotor, o condutor JOSE IVO VILLELA, portador da Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº. 7020231, amador, expedida pelo DETRAN-DF, pelo prazo de 01 (hum) mês, a partir de 14.10.73, de acordo com o artigo 199, inciso I e parágrafo 1º. do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por ter entregue a direção do veículo de placa AE-5460-DF, a pessoa não habilitada, cometendo dessa forma a infração capitulada no artigo 181, inciso II do mesmo diploma legal.
Brasília-DF, 16 de outubro de 1973
GILBERTO PESSANHA - Cel
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 379/73—DETRAN—DF, DE 16 DE OUTUBRO DE 1973
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 30 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº. 62.127/68), combinado com o artigo 127 inciso III, do Decreto nº. 2090, de 30 de outubro de 1972, do Governo do Distrito Federal, e tendo em vista o que consta do processo nº. 11673/73-DETRAN-DF,
RESOLVE:
CASSAR A LICENÇA PARA APRENDER A CONDUZIR VEICULO, concedida a Srª. ANNA MARIA VIEIRA GOUVEA ALVES, que somente poderá obter nova licença decorridos 06 (seis) meses, a partir de 13-10-73, por ter sido surpreendida na direção de veículo automotor, desacompanhada do responsável por sua instrução, infringindo assim, o disposto no artigo 137 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.
Brasília-DF, 16 de outubro de 1973.
GILBERTO PESSANHA - Cel.
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 380/73-DETRAN-DF, DE 17 DE OUTUBRO DE 1973
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 30 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº 62.127/68), combinado com o artigo 127 inciso III, do Decreto nº 2090, de 30 de outubro de 1972, do Governo do Distrito Federal, e tendo em vista o que consta do processo nº 11471/73 - DETRAN-DF,
RESOLVE:
Suspender de dirigir veículo automotor, o condutor BENEDITO FERRAZ NEGRÃO, portador da Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº 0011653-Y-001, amador, expedida pelo DETRAN-DF, pelo prazo de 03 (três) meses, a partir de 05-10-73 de acordo com o artigo 199, inciso I e Parágrafo 1º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por ter entregue a direção do veículo de placa nº AC-5528-DF, a pessoa não habilitada, cometendo dessa forma a infração capitulada no artigo 181, inciso II, do mesmo diploma legal.
Brasília-DF, 17 de outubro de 1973
GILBERTO PESSANHA - Cel.
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 381/73—DETRAN—DF, DE 17 DE OUTUBRO DE 1973
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 30, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (decreto nº 62.127/68), combinado com o artigo 127 inciso III, do Decreto nº 2090, de 30 de outubro de 1972, do Governo do Distrito Federal, e tendo em vista o que consta do processo nº 11688/73-DETRAN—DF,
RESOLVE:
Suspender de dirigir veículo automotor, o condutor JOSÉ MACIEL DE MOURA, portador da Carteira Nacional de Hatilitação, prontuário nº 14. 787, amador, expedida pelo DETRAN—GB, pelo prazo de 01 (hum) mês, a partir de 16—10—73, de acordo com o artigo 199, inciso I e parágrafo 1º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por ter entregue a direção do veículo de placa nº AE—0853, a pessoa não habilitada, cometendo dessa forma a infração capitulada no artigo 181, inciso II, do mesmo diploma legal.
2. Fica o Serviço de Administração deste Departamento, encarregado de encaminhar cópia da presente O.S. ao Departamento de Trânsito do Estado da Guanabara.
Brasília-DF, 17 de outubro de 1973.
GILBERTO PESSANHA — Cel.
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 386/73—DETRAN—DF, 23 DE OUTUBRO DE 1973
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o teor do ofício nº 2834/73, da Segunda Vara Criminal, protocolado sob nº 11.905/73—DETRAN
RESOLVE:
TORNAR sem efeito a Ordem de Serviço nº 308, de 31 de agosto de 1973, deste Departamento, que suspendeu de dirigir veículo automotor o condutor José Plácio Bernardes portador da Carteira Nacional de Habilitação com prontuário nº 0010458—Y—001—PFC, expedida pelo DETRAN—DF, até a realização de novos exames de sanidade física, mental, técnico e psicotécnico, nos termos da determinação judicial constante do ofício nº 2242/73, oriunda da 2ª Vara Criminal do Distrito Federal.
Brasília-DF, 23 de outubro de 1973
GILBERTO PESSANHA—Cel.
DIRETOR.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 388/73-DETRAN-DF, DE 24 DE OUTUBRO DE 1973
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 30, inciso I e 159 parágrafos 1º e 2º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº 62.127/68), combinado com o artigo 41 da RESOLUÇÃO Nº 449/72-CONTRAN e artigo 127 inciso III, do Decreto nº 2090, de 30 de outubro de 1972 do Governo do Distrito Federal, e tendo em vista o que consta do processo nº 07127/73-DETRAN-DF,
RESOLVE:
Apreender a Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº 70-23491/P-DF, profissional, expedida pelo DETRAN-DF, em nome do Sr. AURIO FLAUVINO COELHO, até a realização de novos exames de sanidade física, mental, técnico e psicotécnico por ter se envolvido em acidente de tráfego de natureza grave, no dia 30-06-73, quando na direção do veículo placa ON-0767-DF, conforme notícia o processo supra referido.
Brasília-DF, 24 de outubro de 1973
GIBERTO PESSANHA - Cel.
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 391/73 — DETRAN—DF, DE 26 DE OUTUBRO DE 1.971
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 30, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº 62.127/68), combinado com o artigo 127 inciso III, do Decreto nº 2090, de 30 de outubro de 1.972, do Governo do Distrito Federal, e tendo em vista a sentença prolatada pelo Exmº Sr

Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública da Justiça do Distrito Federal nos autos do Mandando de Segurança nº 8225/73, denegando a segurança e cassando a liminar concedida ao Sr. WILSON ANTONIO DE ANDRADE, que impediu de publicar a Ordem de Serviço nº 131, de 26-03-73, deste Departamento, a qual fica pela presente cancelada, RESOLVE:
SUSPENDER de dirigir veículo automotor o condutor WILSON ANTONIO DE ANDRADE, portador da Carteira Nacional de Habilitação com prontuário nº 6801524, da categoria motorista e motociclista amador, expedida por este Detran, pelo prazo de 02 (dois) meses, a partir desta data, de acordo com o inciso I e parágrafo 1º do artigo 199 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por ter entregue a direção do veículo de placa nº MT—765—DF a pessoa não habilitada, infringindo o disposto no artigo 181, inciso II do mesmo diploma legal.
Brasília-DF, 26 de outubro de 1.973
GILBERTO PESSANHA — Cel.
Diretor

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES

DECISÃO Nº. 68/73-JARI
Processo nº 174173/73-SEP
Interessado: Antônio Amaro da Silva
Assunto: Recorre contra a aplicação de penalidade, por infração de trânsito
Relator: Presidente Substituto JOÃO SEABRA DA SILVA
A Junta Administrativa de Recursos de Infrações em sua Vigésima Reunião, realizada nesta data, apreciando o presente processo aprovou o parecer do Relator, decidindo:
Pelo não provimento do recurso, na forma do relatório.
Brasília-DF; 27 de julho de 1973
Bel. JOÃO SEABRA DA SILVA
Pres-Subst. da JARI-Relator
Bel. JOÃO VIEIRA
Membro efetivo
MARIANO RIBEIRO NETTO
Membro efetivo

DECISÃO Nº. 69/73-JARI
Processo nº. 173430/73-SEP
Interessado: Gersino Porfírio de Carvalho
Assunto: Recorre contra a aplicação de penalidade, por infração de trânsito
Relator: Membro JOÃO VIEIRA
A Junta Administrativa de Recursos de Infrações em sua Vigésima Reunião, realizada nesta data, apreciando o presente processo aprovou o parecer do Relator, decidindo:
Pelo não provimento do recurso, na forma do relatório
Brasília-DF; 27 de julho de 1973
Bel. JOÃO SEABRA DA SILVA
Pres-Subst. da JARI
Bel. JOÃO VIEIRA
Membro efetivo-Relator
MARIANO RIBEIRO NETTO
Membro efetivo

DECISÃO Nº 70/73-JARI
Processo nº: 174170/73-SEP
INTERESSADA: Dirce Benedita Ramos
Assunto: Recorre contra a aplicação de penalidade, por infração de trânsito
Relator: Presidente Substituto JOÃO SEABRA DA SILVA
A Junta Administrativa de Recursos de Infrações em sua Vigésima Primeira Reunião, realizada nesta data, apreciando o presente processo aprovou o parecer do Relator, decidindo:
Pelo não provimento do recurso, na forma do relatório.
Brasília-DF., 01 de agosto de 1973
Bel. JOÃO SEABRA DA SILVA
Presidente Substituto da JARI-Relator
Bel. JOÃO VIEIRA
Membro efetivo
MARIANO RIBEIRO NETTO
Membro efetivo

DECISÃO Nº 71/73-JARI
Processo nº 173656/73-SEP
Interessado: Antônio Alves Bezerra
Assunto: Recorre contra a apreensão de sua CNH
Relator: Membro MARIANO RIBEIRO NETTO

A Junta Administrativa de Recursos de Infrações em sua Vigésima Primeira Reunião, realizada nesta data, apreciando o presente processo aprovou o parecer do Relator, decidindo:
Pelo não provimento do recurso, na forma do relatório.
Brasília-DF., 01 de agosto de 1973
Bel. JOÃO SEABRA DA SILVA
Presidente Substituto da JARI
Bel. JOÃO VIEIRA
Membro efetivo
MARIANO RIBEIRO NETTO
Membro efetivo-Relator

DECISAO Nº 72/73-JARI
PROCESSO nº 174327/73-SEP
INTERESSADO: Hermínio Pedrosa de Araújo
ASSUNTO : Recorre contra à aplicação de penalidade, por infração de trânsito
Relator: Presidente EDISON LASMAR
A Junta Administrativa de Recursos de Infrações em sua Vigéssima Segunda Reunião, realizada nesta data, apreciando o presente processo aprovou o parecer do Relator, decidindo:
Pelo provimento do recurso, na forma do relatório.
Brasília-DF., 07 de agosto de 1973
EDISON LASMAR
Presidente da JARI
JOAO VIEIRA
Membro efetivo-Relator
MARIANO RIBEIRO NETTO
Membro efetivo

DECISAO Nº 73/73-JARI
PROCESSO nº 174326/73-SEP
INTERESSADO: Leonardo Ferro Sevilla
ASSUNTO: Recorre contra à aplicação de penalidade, por infração de trânsito
Relator: Membro JOAO VIEIRA
A Junta Administrativa de Recursos de Infrações em sua Vigésima Segunda Reunião, realizada nesta data, apreciando o presente processo aprovou o parecer do Relator, decidindo:
Pelo provimento do recurso, na forma do relatório.
Brasília-DF., 07 de agosto de 1973
EDISON LASMAR
Presidente da JARI
JOAO VIEIRA
Membro efetivo
MARIANO RIBEIRO NETTO
Membro efetivo

DECISAO Nº 74/73-JARI
PROCESSO nº 174328/73-SEP
INTERESSADO: Francisco Targino de Siqueira
ASSUNTO: Recorre contra a aplicação de penalidade, por infração de trânsito
Relator: Membro MARIANO RIBEIRO NETTO
A Junta Administrativa de Recursos de Infrações em sua Vigésima Segunda Reunião realizada nesta data, apreciando o presente processo aprovou o parecer do Relator, decidindo:
Pelo não provimento do recurso, na forma do relatório.
Brasília-DF., 07 de agosto de 1973
EDISON LASMAR
Presidente da JARI
JOAO VIEIRA
Membro efetivo
MARIANO RIBEIRO NETTO
Membro efetivo-Relator

DECISÃO Nº 75/73—JARI
Processo no. 174157/73-SEP
Interessado: Alvaro Bragança Perez
Assunto: Recorre contra à aplicação de penalidades, por infrações de trânsito
Relator: Presidente EDISON LASMAR
A Junta Administrativa de Recursos de Infrações em sua vigésima Terceira Reunião, realizada nesta data, apreciando o presente processo aprovou o parecer do Relator, decidindo:
Pelo não provimento do recurso, na forma do relatório.
Brasília-DF., 10 de agosto de 1973
Presidente da JARI-Relator
JOÃO VIEIRA
Membro efetivo
MARIANO RIBEIRO NETTO
Membro efetivo

DECISÃO No. 76/73-JARI
Processo no. 174330/73-SEP
Interessado: Pedro Fragoso da Silva
Assunto: Recorre contra à aplicação de penalidade, por infração de trânsito
Relator: Membro JOÃO VIEIRA
A Junta Administrativa de Recursos de Infrações em sua Vigésima Terceira Reunião, realizada nesa data, apreciando o presente processo aprovou o parecer do Relator, decidindo:
Pelo provimento do recurso, na forma do relatório.
Brasília-DF., 10 de agosto de 1973
EDISON LASMAR
Presidente da JARI
JOÃO VIEIRA
Membro-efetivo-Relator
MARIANO RIBEIRO NETTO
Membro efetivo

DECISÃO Nº 77/73—JARI
Processo no. 174171/73-SEP
Interessado: Augusto Flávio Braga Horta
Assunto: Recorre contra à aplicação de penalidade, por infração de trânsito
Relator: Membro MARIANO RIBEIRO NETTO
A Junta Administrativa de Recursos de Infrações em sua Vigésima Terceira Reunião, realizada nesta data, apreciando o presente processo aprovou o parecer do Relator, decidindo:
Pelo provimento do recurso, na forma do relatório.
Brasília-DF., 10 de agosto de 1973
EDISON LASMAR
Presidente da JARI
JOÃO VIEIRA
Membro efetivo
MARIANO RIBEIRO NETTO
Membro efetivo-Relator

DECISAO No. 78/73-JARI
Processo nº 174331—73—SEP
Interessado: Issac Ohana
Assunto: Recorre contra à aplicação de penalidade, por infração de trânsito.
Relator: Membro MARIANO RIBEIRO NETTO
A Junta Administrativa de Recursos de Infrações em sua Vigésima Terceira Reunião, realizada nesta data, apreciando o presente processo aprovou o parecer do Relator, decidindo:
Pelo não provimento do recurso, na forma do relatório.

Brasília-DF., 10 de agosto de 1973
EDISON LASMAR
Presidente da JARI
JOÃO VIEIRA
Membro efetivo
MARIANO RIBEIRO NETTO
Membro efetivo-Relator

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO COMANDANTE

PORTARIA PMDF DE 24 DE OUTUBRO DE 1973

O Coronel Comandante Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais, previstas no Decreto nº 3.494 de 27 de dezembro de 1938 (Regulamento do Comando e dos Serviços) e tendo em vista o disposto no parágrafo 1º do Artigo 15, Capítulo III, do Decreto nº 2.176 de 29 de dezembro de 1972, que aprova, para o Exercício de 1973, as Normas de Execução Orçamentária e Financeira e dá outras providências e ainda, o Plano de Aplicação referente ao 4º trimestre de 1973, aprovado pelo Decreto nº 2.405 de 10 de outubro do corrente ano, e as alterações do Decreto nº 2.412, de 16 de outubro de 1973,
RESOLVE:
Autorizar a Diretoria de Intendência da Polícia Militar do Distrito Federal, a movimentar os valores correspondentes aos elementos e Sub-Elementos da despesa, consoantes os valores do Cronograma de Desembolso do Quadro Anexo.
Brasília, 24 de outubro de 1973
YVANILDO DE FIGUEIREDO ANDRADE DE OLIVEIRA
Coronel Comandante Geral

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA DA PMDF DE 24 DE OUTUBRO DE 197

PLANO TRIMESTRAL DE APLICAÇÃO - 4º TRIMESTRE
Unidade Orçamentária: POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
Orgão Movimentador do Crédito: DIRETORIA DE INTENDÊNCIA

Atividades e ou Projeto - Elementos	VALOR A DESEMBOLSAR	
	PARCIAL	TOTAL
Atividade: PM/2.026 - Manutenção das Atividades da Polícia Militar do Distrito Federal		
3.0.0.0 - Despesas Correntes		
3.1.0.0 - Despesas de Custeio		
3.1.1.0 - Pessoal		
3.1.1.1 - Pessoal Civil	1.000,00	
3.1.1.2 - Pessoal Militar	2.950.071,92	
3.1.2.0 - Material de Consumo	1.266.604,60	
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros	125.100,00	
3.1.4.0 - Encargos Diversos	70.000,00	
3.1.5.0 - Despesas de Exercícios Anteriores	6.023,14	
3.2.0.0 - Transferências Correntes		
3.2.3.0 - Transferências de Assistência e Previdência Social	600.000,00	
3.2.7.0 - Diversas Transferências Correntes	81.143,00	5.099.942,66
Projeto: PM/1.017 - Reequipamento da Policia Militar do Distrito Federal		
4.0.0.0 - Despesas de Capital		
4.1.0.0 - Investimentos		
4.1.3.0 - Equipamento e Instalações	159.733,60	
4.1.4.0 - Material Permanente	153.021,00	312.754,60
Projeto: PM/1.074 - Plano de Edificações da Polícia Militar do Distrito Federal		
4.1.1.0 - Obras Públicas	1.000.000,00	1.000.000,00
TOTAL GERAL		6.412.697,26

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 6 DE NOVEMBRO DE 1973.

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 13 do Decreto "N" no. 618, de 12 de junho de 1973, e tendo em vista a autorização do Excelenlíssimo Senhor Governador, exarada no processo no. 25.520/72.

RESOLVE:

excluir da relação anexa à Portaria de 28 de dezembro de 1972, que determinou a aplicação do Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva a funcionários desta Secretaria, o servidor MANOEL CABRAL, matrícula no. 6445, Encarregado de Turma de Fiscalizacão de Sobradinho, símbolo FC-12, do Departamento de Concessões e Permissões.

DISTRITO FEDERAL, 6 de novembro de 1973.

PAULO DA FONSECA VIANA
Secretário de Serviços Públicos

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PORTARIA DE 6 DE NOVEMBRO DE 1973.

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 13 do Decreto "N" no. 618, de 12 de junho de 1967, e tendo em vista a autorização do Excelentíssimo Senhor Governador, exarada no processo no. 25.520/72,

RESOLVE:

submeter ao Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, até 31 de dezembro de 1973, o servidor LINDOLFO PIRES BRAGA, matrícula no. 16.073, Encarregado de Turma de Fiscalização de Sobradinho, da Divisão de Fiscalização de Concessões e Permissões do Departamento de Concessões e Permissões desta Secretaria, Símbolo FC-12, com a gratificação de Cr$ 631,00 (seiscentos e trinta e um cruzeiros), correspondente a 60% (sessenta por cento) do referido símbolo.

DISTRITO FEDERAL, 6 de novembro de 1973.

PAULO DA FONSECA VIANA

DESPACHOS

Processo Nº. 034.309/73
Interessado: RAIMUNDO DE SOUZA FERNANDES CAIÇARA
Assunto: Solicita insenção da taxa de ocupação da área, por dois anos.

De acordo com o pronunciamento do Departamento de Concessões e Permissões, reconheço a isenção de pagamento da taxa de ocupação de área, requerida por RAIMUNDO DE SOUZA FERNANDES CAIÇARA, na folha, inicial, permissionário da Banca de jornais e Revistas situada no Setor Médico-Hospitalar, pelo período de 24(vinte e quatro) meses a partir de 22 de março de 1973, com Fundamento no Parágrafo Único do Art. 5º do Regulamento aprovado pelo Decreto Nº 1.653, de 23 de março de 1.971.

Brasília 31 de outubro de 1973.

PAULO DA FONSECA VIANA
Secretário de Serviços Públicos

NA ETERNA VIGILÂNCIA DAS ÁRVORES, REPOUSAM A PAZ, O AMOR E O PROGRESSO.

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

ATOS DO PRESIDENTE

INSTRUÇÃO DE 01 DE OUTUBRO DE 1973
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,
RESOLVE:
declarar, a partir desta data, o aproveitamento de DULCIMAR RODRIGUES MONÇÃO RIBEIRO, Telefonista, Nivel 07-B, Matrícula 5923 do QPPDF, para boloquear o Emprego de Assistente Social I, da Tabela de Empregos Permanentes desta Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.
Brasília, 01 de outubro de 1973
OTOMAR LOPES CARDOSO
Presidente.

INSTRUÇÃO DE 08 DE OUTUBRO DE 1973
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,
RESOLVE:
designar, a partir desta data, LUIZ ALBERTO DOS SANTOS, para exercer o Emprego em Comissão, Simbolo EC-07, de Chefe do Serviço de Documentação e Treinamento Técnico, da Vice-Diretoria Executiva desta Entidade.
Brasilia, 08 de outubro de 1973
OTOMAR LOPES CARDOSO
Presidente.

INSTRUÇÃO DE 10 DE OUTUBRO DE 1973
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,
RESOLVE:
tornar sem efeito, a partir desta data, o bloqueio da Servidora MARIA ANTONIA PEREIRA VALENTE, Assistente Social, Nivel 21-B, Matrícula 7431 do QPPDF, do Emprego de Assistente Social II, da Tabela de Empregos Permanentes da Fundação do Serviço Social, do Distrito Federal.
Brasília, 10 de outubro de 1973
OTOMAR LOPES CARDOSO
Presidente.

INSTRUÇÃO DE 16 DE OUTUBRO DE 1973
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,
RESOLVE:
designar, a partir desta data, FRANCISCO MENDES GARCIA, Chefe da Seção Contábil, para substituir durante o período de férias, o Chefe da Contadoria, da Coordenação de Administração Financeira, do Departamento de Administração, da Diretoria Executiva desta Entidade.
Brasilia, 16 de outubro de 1973
OTOMAR LOPES CARDOSO
Presidente.

INSTRUÇÃO DE 16 DE OUTUBRO DE 1973
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,
RESOLVE:
designar, a partir desta data, DOMINEU GUILHERME MARTINS, Técnico em Contabilidade, para substituir o Chefe da Seção Contábil, enquanto este titular estiver substituindo durante o período de férias o Chefe da Contadoria.
Brasilia, 16 de outubro de 1973
OTOMAR LOPES CARDOSO
Presidente.

INSTRUÇÃO DE 23 DE OUTUBRO DE 1973
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,
RESOLVE:
designar, a partir desta data, JOÃO SISINIO CORREA LOUREIRO, Encarregado do Setor de Registro e Controle Patrimonial, para responder pelo Emprego em Comissão, Simbolo EC-12, de Chefe do Serviço do Patrimônio, do Departamento de Administração, da Diretoria Executiva desta Fundação do Serviço Social.
Brasília, 23 de outubro de 1973.
OTOMAR LOPES CARDOSO
PRESIDENTE

INSTRUÇÃO DE 22 DE OUTUBRO DE 1973
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,
RESOLVE:
designar, a partir desta data, AMANDA GLÓRIA DE FRANÇA FERREIRA, Auxiliar de Serviço Social II, Matrícula 320 da TEP, para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC—12, de Chefe do Serviço de Desenho e Programação Visual, da Vice-Diretoria Executiva desta Entidade.
Brasília, 22 de outubro de 1973.
OTOMAR LOPES CARDOSO
PRESIDENTE

INSTRUÇÃO DE 22 DE OUTUBRO DE 1973
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,
RESOLVE:
Autorizar ao Motorista JOÃO ARAGÃO CAMPOS, matrícula 259 da TEP, a viajar às cidades de Paracatu-MG, Cristalina e Luziânia-Go, conduzindo viatura Oficial, em objeto de serviço desta Fundação, no dia 24 do corrente mês, concedendo-lhe 01 (uma) diária.
Brasília, 22 de outubro de 1973.
OTOMAR LOPES CARDOSO
PRESIDENTE

INSTRUÇÃO DE 22 DE OUTUBRO DE 1973.
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,
RESOLVE:
Autorizar ao Motorista JOÃO ARAGÃO CAMPOS, Matrícula 259 da TEP, a viajar à cidade de Anápolis-GO, conduzindo viatura Oficial, em objeto de serviço desta Fundação, no dia 25 do corrente mês, concedendo-lhe (uma) diária.
Brasília, 22 de outubro de 1973.
OTOMAR LOPES CARDOSO
PRESIDENTE

CONSELHO DELIBERATIVO

343a. REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO
RESOLUÇÃO No. 68/73
Autoriza a celebração de Termo de Renovação de Comodato com a Província Carmelitana de Santo Elias - Centro Social Paroquial São Vicente de Paulo.
O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o que consta do Processo FSSDF - 0790/72,
RESOLVE:
Autorizar a celebração do Termo de Renovação de Comodato entre esta Fundação Social e a Província Carmelitana de Santo Elias - Centro Social Paroquial São Vicente de Paulo, visando a cessão, em regime do comodato, de um aparelho de Televisão, marca PHILIPS - MODElo R-23 -T511, 220 volts, tombamento 1871, de propriedade desta Entidade, para a realização do programa recreativo e cultural daquele Centro.
Brasília, 23 de outubro de 1973
Otomar Lopes Cardoso
Elza Motta Nardelli
Margarida Andrade de Figueiredo
Maria do Carmo Ribeiro Damasceno
GILDA KORFF DIEGUEZ
JOSÉ MARIA VALDETARO VIANA
Antonio Pio da Câmara Cavalcanti de Albuquerque

RESOLUÇÃO No. 69/73.
Autoriza celebração de Contrato de Locação entre esta Fundação e os Senhores FRANCISCO DOS SANTOS DAS DORES MATEUS, ISAURA MARIA FERREIRA VALERA MATEUS e FRANCISCA MARIA DA PAZ.
O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o que consta do Processo FSSDF , 0302/73.
RESOLVE:
1. Autorizar a calebração de Contrato de Locação entre esta Fundação e os Senhores FRANCISCO DOS SANTOS DAS DORES MATEUS, ISAURA MARIA FERREIRA VALERA MATEUS e FRANCISCA MARIA DA PAZ, para utilização das lojas dos blocos "B" e "C" do Conjunto Comercial, de propiedade desta Fundação, localizado à EGNM-18/20 Ceilândia, na forma da minuta constante do processo supra citado que fica aprovado por esta Resolução.
2. Autoriza a celebração de Contrato de locação com a Firma PALADIUM MAGAZIN COMERCIAL LTDA., desde que atendidas as exigências legais para efetivação do ato.
Brasília, 23 de outubro de 1973
Otomar Lopes Cardoso
José Maria Valdetaro Viana
Maria do Carmo Ribeiro Damasceno
Margarida Andrade de Figueiredo
Gilda Korff Dieguez
Elza Motta Nardelli

Antonio Pio da Câmara Cavalcanti de Albuquerque.

SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERÊSSE SOCIAL LTDA. - SHIS

ATOS DO SUPERINTENDENTE

INSTRUÇAO DE 03.09.73-257-SHIS
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,
RESOLVE:
DESIGNAR o Advogado OLEGARIO SILVEIRA VERSIANI DOS ANJOS, matrícula nº. 205 da TEP desta Sociedade, para responder pela Chefia do Serviço Jurídico, a partir desta data, tendo em vista o falecimento do titular.
Dê-se ciência e cumpra-se
Brasília, 3 de setembro de 1973
EDSON DARBELLY GONÇALVES
Diretor Superintendente

INSTRUÇAO DE 03.09.73-258-SHIS
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,
RESOLVE:
1. Tornar sem efeito a Instrução de 31.08.73-255-SHIS,
2. DESIGNAR o Economista DAVID CLEBER MENDES DE MEDEIROS; a Advogada APPARECIDA VIANNA, Presidente da Comissão de Licitações; o Assessor Técnico do Diretor Financeiro, Economista PAULO EUSTAQUIO GONÇALVES, as servidoras ANA CUNHA SOUZA, Chefe da Seção do Pessoal e MARIA DO ROSARIO AMARAL, para sob a presidência do primeiro e secretariado pelo último, constituirem uma Comissão encarregada de reestruturar o Regulamento de Pessoal desta Sociedade e propor as alterações necessárias do mesmo.
Dê-se ciência e cumpra-se
Brasília, 3 de setembro de 1973
EDSON DARBELLY GONÇALVES
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 04.09.73-259-SHIS
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e considerando o que consta do Memº. Nº. 183/73-DT,
RESOLVE:
DESIGNAR o Engenheiro AUROLINO JOSE DOS SANTOS; o Arquiteto CICERO LINHARES e a Srta. THAIS PARANHOS, para sob a presidência do primeiro e secretariado pelo último, constituirem uma Comissão para, em conjunto com a Comissão da VASP, promover o recebimento da obra de construção de 10 (dez) unidades habitacionais na QE-15 do GUARA-II, a cargo da firma PROCALCO-Projetos, Cálculos e Construções Ltda, objeto de Convênio entre a SHIS e aquela Empresa.
Dê-se ciência e cumpra-se
Brasília, 4 de setembro de 1973
EDSON DARBELLY GONÇALVES
Diretor Superintendente

INSTRUÇAO DE 05.09.73-260-SHIS
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e considerando o que consta do Memº. nº. 187/73-DT,
RESOLVE:
SUBSTITUIR a Srta. WALKIRIA BEZERRA DA SILVA, pela Srta. THAIS PARANHOS, na Comissão instituida pela Instrução de 09.07.73-210-SHIS.
Dê-se ciência e cumpra-se
Brasília, 05 de setembro de 1973
EDSON DARBELLY GONÇALVES
Diretor Superintendente

INSTRUÇAO DE 05.09.73-261-SHIS
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e considerando o que consta do Memº. nº. 186/73-DT,
RESOLVE:
SUBSTITUIR a Srta. WALKIRIA BEZERRA DA SILVA pela Sra. LUIZA MARAIA SILVA DO AMARAL, na Comissão instituida pela Instrução de 24.07.73-236-SHIS.
Dê-se ciência e cumpra-se
Brasília, 05 de setembro de 1973
EDSON DARBELLY GONÇALVES
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 10.09.73-262-SHIS
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e considerando o que consta do Memº. Nº. 257/73-STAS,
RESOLVE:
DESIGNAR o servidor GILBERTO CLAUDINO DA SILVA, Motorista, matrícula nº 815, para substituir o servidor AILTON ARAGÃO OLIVEIRA, durante seu período regulamentar de férias, a partir de 31.08.73.
Dê-se ciência e cumpra-se
Brasília, 10 de setembro de 1973
EDSON DARBELLY GONÇALVES
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 11.09.73-263-SHIS
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e considerando o que consta do Memº. Nº. 156/73-DT,
RESOLVE:
DESIGNAR o servidor CLEBER BORGES RABELO, datilógrafo, matrícula nº. 791, para substituir a Secretária da Divisão de Obras da Diretoria Técnica, durante o seu período de Licença Gestante a partir de 09.08.73.
Dê-se ciência e cumpra-se
Brasília, 11 de setembro de 1973
EDSON DARBELLY GONÇALVES
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 12.09.73-264-SHIS
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e considerando o que consta do Memº. Nº. 191/73/DT,
RESOLVE:
DESIGNAR o Arquiteto SUDAN PEREIA DA ROSA MINERVINI; o Arquiteto CICERO LINHARES; o Sr. RAIMUNDO LUIZ OLIVEIRA NEVES e a Sra. LUIZA MARIA SILVA DO AMARAL, para sob a presidência do primeiro e secretariado pelo último, constituirem uma Comissão encarregada do recebimento da obra de construção de um Centro Comunal e uma Delegacia de Polícia no SRIA-II, a cargo da Construtora ROIZEN LTDA.
Dê-se ciência e cumpra-se
Brasília, 12 de setembro de 1973
EDSON DARBELLY GONÇALVES
Diretor Superintendente

instrução de 12/09.73-SHIS
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno.
RESOLVE:
1. - Tornar sem efeito a Instrução de 03.09.73-257-SHIS, a partir desta data;
2. - DESIGNAR o Advogado OLEGÁRIO SILVEIRA VERSIANI DOS ANJOS, matrícula nº. 285 da TEP desta Sociedade, para exercer a função de Chefe do Serviço Jurídico, Símbolo EC-2.
Dê-se ciência e cumpra-se
Brasília, 13 de setembro de 1973
EDSON DARBELLY GONÇALVES
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 13.09.73-266-SHIS
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,
RESOLVE:
ALTERAR o valor da Gratificação de Representação de Gabinete, concedida anteriormente ao Advogado OLEGÁRIO SILVEIRA VERSIANI DOS ANJOS, que para ser de Cr$ 600,00 (seiscentos cruzeiros), por ter sido designado para exercer a função de Chefe do Serviço Jurídico.
Dê-se ciência e cumpra-se
Brasília, 13 de setembro de 1973
EDSON DARBELLY GONÇALVES
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 18/09/73-267-SHIS
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,
RESOLVE:
ALTERAR o valor da Gratificação de Representação de Gabinete, concedida anteriormente à servidora INEZ MARLENE ANTONY FIGUEIREDO, matrícula nº 872, que passa ser de Cr$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros), a partir de 10/08/73.
Dê-se ciência e cumpra-se.
Brasília, 18 de setembro de 1973
EDSON DARBELLY GONÇALVES
Diretor Superintendente.

INSTRUÇÃO DE 24/09/73-268-SHIS
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e considerando o que consta do Memº nº 198/73-DT,
RESOLVE:
DESIGNAR os engenheiros AUROLINO JOSÉ DOS SANTOS; CAIO CARDOSO MARCIEL e a SRTA. THAIS PARANHOS, para sob a presidência do primeiro e secretariado pelo último, constituirem uma Comissão encarregada do recebimento da obra de construção de 317 (trezentos e dezessete) unidades residenciais, localizadas no Setor L-Norte de

Taguatinga, a cargo da Construtora Araçatuba Ltda.
Dê-se ciência e cumpra-se.
Brasília, 24 de setembro de 1973
EDSON DARBELLY GONÇALVES
Diretor Superintendente.

INSTRUÇÃO DE 25/09/73-269-SHIS
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e considerando o que consta do Memº nº 198/73-DT,
RESOLVE:
DESIGNAR o Arquiteto ALMIR DE ARAUJO SÁ; o Engenheiro JOAQUIM VILELA REZENDE e a SRA. LUIZA MARIA SILVA DO AMARAL, para sob a presidência do primeiro e secretariado pelo último, comporem uma Comissão encarregada do recebimento da obra de construção de 663 (seiscentas e sessenta e três) unidades residenciais, localizadas no Setor L-Norte de Taguatinga, a cargo da construtora ECOCIL LTDA.
Brasília, 25 de setembro de 1973
Dê-se ciência e cumpra-se.
EDSON DARBELLY GONÇALVES
Diretor Superintendente.

INSTRUÇÃO DE 01/10/73-270-SHIS
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e tendo em vista o que consta do Memº nº 150/73-DAI,
RESOLVE:
DESIGNAR o servidor RAIMUNDO NONATO AGUIAR, Datilógrafo, matrícula nº 535 da TEP desta Sociedade, para substituir a Secretária da Divisão de Administração de Imóveis da Diretoria do Patrimônio Imobiliário, durante o período de licença de gala e férias regulamentares daquela servidora, a partir de 19/09/73.
Dê-se ciência e cumpra-se
Brasília, 01 de outubro de 1973
EDSON DARBELLY GONÇALVES
Diretor Superintendente.

INSTRUÇÃO DE 02/10/73-271-SHIS
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e considerando o que consta do processo nº 7431/73,
RESOLVE:
DESIGNAR a Advogada APPARECIDA VIANNA; o Economista PAULO EUSTÁQUIO GONÇALVES e o Sr. JORCYONE MACIEL DE FIGUEIREDO, para sob a presidência do primeiro, constituirem uma Comissão para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar uma tomada de contas especial solicitada pelo TCDF através do OF.GP nº 357/73, motivo do processo nº 7431/73.
Dê-se ciência e cumpra-se.
Brasília, 02 de outubro de 1973
EDSON DARBELLY GONÇALVES
Diretor Superintendente.

INSTRUÇÃO DE 03.10.73-272 SHIS
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERÊSSE SOCIAL LTDA. - SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e considerando o que consta do processo no. 2475/73,
RESOLVE:
ALTERAR o valor da Gratificação de Representação de Gabinete, concedida ao servidor MOYZANIEL BARBOSA DE ARAÚJO, motorista, matrícula no. 267 da TEP desta Sociedade, lotado na Diretoria do Patrimônio Imobiliário, que passa a ser de Cr$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), a partir de 01.10.73.
Dê-se ciência e cumpra-se
Brasília, 03 de outubro de 1973
EDSON DARBELLY GONÇALVES
DIRETOR SUPERINTENDENTE

INSTRUÇÃO DE 03.10.73-273 SHIS
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERÊSSE SOCIAL LTDA. - SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e considerando o que consta do processo no. 2475/73,
RESOLVE:
ALTERAR o valor da Gratificação de Representação de Gabinete, concedida ao servidor FRANCISCO GERMANO DE OLIVEIRA, Motorista, matrícula no. 150 da TEP desta Sociedade, lotado na Diretoria Financeira, que passa a ser de Cr$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), a partir de 01.10.73.
Dê-se ciência e cumpra-se
Brasília, 03 de outubro de 1973
EDSON DARBELY GONÇALVES
DIRETOR SUPERINTENDENTE

INSTRUÇAO DE 03.10.73-272-SHIS
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERÊSSE SOCIAL LTDA. - SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e considerando o que consta do processo no. 2475/73,
RESOLVE:
ALTERAR o valor da Gratificação de Representação de Gabinete, concedida ao servidor JOSÉ GERMANO DE OLIVEIRA, Motorista, matrícula no. 342 da TEP desta Sociedade, lotado na Diretoria da Superintendência, que passa a ser de Cr$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a partir de 01.10.73.
Dê-se ciência e cumpra-se
Brasília, 03 de outubro de 1973
EDSON DARBELLY GONÇALVES
DIRETOR SUPERINTENDENTE

INSTRUÇÃO DE 03.10.73-275 SHIS
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERÊSSE SOCIAL LTDA. - SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e considerando o que consta do processo no. 2475/73,
RESOLVE:
ALTERAR o valor da Gratificação de Representação de Gabinete, concedida ao servidor PEDRO LUIZ DA SILVA, Motorista, matrícula no. 200, da TEP desta Sociedade, lotado no Gabinete da Superintendência, que passa a ser de Cr$ 400, (quatrocentos cruzeiros), a partir de 01.10.73.
Dê-se ciência e cumpra-se
Brasília, 03 de outubro de 1973
EDSON DARBELLY GONÇALVES
DIRETOR SUPERINTENDENTE

INSTRUÇÃO DE 03.10.73-276-SHIS O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERÊSSE SOCIAL LTDA. - SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e considerando o que consta do Processo no. 2475/73,
RESOLVE:
ALTERAR o valor da Gratificação de Representação de Gabinete, concedida ao servidor AILTON ARAGÃO OLIVEIRA, motorista, matrícula no. 323 da TEP desta Sociedade, lotado no Gabinete da Superintendência, que passa a ser de Cr$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros), a partir de 01.10.73,
Dê-se ciência e cumpra-se
EDSON DARBELLY GONÇALVES
DIRETOR SUPERINTENDENTE

INSTRUÇÃO DE 03.10.73-277 SHIS
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERÊSSE SOCIAL LTDA. - SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e considerando o que consta do processo no. 2475/73,
RESOLVE:
ALTERAR o valor da Gratificação de Representação de Gabinete, concedida ao servidor WALDEMAR PIO TEIXEIRA, motorista, matrícula no. 214 da TEP desta Sociedade, lotado no Gabinete da Diretoria Técnica, que passa a ser de Cr$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a partir de 01.10.73.
Dê-se ciência e cumpra-se
Brasília, 03 de outubro de 1973
EDSON DARBELLY GONÇALVES
DIRETOR SUPERINTENDENTE

INSTRUÇÃO DE 11.10.73-278 SHIS
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,
RESOLVE:
DESIGNAR o Dr. JOÃO ESTRELA FILHO, Diretor Técnico, para substituir o Sr. Diretor Superintendente, durante o período de 15 a 20.10.73, quando estará empreendendo viagem a cidade do Rio de Janeiro, a fim de tratar de assuntos de interesse desta Sociedade.
Dê-se ciência e cumpra-se
Brasília, 11 de outubro de 1973
EDSON DARBELLY GONÇALVES
Diretor Superintendente

INSTRUÇAO DE 15.10.73-279 SHIS
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA.-SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e considerando o que consta do Memo.No. 317/73-STAS,
RESOLVE:
DESIGNAR O servidor GILBERTO CLAUDINO DA SILVA, motorista, matrícula no. 815 da TEP desta Sociedade, para substituir o servidor PEDRO LUIZ DA SILVA, durante o seu período regulamentar de férias, a partir de 01.10.73.
Dê-se ciência e cumpra-se
Brasília, 15 de outubro de 1973
JOÃO ESTRELA FILHO
Diretor Superintendente
-em exercício-

INSTRUÇÃO DE 16.10.73.280 SHIS
O DIRETOR DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e considerando o que consta do processo nº.... 1739/71.
RESOLVE:
1.
SHIS: 1. - Tornar sem efeito a Instrução de 18.06.73. 193-
2. - DESIGNAR a Advogada APARECIDA VIANA; a Sra. EMÍLIA FARIA; o Economista DAVID CLEBER MENDES DE MEDEIROS; o Sr. HENRIQUE JOSÉ CRUZ LAENDER, representante da Secretaria de Administração, e a servidora PEDRINA DA SILVA DE DEUS, para sob a presidência do primeiro e secretariado pelo último, constituírem uma Comissão com o objetivo de tomar todas as providências legais para a alienação dos veículos considerados obsoletos e desnecessários, conforme processo no. 1739/71.
Dê-se ciência e cumpra-se

Brasília. 16 de outubro de 1973

JOÃO ESTRÊLA FILHO
Diretor Superintendente
-em exercício-

INSTRUÇÃO DE 23.10.73-281 SHIS
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA.- SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e considerando o que consta do Memo. no. 221/73-DT,
RESOLVE:
DESIGNAR o Engenheiro AUROLINO JOSÉ DOS SANTOS; o Arquiteto CÍCERO LINHARES, o Economista LUIZ CARLOS DA COSTA E SILVA e a Srta. TAIS PARANHOS, para sob a presidência do primeiro e secretariado pelo último, comporem uma Comissão para recebimento das obras de construção das 366 (trezentas e sessenta e seis) unidades habitacionais, localizadas na QNL-5 e QNL-7, Setor L-Norte II, Taguatinga, a cargo da Construtora SETENGE - Serviços Técnicos de Engenharia e Empreendimentos Gerais Ltda.

Dê-se ciência e cumpra-se

Brasília. 23 de outubro de 1973.

EDSON DARBELLY GONÇALVES
Diretor Superintendente.

Quando substituir um fuzível queimado por outro, e que este fundir-se também, recorra a um profissional para inspecionar o circuito elétrico.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA—SVO, DE 25 DE OUTUBRO DE 1973.
O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 41, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.271, de 05 de junho de 1973,
RESOLVE:
Autorizar MARTA MARIA DE LIMA LEMOS, Chefe da Seção de Projetos do DAL—SVO, FC—05, a viajar, em objeto de serviço, para a cidade de Salvador, Estado da Bahia, no período de 17 a 24 de novembro do corrente ano.
Brasília, 25 de outubro de 1973.
OCTÁVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITTENCOURT
Secretário de Viação e Obras

PORTARIA—SVO, DE 25 DE OUTUBRO DE 1973.
O SECRETARIO DE VIAÇÃO E OBRAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 41, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.271, de 05 de junho de 1973.
RESOLVE:
Autorizar MYRTHES AMORA DE ASSIS REPUBLICANO E SILVA, Arquiteta, nível 22-B, Diretora da Divisão de Arquitetura, desta Secretaria, a viajar, em objeto de serviço para a cidade de Salvador, Estado da Bahia, no período de 17 a 24 de novembro do corrente ano.
Brasília, 25 de outubro de 1973.
OCTÁVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITTENCOURT
Secretario de Viação e Obras

PORTARIA—SVO, DE 25 DE OUTUBRO DE 1973.
O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 41, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.271, de 05 de junho de 1973.
RESOLVE:
Autorizar o servidor GERALDO ROBERTO ORLANDI, Engenheriro, nível 22—B, matrícula nº 08021, Chefe do Gabinete desta Secretaria, FC—02, a viajar, em objeto de serviço, para a cidade de Salvador, Estado da Bahia, no período de 17 a 24 de novembro do corrente ano.
Brasília, 25 de outubro de 1973.
OCTAVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITTENCOURT
Secretário de Viação e Obras

PORTARIA—SVO, DE 25 DE OUTUBRO DE 1973
O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS, no uso das atribuições que lhe são conferids pelo artigo 41, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.271, de 05 de junho de 1973.
RESOLVE:
Autorizar NEY GABRIEL DE SOUZA, Desenhista, nível 14—B, matrícula nº 01899, Diretor do DLFO, FC—02, a viajar, em objeto de serviço, para a cidade de Salvador, Estado da Bahia, no período de 17 a 24.11.73.
Brasília, 25 de outubro de 1973.
OCTÁVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITENCOURT
Secretário de Viação e Obras

PORTARIA—SVO, DE 25 DE OUTUBRO DE 1973.
O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 41, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.271, de 05 de junho de 1973.
RESOLVE:
Autorizar NÉA SILVA DE ARAUJO, Assistente de Administração, nível 14—A, matrícula nº 07931, Diretora da Divisão da Administração Geral desta Secretaria, FC—05, a viajar, em objeto de serviço, para a cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, no período de 05 a 07 de novembro do corrente ano.
Brasília, 25 de outubro de 1973.
OCTÁVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITENCOURT
Secretário de Viação e Obras

PORTARIA—SVO, DE 31 DE NOVEMBRO DE 1973.
O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 41, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2271, de 05 de junho de 1973.
RESOLVE:
Autorizar FERNANDO MUZZI ALVES PINTO, Assessor Técnico do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Símbolo FC—04, a viajar em objeto de serviço, no período de 05 a 08 de novembro, a São Paulo - SP.
Brasília, 31 de outubro de 1973.
OCTAVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITENCOURT
Secretário de Viação e Obras

PORTARIA-SVO, DE 31 OUTUBRO DE 1973
O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 41, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2271, de 05 de junho de 19737
RESOLVE:
Autorizar FERNANDO MUZZI ALVES PINTO, Assessor Técnico do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Símbolo FC-04, a viajar em objeto de serviço, no período de 05 a 08 de novembro, a São Paulo-SP.
Brasília, 31 de outubro de 1973
OCTAVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITENCOURT
Secretário de Viacão e Obras

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO PRESIDENTE

PORTARIA Nº 96, DE 31 DE OUTUBRO DE 1973

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante do Processo nº 1236/72-STC,

RESOLVE :

TORNAR SEM EFEITO a nomeação de MARLENE LOURDES CHRISTMANN, efetuada pela Portaria nº 73, de 08 de agosto dé 1973, publicada no "Distrito Federal" de 14 do mesmo mês e ano, para exercer o cargo de Auxiliar Instrutivo, símbolo TC-9, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares deste Tribunal, classificada em 8º lugar no concurso público a que se submeteu, em virtude de ter passado, a pedido, para o último lugar na classificação geral do concurso, conforme consta do Processo nº 1274/73-STC.

Brasília - DF., em 31 de outubro de 1973.

HERÁCLIO ASSIS DE SALLES
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 97, DE 06 DE NOVEMBRO DE 1973

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o constante do Processo nº 1379/73-STC,

RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO, a partir de 31 de outubro do corrente ano, de acordo com o art. 75, item I, da Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1952, combinado com o art. 63, do Decreto-lei nº 274, de 28 de fevereiro de 1969, de cargos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares deste Tribunal, aos funcionários abaixo relacionados, por terem tomado posse em outros cargos públicos:

1) JOSÉ ROBERTO ESPIRITO SANTO, do cargo de Auxiliar Instrutivo, símbolo TC-8;
2) ROBERTO BRAZ IANNINI, do cargo de Auxiliar Instrutivo, símbolo TC-8;
3) AFONSO LADISLAU SATAS, do cargo de Auxiliar Instrutivo, símbolo TC-8.

Brasília - DF, em 06 de novembro de 1973
HERÁCLIO ASSIS DE SALLES
Presidente

EDITAIS E AVISOS

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

Concurso Público para Emprego de Auxiliar de Guia de Turismo do Departamento de Turismo do Distrito Federal

EDITAL Nº 49/73-CEST

O CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, em atendimento ao Ofício nº 1022/73 do Senhor Diretor do Departamento de Turismo do Distrito Federal, torna público que, do dia 19 ao dia 23 de novembro de 1973, estarão abertas em sua sede no Setor de Garagens Oficiais, Área Especial nº 1, nos horários de 09:00 às 11:00 e 14:00 às 17:00 horas, inscrições para o preenchimento de empregos de Auxiliar de Guia de Turismo, EP - 08, a serem admitidos na Tabela de Empregos Permanente daquele Departamento.

1. - DAS INSCRIÇÕES

1. - Poderão inscrever-se para o Concurso, brasileiros natos ou naturalizados, com idade mínima de 18 (dezoito) anos e máxima de 25 (vinte e cinco) anos completos à data do encerramento das inscrições.

1. 2. - No ato da inscrição deverá o candidato ou seu procurador satisfazer às seguintes exigências:

1. 2. 1. - Apresentar:
a) Prova de Identidade
b) Título de Eleitor ou prova de quitação com as obrigações eleitorais
c) Prova de estar em dia com o Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino

1. 2. 2. - Juntar:
a) 2 (duas) fotografias 3 x 4, recentes e iguais, trazendo no verso o nome do candidato.
b) termo de opção, fornecido pelo Centro de Seleção e Treinamento, para escolha de um dos seguintes idiomas: Francês, Inglês, Alemão.

1. 3. - No ato da inscrição será fornecido ao candidato um cartão de identificação, cuja apresentação será imprescindível para a entrada no recinto de realização das provas.

2. - DAS PROVAS

2. 1. - As provas terão caráter eliminatório e constarão de:

2. 1. 1. - Entrevista - Essa prova constará de entrevista pessoal do candidato com a Banca Examinadora;

2. 1. 2. - Prova Oral - Essa prova constará de conversação do candidato com a Banca Examinadora no idioma para o qual optou;

2. 1. 3. - Cultura Geral - Essa prova será escrita e constará da resolução de questões objetivas valendo um total de 100 (cem) pontos, assim distribuídos:

Português	40	pontos
Conhecimentos Gerais	60	pontos

Considerar-se-á habilitado o candidato que obtiver nota mínima de 60 (sessenta) pontos em cada prova.

3. - DA CLASSIFICAÇÃO

3. 1. - A classificação final far-se-á separadamente, por idioma e a nota final do candidato será a média ponderada das provas, considerando os seguintes pesos:

Entrevista	peso	4
Prova Oral	peso	4
Cultura Geral	peso	2

3. 2. - Será considerado habilitado o candidato que obtiver média final igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

3. 3. - Conhecido o resultado final, para desempate terá melhor classificação o candidato que obtiver melhor nota sucessivamente na Entrevista, Prova Oral e Cultura Geral.

4. - DOS PROGRAMAS

4. 1. - Entrevista - Serão avaliadas as condições essenciais para o desempenho da função tais como: apresentação pessoal, situação familiar, sociabilidade, fluência verbal, bem como conhecimentos sobre etiquetas.

4. 2. - Prova Oral - Procurar-se-á medir, através de conversação com a Banca Examinadora, a capacidade do candidato de comunicar-se no idioma escolhido.

4. 3. - Cultura Geral -
4. 3. 1. - Português
4. 3. 1. 1. - Ortografia
a) emprego dos sufixos - oso - es - eza - isa - izar;
b) uso de - s, z, sc, x, ch, ss, ç, j, g;
c) acentuação tônica;
d) acentuação gráfica de acordo com a Lei nº 5 765 de 18.12.1971;
e) divisão silábica;
f) emprego do hífen.

4. 3. 1. 2. - Morfologia
a) classes de palavras, identificação das mais usadas;
b) flexões de gênero, número e grau dos substantivos e adjetivos;
c) verbos regulares, irregulares, auxiliares e anômalos;
d) identificação dos modos e tempos.

4. 3. 1. 3. - Sintaxe
a) Regência
- emprego dos principais verbos na comunicação oficial;
- crase - principais casos
b) Concordância verbal
- casos mais importantes
c) Período simples
- identificação dos temos da oração: essenciais, acessórios e integrantes.

4. 3. 1. 4. - Noções básicas de Redação Oficial do Governo do Distrito Federal.

4. 3. 2. - Conhecimentos Gerais, compreendendo:
a) história e geografia do Brasil em nível de 2º grau, com maior ênfase para informações de interesse turístico para Brasília.
b) Atualidades.

4. 4. - BIBLIOGRAFIA

Celso Cunha	Gramática do Português Contemporâneo - 1 volume
Adriano da Gama Kury	Gramática Fundamental da Língua Portuguesa - 1 volume
Evanildo Bechara	Moderna Gramática Portuguesa 1 volume
A. Souto Maior	História do Brasil - 1 volume
Aroldo Azevedo	Geografia do Brasil
Fundação IBGE	Brasília Novo Paisagens do Brasil

5. - DAS ATRIBUIÇÕES

Aos ocupantes de empregos desta natureza, serão cometidas entre outras atinentes à função, as seguintes tarefas:

5. 1. - Aguardar nos locais de desembarque, que lhes forem escalados, os turistas que se destinem a esta capital ou em trânsito, recebendo-os com atenção, afabilidade e auxiliando-os no desembaraço de suas bagagens aduaneiras, orientando-os na escolha dos hoteis de sua faixa econômica, encaminhando-os às viaturas chamadas para o seu transporte, atendendo-os nas emergências que se verificarem durante sua estada na cidade, sempre que solicitadas.

5. 2. - Apresentar-se pontualmente nos horários designados e ir repreensivelmente trajados, de acordo com as normas adotadas.

5. 3. - Atuar nos locais de recepção com autoridade e consciência de legítimos representantes do Departamento de Turismo do Governo do Distrito Federal, de quem são delegados.

5. 4. - Distribuir aos interessados os folhetos turísticos elaborados pelo Departamento de Turismo, prestando quando solicitados, os informes complementares.

5. 5. - Orientar os visitantes e interessados quanto aos pontos turísticos da cidade.

5. 6. - Cooperar permanentemente, pela forma que as peculiaridades dos casos indicarem, em todas as atividades vinculadas ao desenvolvimento do Turismo da cidade.

5. 7. - Cooperar na realização das festividades típicas do Distrito Federal, que envolvam interesses turísticos.

5. 8. - Guiar caravanas de excursionistas pelos pontos de atração turística quando escalados para tal fim.

6. - DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais com salário inicial de Cr$ 690,00 (seiscentos e noventa cruzeiros) e 13º salário. Os candidatos admitidos serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

7. - DO CALENDARIO DAS PROVAS

PROVA	DATA	HORARIO	LOCAL
Entrevista	24 e 25/73		Sede do Centro de Seleção e Treinamento.
Prova Oral	1º e 2/12/73		
Cultura Geral	8/12/73	09:00 horas	

8. - DA VISTA E IDENTIFICAÇÃO DAS PROVAS

8. 1. - A Vista e Identificação das provas será realizada no dia 13 de dezembro de 1973, de 14:30 às 17:00 horas, na sede do Centro de Seleção e Treinamento.

9. - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9. 1. - Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada para qualquer das provas.

9. 2. - Todos os avisos referentes às provas serão divulgados pelo "Distrito Federal".

9. 3. - A inscrição implicará no conhecimento das instruções por parte do candidato e o compromisso tácito de aceitar as condições do concurso como aqui se acham estabelecidas.

9. 4. - Os candidatos serão convocados para Vista e Identificação da prova escrita, ficando-lhes assegurado o direito de recorrer à Banca Examinadora, através de requerimento entregue, na Seção de Expediente do Centro de Seleção e Treinamento, até o final do expediente do dia seguinte ao da Vista de Prova.

9. 5. - As admissões serão feitas rigorosamente por ordem de classificação em cada idioma, e de acordo com as necessidades do Departamento de Turismo do Governo deo Distrito Federal.

9. 6. - A prova escrita deverá ser realizada com caneta esferográfica de cor azul, sendo vedado o uso de lápis, lápis-tinta ou caneta tinteiro, não sendo admitida qualquer rasura ou emenda na folha de respostas, sob pena de anulação da questão

9. 7. - O concurso terá validade de 1 (um) ano, a partir da data de sua homologação.

9. 8. - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Diretor do Centro de Seleção e Treinamento.

Brasília, DF., em 6 de novembro de 1973

JOSÉ EXPEDICTO BARBOSA
Diretor

GDF SVO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE CONCORRÊNCIAS

EDITAL DE ALIENAÇÃO Nº 02/73 - DER-DF

CONCORRÊNCIA PARA ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS CONSIDERADOS ANTIECONÔMICOS, DE PROPRIEDADE DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER-DF, faz público que às 14:00 (quatorze) horas do 30º (trigésimo) dia a partir da publicação deste Edital no "DISTRITO FEDERAL" - Órgão do Poder Executivo do Distrito Federal, a Comissão Permanente de Concorrências, localizada no 2º andar do Edifício Sede do DER-DF, no Setor de Áreas Isoladas Norte - Lote "C", em Brasília-DF, na pessoa do seu Presidente, receberá as propostas para alienação de veículos considerados antieconômicos, de propriedade do DER-DF, constantes do Anexo Único deste Edital, mediante as seguintes condições:

- Na hipótese do 30º (trigésimo) dia recair em sábado, domingo ou feriado, a concorrência será realizada no 1º (primeiro) dia útil subsequente.

1. - DOS QUE PODEM PARTICIPAR

1.1. - Poderão apresentar propostas quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, que atenderem as condições estabelecidas no presente Edital.

2. - DAS PROPOSTAS

2.1. - O concorrente, no dia, hora e local aqui fixados deverá apresentar sua documentação e sua(s) proposta(s), em invólucros separados e fechados, contendo em sua parte externa e fronteira, além do nome (pessoa física) ou razão social, os dizeres: "DOCUMENTAÇÃO", ou "PROPOSTA" e mais "DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL - CONCORRÊNCIA DE ALIENAÇÃO Nº 02/73-DER-DF, indicando o número do lote a que se refere a proposta.

2.2. - A(s) proposta(s) deverá(ão) ser datilografada(s) em 3(três) vias, com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, preenchida(s) de acordo com a minuta fornecida aos interessados pela Comissão Permanente de Concorrências do DER-DF.

2.3. - Cada proposta deverá referir-se apenas a um (1) lote, contendo o prêço proposto em algarismo e por extenso e deverá ser apresentada em invólucros separados.

2.4. - No invólucro contendo a "DOCUMENTAÇÃO", deverá única e exclusivamente conter os seguintes documentos:

I - QUANDO SE TRATAR DE PESSOA FÍSICA

a) - Primeira(s) via(s) do(s) recibo(s) de caução(ões) de que trata o item 3.

b) - foto-cópia autenticada do documento de identidade.

II - QUANDO SE TRATAR DE PESSOA JURÍDICA

a) - Primeira(s) via(s) do(s) recibo(s) de caução(ões) de que trata o item 3.

b) - Prova de existência legal e declaração indicando o responsável pela retirada do(s) lote(s), juntando foto-cópia devidamente autenticada do documento de identidade do mesmo.

2.5. - Não serão tomadas em consideração as propostas:

a) - que contiverem emendas, borrões ou rasuras;

b) - cujo preço proposto não for expressamente declarado;

c) - que não estiverem de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, inclusive o modelo da proposta;

d) - quando o preço proposto for inferior ao estabelecido no anexo único (prêço mínimo à vista);

e) - que não forem assinadas pelos representantes legais, em se tratando de pessoa jurídica, o pelo proponente, em se tratando de pessoa física, ou ainda, em ambos os casos, por procuradores legalmente constituído.

3. - DA CAUÇÃO

3.1. - A participação na Concorrência depende do depósito de caução na Tesouraria do DER-DF, até 30 (trinta) minutos antes da hora provista para recebimento das propostas e correspondente ao valor constante do Anexo Único deste Edital, em moeda corrente, mediante guia a ser fornecida separadamente para cada lote, pelo Serviço de Contabilidade do DER-DF.

3.2. - Conhecidos os resultados da concorrência e a ordem de classificação dos licitantes, de acordo com o critério julgador deste Edital, as cauções serão devolvidas mediante requerimento dos interessados ao Presidente da Comissão Permanente de Concorrências, exceção feita as cauções correspondentes as das propostas vencedoras.

3.3. - As cauções relativas aos vencedores serão deduzidas do valor total do lote.

4. - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

4.1. - O recebimento das propostas será iniciado no dia, hora e local previsto neste Edital, pela Comissão Permanente de Concorrências do DER-DF, devendo os trabalhos obedecerem a seguinte ordem:

4.1.1. - Na presença dos proponentes e demais pessoas que queiram assistir, serão recebidos os invólucros devidamente fechados, os quais serão numerados de acordo com a ordem de apresentação ao Presidente da Comissão;

4.1.2. - Após o Presidente da Comissão ter declarado encerrado o prazo de recebimento das propostas, nenhuma outra será recebida, nem tão pouco serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou esclarecimentos às mesmas;

4.1.3. - As propostas serão abertas pelo Presidente da Comissão e lidos em voz alta os seus conteúdos;

4.1.4. - Os membros da Comissão e os proponentes que desejarem, rubricarão todas as folhas das propostas e demais elementos anexos;

4.1.5. - Da reunião para recebimento e abertura das propostas, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual todas as ocorrências ficarão minuciosamente registradas, devendo a mesma ser assinada pela Comissão e pelos proponentes que desejarem.

PARÁGRAFO ÚNICO:- Ficará sem direito de interpor qualquer recurso o declarante que se recusar a assinar a ata, ficando neste caso sem validade a declaração por ele apresentado.

5. - DO JULGAMENTO

5.1. - O julgamento das propostas será feito pela Comissão Permanente de Concorrências em seguida a abertura das propostas, quando serão declarado vencedor e o segundo colocado de cada lote, sendo os demais desclassificados;

5.2. - Será declarado vencedor o proponente que oferecer maior prêço para cada lote;

5.3. - Em caso de empate será procedida nova coleta de proposta entre os concorrentes empatados. Se após esta providência ainda persistir o empate, a classificação será feita por sorteio simples;

5.4. - Feita a classificação dos concorrentes pela Comissão Permanente de Concorrências, o processo será encaminhado ao Senhor Diretor Geral do DER-DF, acompanhado de relatório da Comissão, indicando as propostas mais vantajosas para o DER-DF.

6. - DO PAGAMENTO E RETIRADA DOS VEÍCULOS

6.1. - Após a homologação da Concorrência, o seu resultado será publicado no "DISTRITO FEDERAL" - ÓRGÃO OFICIAL DO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL e outros veículos da imprensa local e os vencedores da licitação terão um prazo de 10 (dez) dias para se apresentarem ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, a fim de providenciarem o pagamento do prêço proposto, deduzidos os valores caucionados;

6.2. - O pagamento será a vista, sendo necessário a apresentação da guia de pagamento para retirada do lote adquirido;

6.3. - Após cumpridas as exigências dos itens anteriores, o adquirinte terá o prazo de 05 (cinco) dias para retirar o lote adquirido;

6.4. - Decorrido este prazo, ficará o comprador sujeito a taxa de armazenamento de Cr$5,00 (cinco cruzeiros) por dia, de atraso, por lote.

7. - DO EXAME

7.1. - Os veículos poderão ser examinados na Divisão de Equipamento Mecânico e Produção Industrial, situada no Parque Rodoviário do DER-DF, na Estrada de Sobradinho, em Brasília - Distrito Federal, no horário de expediente, das 8:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira.

8. - DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. - O DER-DF se reserva o direito de anular no todo ou em parte (lote), a presente licitação, sem que com isto caiba aos licitantes o direito a indenizações ou reclamações de qualquer espécie.

8.2. - Todas as despesas decorrentes da retirada dos veículos correrão por conta do adquirinte, bem como aquelas que se fizerem necessárias à transferência da propriedade.

8.3. - O não cumprimento das exigências contidas no item 6.1 implicará em perda da caução, dando em consequência direito ao DER-DF, de convocar o segundo colocado, desde que o mesmo se comprometa a pagar o prêço proposto pelo classificado em primeiro lugar, ficando estabelecido o prazo de 10 (dez) dias após a sua convocação para as providências necessárias.

8.4. - Os veículos serão entregues aos vencedores no estado em que se encontram, juntamente com o "nada consta" fornecido pelo "DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL".

8.5. - Qualquer outras informações sobre a presente Concorrência, poderão ser obtidas na Comissão Permanente de Concorrências, no 2º andar do Edifício Sede do DER-DF, no Setor de Áreas Isoladas Norte - Lote "C" ou na Divisão de Equipamento Mecânico e Produção Industrial situada no Parque Rodoviário do DER-DF, na Estrada de Sobradinho, em Brasília - Distrito Federal, no horário de expediente, das 8:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, diariamente de segunda a sexta-feira

Brasília, 06 de novembro de 1 973

ENG. CLÁUDIO ROBERTO DINIZ STARLING
DIRETOR GERAL DO DER-DF

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCORRÊNCIAS

EDITAL DE ALIENAÇÃO Nº 02/73 - DER-DF

ANEXO ÚNICO

LOTE Nº 1

MARCA	TIPO	ANO	MOTOR Nº	LICENÇA	PREÇO MÍNIMO DO LOTE Cr$	CAUÇÃO Cr$
Aero Willys	Sedan	1965	7-067405	DF-2716	5.000,00	300,00

LOTE Nº 2

MARCA	TIPO	ANO	MOTOR Nº	LICENÇA	PREÇO MÍNIMO DO LOTE Cr$	CAUÇÃO Cr$
Mercedes Benz	Caminhão Basculante	1964	OM321919/2D902658	CM-0454		
Mercedes Benz	Caminhão Basculante	1964	OM321980/05-11017915	CM-0405	14.400,00	720,00

LOTE Nº 3

MARCA	TIPO	ANO	MOTOR Nº	LICENÇA	PREÇO MÍNIMO DO LOTE Cr$	CAUÇÃO Cr$
Mercedes Benz	Caminhão Carroceria	1964	OM321919/2-0902748	CM-0057	9.600,00	480,00

LOTE Nº 4

MARCA	TIPO	ANO	MOTOR Nº	LICENÇA	PREÇO MÍNIMO DO LOTE Cr$	CAUÇÃO Cr$
Mercedes Benz	Caminhão Basculante	1964	Sem Motor	70-97		
Mercedes Benz	Caminhão Basculante	1964	OM321919/2D902744	CM-0407	10.800,00	540,00

LOTE Nº 5

MARCA	TIPO	ANO	MOTOR Nº	LICENÇA	PREÇO MÍNIMO DO LOTE Cr$	CAUÇÃO Cr$
Mercedes Benz	Caminhão Carroceria	1964	OM321919/2D902652	CM-0275	6.000,00	300,00

LOTE Nº 6

MARCA	TIPO	ANO	MOTOR Nº	LICENÇA	PREÇO MÍNIMO DO LOTE Cr$	CAUÇÃO Cr$
Mercedes Benz	Caminhão Carroceria	1964	OM321919/2-0902745	CM-0277		
Mercedes Benz	Caminhão Basculante	1964	OM321980/05-11017575	CM-0459	14.400,00	720,00

LOTE Nº 7

MARCA	TIPO	ANO	MOTOR Nº	LICENÇA	PREÇO MÍNIMO DO LOTE Cr$	CAUÇÃO Cr$
Mercedes Benz	Caminhão Basculante	1964	OM321919/2-0902747	CM-0426		
Mercedes Benz	Caminhão Basculante	1964	OM321919/04-10046937	DF-3725		
Mercedes Benz	Cavalo Mecânico	1964	OM326974-0900015	CM-0438	25.200,00	1.260,00

LOTE Nº 8

MARCA	TIPO	ANO	MOTOR Nº	LICENÇA	PREÇO MÍNIMO DO LOTE Cr$	CAUÇÃO Cr$
F.N.M.	Caminhão Basculante	1965	Sem motor	CM-0393	5.400,00	300,00

LOTE Nº 9

MARCA	TIPO	ANO	MOTOR Nº	LICENÇA	PREÇO MÍNIMO DO LOTE Cr$	CAUÇÃO Cr$
F.N.M.	Caminhão Basculante	1965	Sem motor	CM-0395	4.560,00	300,00

LOTE Nº 10

MARCA	TIPO	ANO	MOTOR Nº	LICENÇA	PREÇO MÍNIMO DO LOTE Cr$	CAUÇÃO Cr$
F.N.M.	Caminhão Basculante	1965	Motor s/nº	CM-0422	3.840,00	300,00

Brasília, 06 de novembro de 1 973

ENG. CLÁUDIO ROBERTO DINIZ STARLING
DIRETOR GERAL DO DER-DF

am.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA RECEITA
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO
SERVIÇO DE BENS APREENDIDOS
- COMISSÃO DE LEILÃO -

EDITAL Nº 03/73-SBAp.

LEILÃO DE BENS APREENDIDOS

Fazemos saber aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que o Serviço de Bens Apreendidos fará realizar o LEILÃO DE BENS APREENDIDOS, no recinto do Depósito Público da SECRETARIA DE FINANÇAS, Trecho 1 - Setor de Indústria e Abastecimento, em frente à garagem da Viplan, no dia 24 de novembro do corrente ano, às 09 horas, em 1ª praça, e, nos dias 26 e 27 de novembro, no mesmo local e hora, em 2ª e 3ª praças.

Poderão concorrer ao presente Leilão, Funcionários Públicos, que não sejam Agentes Fiscais de Tributos, Comerciantes, Entidades assistenciais ou filantrópicas ou qualquer pessoa do povo.

As mercadorias e produtos a serem leiloados constam da relação a seguir, que fica fazendo parte integrante deste Edital, estando expostos no Depósito Público, à disposição dos interessados para uma vistoria prévia, nos dias úteis, no horário das 14:00 às 17:30 horas.

Os bens leiloados serão postos à disposição do arrematante que maior lance oferecer, observando-se, porém, que não serão entregues nem consideradas arrematadas as mercadorias ou produtos, se o lance oferecido não atingir o preço da Avaliação.

No ato da arrematação, o arrematante pagará 20% (vinte por cento) do valor da venda e assinará documento responsabilizando-se pelo recolhimento do saldo, dentro de 72 (setenta e duas) horas.

A entrega das mercadorias ou produtos arrematados só se realizará após o recolhimento de todas as importâncias devidas aos cofres do Distrito Federal.

Toda e qualquer informação, bem como o texto do Edital e relação das mercadorias e produtos, poderão ser fornecidos por este Serviço, que se localiza no Depósito Público, Trecho 1, Setor de Indústria e Abastecimento, em frente à garagem da Viplan.

Brasília-DF, 25 de outubro de 1973.

UBALDO ATAÍDE CAVALCANTE
Presidente

MIGUEL RODRIGUES PINHEIRO
Membro

VERA MARQUES
Membro

RELAÇÃO DE MERCADORIAS A SEREM LEILOADAS, CONSOANTE EDITAL DE LEILÃO Nº 03/73, EM ANEXO.

Processo nº 23119/72 Lote 924

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
04	Kg.	Balas Kristen	
01	Caixa	Petibom	
02	Pacote	Sonrisal	
01	"	Kolynos	
01	"	Pomada Nugget	
01	"	Fósforo Transamazônica	
01	"	Espirais Detefon	
		Lance mínimo do Lote	30,00

Processo nº 24.335/72 Lote 886

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
01	Unid.	Intercomunicador marca Imbratel	
01	Caixa	Contendo pedras semi-preciosas	
		Lance mínimo do Lote	500,00

Processo nº 21.909/73 Lote 1.015

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
585	Par	Meias	
		Lance mínimo do Lote	360,00

Processo nº 21.910/73 Lote 1.023

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
28,50	Metro	Vigotas de peroba	
38,50	"	Vigotas de caibro de peroba	
		Lance mínimo do Lote	40,00

Processo nº 23.144/73 Lote 1.213

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
58	Unid.	Camisas	
		Lance mínimo do Lote	150,00

Processo nº 23.145/73 Lote 1.220

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
08	Caixa	Batida de pêssego c/ 12 litro cada	
		Lance mínimo do Lote	100,00

Processo nº 23.146/73 Lote 1.211

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
12	Par	Sandálias	
		Lance mínimo do Lote	15,00

Processo nº 23.147/73 Lote S/Nº

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
01	Unid.	Carrinho de picolé Spum Grem	
		Lance mínimo do Lote	312,00

Processo nº 23.148/73 Lote 1.206

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
03	Unid.	Sacos de cimento	
		Lance mínimo do Lote	6,00

Processo nº 23.150/73 Lote S/Nº

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
01	Unid.	Máquina de descascar laranja	
		Lance mínimo do Lote	5,00

Processo nº 23.151/73 Lote S/Nº

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
01	Unid.	Carro de sorvete modelo RICO	
		Lance mínimo do Lote	600,00

Processo nº 23.153/73 Lote 1.203

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
02	Unid.	Pneus novos	
04	"	Pneus renovados	
		Lance mínimo do Lote	180,00

Processo nº 23.154/73 Lote S/Nº

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
01	Unid.	Carrinho de Picolé Reibom	
		Lance mínimo do Lote	312,00

Processo nº 23.155/73 Lote 1.196

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
27	Unid.	Calças	
30	"	Camisas	
		Lance mínimo do Lote	450,00

Processo nº 23.156/73 Lote 1.197

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
19	Unid.	Retalhos de pano	
15	"	Calças	
09	"	Camisas	
04	"	Cuecas	
03	"	Soutien	
04	"	Peças diversas	
		Lance mínimo do Lote	100,00

Processo nº 23.157/73 Lote 1.200

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
08	Caixa	Vinagre	
02	"	Álcool	
		Lance mínimo do Lote	80,00

Processo nº 23.158/73 Lote 1.202

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
12	Garrafa	Pinga	
		Lance mínimo do Lote	6,00

Processo nº 23.161/73 Lote 1.204

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
28	Garrafa	Pinga	
		Lance mínimo do Lote	14,00

Processo nº 23.392/73 Lote S/Nº

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
5.000	Unid.	Garrafas de diversos tamanhos (vazias)	
08	Caixa	Ron Bacardi c/ doze litros cada uma	
10	Litro	Ron Bacardi	
168	Garrafa	Bebidas alcoólicas diversas	
38	"	Bebidas alcoólicas diversas (incompletas)	
28	Litro	Álcool	
		Lance mínimo do Lote	525,00

Processo nº 26.299/73 Lote 1.241

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
07	Unid.	Bolsas para senhora	
08	Par	Calçados diversos	
		Lance mínimo do Lote	40,00

Processo nº 26.301/73 Lote 1.225

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
43	Unid.	Calças	
29	"	Camisas	
		Lance mínimo do Lote	400,00

Processo nº 26.302/73 Lote 1.228

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
19	Unid.	Camisas	
15	Par	Sapatos p/ homem	
01	"	Sapato usado	
		Lance mínimo do Lote	480,00

Processo nº 26.303/73 Lote 1.229

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
37	Par	Sapatos (sandálias)	
		Lance mínimo do Lote	60,00

Processo nº 26.304/73 Lote 1.227

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
20	Par	Sandálias	
		Lance mínimo do Lote	40,00

Processo nº 26.307/73 Lote 1.238

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
06	Unid.	Sacolas de palha	
02	Caixa	Contendo cestas de palha (miniaturas)	
		Lance mínimo do Lote	42,00

Processo nº 26.308/73 Lote 1.236

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
32	Unid.	Bibelôs	
		Lance mínimo do Lote	15,00

Processo nº 26.309 Lote 1.239

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
257	Unid.	Anéis	
39	"	Cordões	
65	"	Carteiras de documentos	
31	"	Pulseiras diversas	
21	"	Chaveiros	
03	"	Fitas adesivas	
03	"	Conjuntos de pente e caneta	
34	"	Canetinhas Golden 62	
09	"	Canetinhas Golden 44	
12	"	Espelinhos	
02	"	Canetas no estôjo c/ imitação pérola	
10	"	Prendedores para cabelo	
17	"	Pedra de isqueiro	
01	"	Bolsa capanga	
09	"	Escova para cabelo	
14	"	Colares de couro com letras (artezanato)	
01	"	Isqueiro	
07	"	Prendedores de gravata	
30	"	Pentes comuns	
19	"	Pulseira de plástico, imitação de couro	
05	"	Carteiras porta-notas, souvenir Bahia	
01	"	Flanela(para envoltório)	
		Lance mínimo do Lote	380,00

Processo nº 26.310/73 Lote 1.255

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
36	Par	Sandálias	
		Lance mínimo do Lote	36,00

Processo nº 26.313/73 Lote 1.246

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
02	Saco	Feijão preto	
01	"	Feijão rosinha	
02	"	Arroz	
01	Caixa	Aguardente Pitu	
01	"	Óleo de Amendoim "Vida"	
		Lance mínimo do Lote	462,00

Processo nº 26.314/73 Lote 1.247

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
14	Unid.	Bolsas	
		Lance mínimo do Lote	98,00

Processo nº 34.316/73 Lote S/Nº

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
500	Unid.	Placas de gesso	
		Lance mínimo do Lote	500,00

Processo nº 34.317/73 Lote 1.258

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
01	Unid.	Bolsa c/ diversas bijouterias (fantasias)	
01	"	Pasta c/ 11 óculos	
		Lance mínimo do Lote	120,00

Processo nº 34.318/73 Lote S/Nº

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
23	Unid.	Chaminés de 60 cms	
		Lance mínimo do Lote	200,00

Processo nº 34.319/73 Lote 1.315

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS	
01	Caixa	Óleo Indolma	
01	"	Velas	
01	"	Detergente Minerva	
		Lance mínimo do Lote	120,00

Processo nº 34.325-A/73 Lote S/Nº

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
10	Unid.	Guarda-roupas de 02 portas
		Lance mínimo do Lote 1.000,00

Processo nº 34.320/73 Lote 1.295

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
180	Unid.	Calcinhas para senhora
12	"	Blusas
12	"	Toalhas para banho
17	"	Blusas diversas
		Lance mínimo do Lote 250,00

Processo nº 34.322/73 Lote 1.300

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
06	Unid.	Acetona Prof.
24	"	Wellamed
01	"	Wellaspray
12	"	Koleston
		Lance mínimo do Lot 80,00

Processo nº 34.323/73 Lote 1.301

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
24	Unid.	Wella med
06	"	Effecton
02	"	Acetona
02	Caixa	Pantene c/ 30 - 18 ml.
02	"	Pantene c/ 30 - 18 ml.
		Lance mínimo do Lote 170,00

Processo nº 34.325-B/73 Lote 1.309

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
247	Unid.	Peças de roupas usadas (no estado em que se encontram.)
		Lance mínimo do Lote 500,00

Processo nº 34.327/73 Lote 1.276

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
09	Unid.	Amarrados de ralinhos
04	"	Amarrados de flores
11	"	Baldes de plástico
03	Caixa	Talco, grande
04	"	Apontadores
02	"	Alfinetes para fralda
06	Unid.	Esmalte
02	Caixa	Contendo botões
04	Pacote	Chupetas
04	Caixa	Super cola
04	"	Espelhinhos
03	Pacote	Lixa para unhas
01	Caixa	Metro articulado
02	"	Pó Bell Fleur
01	"	Óleo para máquina, SHELL
01	"	Escova para cabelo
01	"	Bobs. grandes
01	"	Espelhos
01	"	Linha
04	"	Brilhantina
01	"	Escova para sapatos
01	"	Talco, pequena
33	Unid.	Mamadeira
02	Caixa	Pentes
01	Pacote	Pentes
01	Caixa	Creme p/ barbear Willyans
01	"	Perfume, pequeno, Caricia
14	Dúzia	Cintos
06	Caixa	Óleo para cabelo
01	Pacote	Bobe
03	Dúzia	Sacolas
11	Unid.	Pastas para documento
01	Caixa	Escova para roupa
02	"	Desodorante Bell Fleur
		Lance mínimo do Lote 600,00

Processo nº 34.329/73 Lote 1.283

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
08	Unid.	Carteiras porta-documentos tipo grande
08	"	Carteiras porta-documentos tipo pequena
		Lance mínimo do Lote 8,00

Processo nº 034330/73 Lote 1.277

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
58	Unid.	Camisas
		Lance mínimo do Lote 870,00

Processo nº 034331/73 Lote 1.285

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
50	Unid.	Camisas para homem
12	"	Calças
02	"	Pés de sapatos (mostruário)
04	"	Pés de sapatos (mostruário)
		Lance mínimo do Lote 600,00

Processo nº 034332/73 Lote 1.284

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
26	Unid.	Chaveiros tipo esportivo
02	"	Chaveiros tipo ovo de codorna
04	"	Crucifixos em metal c/ cordão
02	"	Cordões em metal branco c/ figas de madeira.
01	"	Cordão em metal branco
01	"	Cordão em metal amarelo
01	"	Cordão em metal branco c/ sapatinho fantasia.
11	"	Grampos p/ cabeça tipo borboleta em metais branco e amarelo.
02	"	Grampos p/ cabelo, revestido de plástico amarelo.
01	"	Cordão em metal branco
01	"	Pulseira para relógio
01	"	Pulseira tipo relógio
01	"	Figa de madeira
05	"	Anéis em metal amarelo c/ pedra
07	"	Anéis branco e amarelo c/ pedra
05	"	Crucifixos, amarelos
245	"	Alianças em metal branco e amarelo em diversos tamanhos.
01	"	Anel em metal branco
		Lance mínimo do Lote 60,00

Processo nº 34.333/73 Lote 1.260

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
17	Unid.	Vestidos
15	"	Calças
17	"	Conjuntos, infantis
43	"	Calças
		Lance mínimo do Lote 1.250,00

Processo nº 36608/73 Lote S/Nº

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
500	Unid.	Amarrados de tacos
		Lance mínimo do Lote 3.500,00

Processo nº 36610/73 Lote S/Nº

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
08	Unid.	Pranchas de Ipê
		Lance mínimo do Lote 500,00

Processo nº 36613/73 Lote S/Nº

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
01	Unid.	Máquina de descascar laranja
		Lance mínimo do Lote 5,00

Processo nº 36615/73 Lote S/Nº

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
01	Unid.	Máquina de descascar laranja
		Lance mínimo do Lote 5,00

Processo nº 36616/73 Lote S/Nº

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
01	Unid.	Máquina de descascar laranja
		Lance mínimo do Lote 5,00

Processo nº 36617/73 Lote S/Nº

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
01	Unid.	Máquina de descascar laranja
		Lance mínimo do Lote 5,00

Processo nº 36618/73 Lote S/Nº

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
01	Unid.	Máquina de descascar laranja
		Lance mínimo do Lote 5,00

Processo nº 36619/73 Lote 1.320

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
200	Unid.	Anéis
02	"	Cintos
103	"	Alianças
11	"	Pulseiras de corrente
05	"	Pulseiras tipo relógio
08	Par	Meias
07	Unid.	Rosários
07	"	Pulseiras, tipo chapinha
03	"	Carteiras porta-documentos
01	"	Bonequinha
27	"	Cordões
10	"	Brincos de plástico, em cores
03	"	Medalhões de couro
04	"	Chaveiros
09	"	Brincos, tipo argola
24	"	Brincos, pingente
10	"	Brincos, tipo tarracha
33	"	Esferográficas, Compactor
		Lance mínimo do Lote 190,00

Processo nº 036620/73 Lote 1.313

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
08	Caixa	Sabonete "As Palmas" (caixas fechadas)
01	"	Sabonete "As Palmas" (caixa aberta)
		Lance mínimo do Lote 230,00

Brasília-DF, 25 de outubro de 1973.

URALDO ATAÍDE CAVALCANTE
Presidente

MIGUEL RODRIGUES PINHEIRO
Membro

VERA MARQUES
Membro

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DISTRITO FEDERAL
PAUTA DE JULGAMENTO

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. Juiz Mauro Renan Bittencourt, Presidente da Egrégia Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediada no Setor de Diversões Sul - Edifício Venâncio III, 5° andar, que constam da pauta para a sessão que se realizará no dia 20 de novembro de 1973 (quinta-feira), às 15:00 horas, ou sessão subsequente processos com julgamentos iniciados ou adiados e constante de pautas anteriores, publicadas e mais o (s) seguinte (s) feito (s):

Recurso "ex officio" n° JRF/REO 01/73
Recorrente: Divisão de Tributos Diversos
Recorrido: Salvatóre Nista (Armazém São José)
Relator: Juiz João Bispo dos Santos Júnior
Recurso Voluntário n° JRF/RV 80/73
Recorrente: Pedro Pires da Silva
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Relator: Juiz Adolfo Dias Lopes

Secretaria da Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, em 01 de novembro de 1973

P/RIVIA BARRETO MOURA
Assistente

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DISTRITO FEDERAL
PAUTA DE JULGAMENTO

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. Juiz Mauro Renan Bittencourt, Presidente da Egrégia Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediada no Setor de Diversões Sul - Edifício Venâncio III, 5° andar, que constam da pauta para a Sessão que se realizará no dia 22 de novembro de 1973 (quinta-feira), às 15:00 horas, ou Sessão subsequente processos com julgamentos iniciados ou adiados e constante de pautas anteriores, publicadas e mais o (s) seguinte (s) feito (s).

Recurso Voluntário n° JRF/RV - 74/73
Recorrente: Maria Aparecida Guimarães Magalhães
Recorrido. Serviço Autonomo de Limpeza Urbana
Relator: Juiz Adolfo Dias Lopes
Recurso Voluntário n° JRF/RV - 82/73
Recorrente: Olívio Rocha de Oliveira
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Relator: Juiz João Bispo dos Santos Júnior

Secretaria da Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal em 06 de novembro de 1973
IVAHYNA GÓES VIDAL
Assistente Subst.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

De conformidade com o disposto no artigo 30 dos Estatutos Sociais da Companhia, ficam os Senhores Acionistas da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP convocados para uma Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 19 do corrente, às 08:00 horas, na sede da Companhia, situada no Setor Bancário Norte, nesta Capital, para apreciação dos seguintes assuntos:

a) - Acerto de Contas entre a NOVACAP, TERRACAP
b) - Outros assuntos.

Brasília, 08 de novembro de 1973
VALDOIR MENEZES FERREIRA
Diretor Superintendente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DER - DF
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCORRÊNCIAS
TOMADA DE PREÇOS Nº 019/73

Edital: - À disposição dos interessados na Comissão Permanente de Concorrências, no 2o. andar do Edifício Sede do DER-DF - Setor de Áreas Isoladas Norte - Lote "C", em Brasília, Distrito Federal.
Objeto: - Fornecimento de tubos e calhas de concreto.
Data da Realização: 29 (vinte e seis) de novembro de 1973, às 15:00 (dezesseis) horas.
Brasília, 09 de novembro de 1973.
ROBERTO VITORIA PINHEIRO
Presidente da Comissão Permanente
de Concorrências - DER-DF

DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
BRASÍLIA-DF
EDITAL Nº 007/73-CPA

CONCORRENCIA PARA ALIENAÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, SUCATA DE PNEUS, BATERIAS E CHUMBO EM LINGOTE, DE PROPRIEDADE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP - EM BRASÍLIA DISTRITO FEDERAL.

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, faz público que das 8,00 às 11,00 horas de 30º (trigésimo) dia a partir da publicação deste Edital no "DISTRITO FEDERAL" - Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal na Divisão de Material de Consumo, - SIA - Trecho 04 Lote nº 1380/400, a Comissão Permanente de Alienação, presidida pelo seu Presidente, receberá propostas para venda de Óleo Lubrificante, Sucatas, de Pneus, Baterias, e Chumbo em Lingotes, de propriedade da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, conforme anexo único, mediante as condições do presente Edital.

Na hipótese de 30º (trigésimo) dia coincidir com sábado, domingo ou feriado, a Concorrência será realizada no 1º (primeiro) dia útil subsequente.

1.0 - DOS QUE PODEM PARTICIPAR:

1.1 - Poderão apresentar propostas quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, que atenderem as condições estabelecidas no presente Edital.

2.0 - DAS PROPOSTAS

2.1 - As propostas deverão ser datilografadas em três vias, com clareza, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, preenchidas de acordo com a minuta que se encontra à disposição dos interessados, na Secretaria da Comissão Permanente de Alienação, na Divisão de Material de Consumo, - SIA - Trecho 04 Lote nº 1380/400.

2.2 - Cada proposta deverá referir-se apenas a um lote contendo o preço proposto, em algarismos e por extenso.

2.3 - O preço oferecido pelo proponente deverá ser para o lote todo, não se admitindo a sua subdivisão em nenhuma hipótese, exceção feita aos materiais considerados sucatas, cuja oferta deverá ser efetuada conforme o ítem subsequente.

2.4 - Tratando-se de material considerado sucata, referido no anexo único, o preço oferecido pelo proponente, deverá ser por QUILO - para pneus, por unidade (carcaça).

2.5 - A proposta de que trata o ítem 2.0 deverá ser acompanhada de:

QUANDO SE TRATAR DE PESSOA FÍSICA:

a - 1ª (primeira) via do recibo de caução de que se trata o ítem 3.0;

b - Fotocópia devidamente autenticada do documento de identidade.

QUANDO SE TRATAR DE PESSOA JURÍDICA:

a - 1ª (primeira) via do recibo de caução de que trata o ítem 3.0.

b - Prova de existência legal e declaração indicando o responsável pela retirada do lote, juntada fotocópia devidamente autenticada de documento de identidade.

PARÁGRAFO ÚNICO - No caso do licitante pretender adquirir mais de 01 (um) lote, poderá apresentar os documentos exigidos e os recibos de caução relativos aos demais lotes pretendidos, - no envelope que contiver a 1ª (primeira) proposta.

2.6 - O concorrente, no dia, hora e local aqui fixados deverá apresentar sua documentação e sua - proposta em invólucro fechado, contendo em sua parte externa e fronteira, os dizeres: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP - CONCORRÊNCIA Nº 007/73-CPA, proposta para o lote nº.....

2.7 - Não serão tomadas em consideração as propostas:

a - Que contiverem emendas, borrões ou rasuras;

b - Cujo preço proposto não for expressamente declarado;

c - Que não se comprometer a adquirir a totalidade do lote;

d - Quando o preço proposto, for inferior ao estabelecido no anexo único;

e - Que não estiverem de acordo com as condições do presente Edital, inclusive o modelo da proposta;

f - Que não forem assinadas pelos representantes legais ou Procuradores, em se tratando de pessoa, jurídica, e pelo proponente em se tratando de pessoa física.

3.0 - DA CAUÇÃO

3.1 - A participação na Concorrência depende de depósito de caução, na Tesouraria da Novacap dos seguintes valores:

a - Para o lote nº 01 Cr$ 1.105,00(um mil, cento e cinco cruzeiros).

b - Para o lote nº 02 Cr$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros);

c - Para o lote nº 03 Cr$ 140,00(cento e quarenta cruzeiros).

d - Para o lote nº 04 Cr$ 13.536,00(treze mil, quinhentos e trinta e seis cruzeiros).

d - PARÁGRAFO ÚNICO- O depósito da caução citada deverá ser feito em moeda corrente, mediante Guia de Recolhimento fornecida pela Diretoria Financeira.

3.2 - Conhecidos os resultados da Concorrência e a ordem de classificação dos licitantes, de acordo com o critério deste Edital, as cauções serão devolvidas àqueles que não obtiverem adjudicação, mediante requerimento à Comissão Permanente de Alienação, excessão feita às cauções correspondentes aos vencedores.

3.3 - As cauções relativas aos vencedores serão deduzidas do valor total do lote.

4.0 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

O recebimento das propostas será iniciado no dia, hora e local previstos neste Edital, pela Comissão Permanente de Alienação, devendo os trabalhos obedecer a seguinte ordem:

4.1.1. Na presença dos proponentes e demais pessoas que queiram assistir; serão recebidos os envelopes devidamente fechados, os quais serão numerados de acordo com a apresentação ao Senhor Presidente da Comissão.

4.1.2. Após o Presidente da Comissão ter declarado encerrado o prazo de recebimento das propostas - nenhuma outra será recebida, nem tampouco serão permitidos, adendos, acréscimos ou esclarecimentos às mesmas, que venham alterar seu conteúdo original.

4.1.3. Os membros da Comissão, e os proponentes que desejarem, rubricarão as folhas das propostas e demais elementos anexos.

4.1.4. Da reunião para recebimento e abertura das propostas, lavrar-se-á ata circunstanciada na qual todas as ocorrências ficarão minuciosamente registradas, devendo a mesma ser assinada - pela Comissão e pelos proponentes que desejarem.

4.1.5. Toda e qualquer declaração apresentada pelos proponentes, deverá constar obrigatóriamente da ata, devendo a mesma ser assinada pelos membros da Comissão e pelos declarantes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ficará sem direito de interpor qualquer recurso o declarante que se recusar a assinar a ata, ficando neste caso sem validade a declaração por ele apresentada.

5.0 - DO JULGAMENTO

5.1 - O julgamento das propostas será feito pela Comissão Permanente de Alienação.

5.2 - O critério de julgamento será baseado no preço, sendo a adjudicação em conseqüência, conferida, ao proponente que oferecer maior preço.

5.3 - Os casos de empate serão resolvidos pelas disposições do regulamento Geral de Contabilidade Pública, aplicáveis a espécie.

5.4 - Feita a classificação dos concorrentes pela Comissão Permanente de Alienação, será examinado e processado ao Senhor Diretor Superintendente da NOVACAP, com relatório indicando as propostas mais vantajosas para a Companhia.

6.0 - DO PAGAMENTO E RETIRADA DOS LOTES

6.1 - Após a homologação da Concorrência pela Diretoria da NOVACAP e seu resultado publicado no "DISTRITO FEDERAL", Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal e outros Órgãos da imprensa local, os vencedores da licitação terão o prazo de 05 (cinco) dias para apresentarem-se à Comissão Permanente de Alienação, na Divisão de Material SIA Trecho 04, a fim de providenciarem a retirada do material.

6.2 - A retirada do material, será efetuada mediante - apresentação da Guia de Recolhimento, à CPA., ao valor oferecido ao lote, excessão feita aos materiais considerados SUCATAS cujo pagamento será efetuado mediante a pesagem ao todo, ou em parte dos mesmos.

6.3 - O prazo para a retirada dos materiais adquiridos, será de 05 (cinco) dias, a contar do dia imediatamente posterior ao término do prazo referido no ítem 6.1 do presente Edital.

6.4 - Decorrido este prazo, ficará o comprador sujeito a taxa de armazenamento de Cr$ 5,00 (cinco cruzeiros) por dia de atraso, por lote.

7.0 - DO EXAME

7.1 - Os materiais poderão ser examinados na Divisão de Material da NOVACAP, situada no SIA, no horário de expediente de 8,30 às 11,30 e das 14,30 - às 17,30 horas, de segunda a sexta-feira.

8.0 - DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - À NOVACAP, se reserva o direito de anular no todo ou em parte (lote) a presente licitação sem que com isso caiba aos licitantes o direito a indenização de qualquer espécie.

8.2 - Todas as despesas decorrentes da retirada dos materiais correrão por conta do adquirente, bem como aquelas que se fizerem necessárias à transferência de propriedade.

8.3 - O não cumprimento das exigências contidas no ítem 6.1, implicará em perda da caução, dando - em conseqüência, direito à NOVACAP, de convocar o segundo colocado, desde que o mesmo se comprometa a pagar o preço proposto pelo classificado em primeiro lugar, e ficando estabelecido o prazo de 03 (três) dias após a sua convocação, para as providências necessárias.

8.4 - Os materiais serão entregues aos vencedores no estado em que se encontram.

8.5 - Quaisquer outras informações sobre a presente - Concorrência, poderão ser obtidas na Comissão Permanente de Alienação, na Divisão de Material situada no SIA Trecho 04 lote nº 1380/400, no horário de expediente, de 8,30 às 11,30 e das 14,30 às 17,30 horas de segunda a sexta-feira.

8.6 - Os casos omissos serão julgados pela Comissão, no ato da licitação ou em reunião posterior, se assim a mesma julgar necessário.

Brasília- 30 de outubro de 1973

VALDOIR MENEZES PEREIRA
Diretor Superintendente

ANEXO ÚNICO

LOTE Nº	DISCRIMINAÇÃO	PREÇOS MÍNIMOS POR UNIDADE	PREÇOS MÍNIMOS POR QUILO	PREÇOS MÍNIMOS POR LOTE
01	65 Tambores de óleo lubrificante p/ máquinas e vinturas, sendo: 01 (um) tambor de óleo Mobileil Oil 538, 13 Ipirgarel 250, 27 de Thurbus 250 e 24 tambores de óleo ultra SAE 90 - Endata.....			11.050,00
02	300 Carcaças de Pneus variadas...	5,00		
03	Aproximadamente 2000 quilos de sucata de chumbo baterias variadas.....		0,70	
04	Chumbo em lingote com aproximadamente 48.000 quilos.....		2,82	

OBSERVAÇÃO: Os preços deverão ser oferecidos da seguinte forma:

LOTE 01 - para todo o lote;
" 02 - por unidade (carcaça);
" 03 e 04, por quilo.

VALDOIR MENEZES PEREIRA
Diretor Superintendente

PREÇO DESTE EXEMPLAR - Cr$ 0,20